

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL

MARIA RAQUEL NUNES SERRÃO

O BRASIL SOB A NÉVOA DA GUERRA HÍBRIDA
A INFLUÊNCIA DOS EUA NA DESESTABILIZAÇÃO DO BRASIL

Rio de Janeiro

2024

Maria Raquel Nunes Serrão

O BRASIL SOB A NÉVOA DA GUERRA HÍBRIDA
A INFLUÊNCIA DOS EUA NA DESESTABILIZAÇÃO DO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional na área Poder, Estratégia, Geopolítica e Geoeconomia.

Orientador: Prof. Dr. José Luis da Costa Fiori

Rio de Janeiro

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

S972b Serrão, Maria Raquel Nunes
O Brasil sob a Névoa da Guerra: A Influência dos
EUA na Desestabilização do Brasil / Maria Raquel
Nunes Serrão. -- Rio de Janeiro, 2024.
118 f.

Orientador: José Luis da Costa Fiori.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de
Pós-Graduação em Economia Política Internacional,
2024.

1. Guerra Híbrida. 2. Revolução Colorida. 3.
Lawfare. 4. Estratégia de Segurança Nacional dos
EUA. 5. Política Externa Brasileira. I. Fiori, José
Luis da Costa, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Maria Raquel Nunes Serrão

O BRASIL SOB A NÉVOA DA GUERRA HÍBRIDA
A INFLUÊNCIA DOS EUA NA DESESTABILIZAÇÃO DO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional na área Poder, Estratégia, Geopolítica e Geoeconomia.

Data de Aprovação: 1º de fevereiro de 2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Luis da Costa Fiori - Orientador e Presidente da Banca
(UFRJ)

Prof. Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida - Membro Externo
(UFF)

Prof. Dr. Bernardo Salgado Rodrigues - Membro Externo
(UEPB)

Rio de Janeiro

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por minha Vida.

Agradeço a minha mãe, Márcia Nunes Serrão (*in memoriam*), por todas as experiências maravilhosas durante os poucos, porém significativos, anos de vida comigo. Suas recordações são minha sustentação nas horas tristes e minha certeza para acreditar nos meus sonhos: “Quem acredita, sempre alcança”.

Agradeço imensamente ao meu pai, Paulo Serrão, por todo apoio, incentivo e paciência.

Agradeço a minha avó materna, Maria de Lourdes, por suas orações. Espero sempre retribuir sua confiança com muito estudo e dedicação.

Agradeço ao meu orientador, professor José Luis Fiori, por me orientar na redação deste trabalho. Agradeço aos professores Fernando Roberto de Freitas e Bernardo Rodrigues, que participaram de minha banca de defesa, com sugestões para futuros trabalhos.

Estendo meus agradecimentos àqueles amigos e familiares que incentivaram e compreenderam minhas ausências enquanto me dedicava a esta dissertação.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história
(Getúlio Vargas, Carta-Testamento)

RESUMO

A dissertação visa analisar a participação velada dos EUA na desestabilização do Brasil de 2013 a 2018. Segundo a hipótese da pesquisa, a ascensão geopolítica e econômica do Brasil como potência regional e global nos anos 2000, teria preocupado os EUA, cuja “grande estratégia” tem como orientação basilar prevenir a ascensão de uma potência em sua área geoestratégica e zona de reserva de mercado: América Latina. Por meio da estratégia de guerra híbrida, os EUA interditarão o projeto de desenvolvimento e a projeção internacional do Brasil para implantar uma “doutrina de choque” neoliberal. Para analisar a veracidade da hipótese, o trabalho parte de documentos oficiais de defesa e política externa dos EUA e revisão bibliográfica, para apresentar a origem e a evolução do conceito de guerra híbrida, desvendando a insurgência do fenômeno na estratégia militar dos EUA nos anos 2000. Identifica-se os pontos de atrito na relação EUA-Brasil nos anos 2000 para, posteriormente, estudar a intervenção dos EUA no Brasil sob a estratégia de guerra híbrida e, finalmente, investigar as consequências da intervenção dos EUA na projeção internacional do Brasil. Conforme as fontes primárias e secundárias da pesquisa, a conclusão é que o Brasil foi alvo de desestabilização via revolução colorida e *lawfare* por parte dos EUA entre 2013 e 2018.

Palavras-Chave: Guerra Híbrida; Revolução Colorida; *Lawfare*; Estratégia de Segurança Nacional dos EUA; Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

The dissertation aims to analyze the uncovered participation of the US in the destabilization of Brazil from 2013 to 2018. According to the research's hypothesis, Brazil's geopolitical and economic rise as a regional and global power in the 2000s, may have worried the United States, whose "grand strategy" is aimed at preventing the rise of a power in its geostrategic area and market reserve zone: Latin America. Through the strategy of hybrid war, the U.S. interdicted Brazil's development project and international projection to implement a neoliberal "shock doctrine." To analyze the veracity of the hypothesis, the work is based on official U.S. defense and foreign policy documents and a literature review, to present the origin and evolution of the concept of hybrid war, unraveling the insurgency of the phenomenon in U.S. military strategy in the 2000s. It then identifies the points of friction in the U.S.-Brazil relationship in the 2000s, then studies the U.S. intervention in Brazil under the hybrid war strategy and, finally, investigates the consequences of U.S. intervention on Brazil's international projection. According to the primary and secondary sources of the research, the conclusion is that Brazil was the target of destabilization via color revolution and lawfare by the US between 2013 and 2018.

Keywords: Hybrid War; Colour Revolution; Lawfare; U.S. National Security Strategy; Brazilian Foreign Policy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - “GOTOV JE!”: Manifestantes exibem adesivos distribuídos por ONGs	30
Figura 2 - Cartazes pedindo a mudança de governo nos protestos da Primavera Árabe no Líbano	32
Figura 3 - Imagem de colaboracionista do Regime Nazista nos protestos de 2014 na Ucrânia	32
Figura 4 - Victoria Nuland oferecendo biscoitos nos protestos de 2014 na Ucrânia	33
Figura 5 - Lista das revoluções coloridas no mundo apoiadas pelos EUA	34
Figura 6 - Manifestante com máscara “V” de vingança e bandeira do Brasil (2013) ...	77
Figura 7 - Bonecos infláveis de Dilma e Lula num protesto na Av. Paulista (2016)	79
Figura 8 - Presidenta Dilma como principal alvo da NSA	83
Figura 9 - Rede de comunicação da presidenta Dilma espionada pela NSA	83
Figura 10 - NSA vê o Brasil como um risco à estabilidade global	84
Figura 11 - Brasil no mesmo patamar do Irã em termos de preocupação geopolítica para os EUA	85
Figura 12 - Espionagem da NSA sobre a Petrobras	86
Figura 13 - Cartaz de apoio à Lava-Jato em ato na Avenida Paulista (2016)	88
Figura 14 - Manifestantes pedem “Intervenção Militar Constitucional”	89
Figura 15 - Capas de “Istoé” e “Veja”: Judicialização da política e representação da realidade	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - <i>Enforcement Actions</i> do DoJ e SEC por Ano	45
Gráfico 2 - Valor total das multas dos acordos de execução do FCPA (2010-2019)	45
Gráfico 3 - Investimentos totais da Petrobras a preços correntes (R\$ Bilhões)	54
Gráfico 4 - Participação na FBCF do Brasil (%)	54
Gráfico 5 - Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE) das 500 maiores empresas não-financeiras + Setor bancário-financeiro + Indústria de transformação + 6 maiores construtoras (%; 2009-2014)	74
Gráfico 6 - Taxa de lucro e lucro líquido das 500 maiores firmas não-financeiras	75
Gráfico 7 - Evolução do PIB do Brasil: Cenários com a Lava-Jato (PIB observado) e sem a Lava-Jato (PIB sem LJ)	91
Gráfico 8 - Cobertura de Lula nos principais jornais do Brasil (2014-2018)	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Ranking</i> de Multas do FCPA à Multinacionais (2008-2018)	49
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Africom	<i>U.S. Africa Command</i>
Alca	Acordo de Livre Comércio das Américas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Brics	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
Celac	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
DHS	<i>Department of Homeland Security</i>
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DoJ	<i>Department of Justice</i>
EB	Exército Brasileiro
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FCPA	<i>Foreign Corrupt Practices Act</i>
IRI	<i>International Republican Institute</i>
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MD	Ministério da Defesa
MPF	Ministério Público Federal
NDI	<i>National Democratic Institute</i>
NED	<i>National Endowment for Democracy</i>
NR	Nacionalismo de Recursos
NSA	<i>National Security Agency</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
Otan	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P&G	Setor de Petróleo e Gás
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
TRF-4	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
SEC	<i>U.S. Securities and Exchange Commission</i>
Southcom	<i>U.S. Southern Command</i>
Unasul	União de Nações Sul-Americanas
Usaid	<i>United States Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. GUERRA HÍBRIDA: ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICO-MILITAR DE INTERVENÇÃO	21
1.1 CONCEITO: ORIGEM E CONTEXTO	21
1.2 PRINCIPAIS TÁTICAS DA GUERRA HÍBRIDA	27
1.2.1 Revolução Colorida	27
1.2.2 Guerra Não-Convencional	35
1.2.3 <i>Lawfare</i>	37
1.3 INSTRUMENTALIZAÇÃO DO COMBATE À CORRUPÇÃO NA ESTRATÉGIA DOS EUA	40
1.3.1 O Combate à Corrupção na Estratégia de Segurança dos EUA (Bush a Trump)	40
1.3.2 Jurisdição Extraterritorial: Tentáculos do Imperialismo Estadunidense	46
2. O BRASIL NA MIRA DOS EUA (2003-2013)	51
2.1 ECONÔMICO: NEODESENVOLVIMENTISMO E NACIONALISMO DE RECURSOS	51
2.1.1 Interesses Econômicos dos EUA: Neoliberalismo e Enfraquecimento da Petrobras	55
2.2 GEOPOLÍTICA: LIDERANÇA REGIONAL E PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL	56
2.2.1 Interesses Geopolíticos dos EUA: Interdição da Ascensão Internacional do Brasil	61
2.3 MILITAR: ESTRATÉGIA DE DEFESA E MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS	65
2.3.1 Interesses Militares dos EUA: Dependência Militar do Brasil	68
3. O BRASIL SOB A NÉVOA DA GUERRA HÍBRIDA (2013-2018)	72
3.1 BLOCO NO PODER E POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO DILMA (2013-2016)	72
3.2 A INTERFERÊNCIA EXTERNA NA CRISE BRASILEIRA	76
3.2.1 As Jornadas de Junho (2013)	76
3.2.2 A Operação Lava-Jato (2014)	80
3.2.3 O <i>Impeachment</i> de Dilma (2016)	92
3.3 BLOCO NO PODER E POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO TEMER (2016-2018)	94
3.3.1 Prisão e Cassação dos Direitos Políticos de Lula (2017-2018)	96
3.3.2 Eleição de Bolsonaro (2018)	100
CONCLUSÃO	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

INTRODUÇÃO

No final do século XX, os Estados Unidos (EUA) experimentaram um momento de relativo poder incontestado no sistema internacional: fim da Guerra Fria (1947-1991), representado pela queda da União Soviética e *débâcle* do comunismo, globalização, revolução tecnológica e invasões militares - somente nos anos 1990, mais especificamente sob o governo Bill Clinton (1993-2001), os EUA envolveram-se em mais conflitos militares do que todos os 44 anos da Guerra Fria. Tudo indicava que o “momento unipolar” seria eterno ou, pelo menos, longínquo. Entretanto, desde os ataques do 11 de setembro de 2001, da “guerra ao terror” e das invasões estadunidenses ao Afeganistão e ao Iraque, os EUA viram seu “*soft power*” sofrer um revés.

Nesse sentido, os EUA se voltaram novamente para a América Latina, que durante quase uma década, e em diversos países, ousou eleger governos progressistas, sob diversos matizes, que se distanciaram da ideia de um alinhamento automático com os EUA.

Para o porto-riquenho Grosfoguel (2020), se, por um lado, a decadência do império estadunidense é uma boa notícia para o mundo a longo prazo, por outro, é uma má notícia no curto prazo para a América Latina, que é reocupada pelos EUA, seja para aprofundar sua condição de “zona de influência” por meio do controle sobre mercados, comércio, energia e cultura, transformando a região em algo próximo a províncias ou protetorados; seja como fonte permanente de matérias-primas como petróleo, minerais, água e biodiversidade. Para desobstruir quaisquer oposições a seu projeto de recolonização da América Latina, os EUA lançam mão de sua hegemonia política e econômica, recorrem ao uso de formas mais sofisticadas e modernas de intervenção na soberania dos países, utilizando, em especial, as transformações tecnológicas nas comunicações e métodos de guerras não-convencionais, chamados por alguns autores de guerras híbridas.

Partindo da **pergunta-problema** “Qual é a Influência dos EUA na Desestabilização do Brasil (2013-2018)?”, a dissertação tem como **objetivo principal** analisar os Indícios da Participação Velada dos EUA na Desestabilização do Brasil (2013-2018).

A pesquisa define como **objetivos secundários**:

1 - Apresentar a origem e a evolução do conceito de guerra híbrida;

- 2 - Desvendar a insurgência da guerra híbrida na estratégia militar dos EUA nos anos 2000;
- 3 - Identificar os pontos de atrito na relação EUA-Brasil nos anos 2000;
- 4 - Estudar a intervenção dos EUA no Brasil sob a estratégia de guerra híbrida;
- 5 - Investigar as consequências da intervenção dos EUA na projeção internacional do Brasil.

Para a **hipótese principal**, a ascensão geopolítica e econômica do Brasil como potência regional e global nos anos 2000, preocupou os EUA, cuja “grande estratégia” tem como orientação basilar prevenir a ascensão de uma potência em sua área geoestratégica e zona de reserva de mercado: América Latina. Nesse sentido, os EUA participaram de forma velada da crise “multidimensional” do Brasil (2013-2018). Por meio da estratégia de guerra híbrida (KORYBKO, 2018), os EUA interditaram o projeto de desenvolvimento e a projeção internacional do Brasil para implantar uma “doutrina de choque” neoliberal (KLEIN, 2008). Considera-se a guerra híbrida uma estratégia geopolítico-militar de intervenção dos EUA para manter a “dominação do espectro total” no mundo num contexto de transição geopolítica mundial (MONIZ BANDEIRA, 2016a).

Segundo a **hipótese secundária**, a desestruturação do desenvolvimento e da ordem político-institucional por meio da desestabilização do Brasil seria de interesse dos EUA, pois possibilitaria (1) a abertura da exploração do Pré-Sal brasileiro a empresas estrangeiras; (2) a interdição e o atraso de projetos da indústria de defesa brasileira, como o projeto do submarino nuclear brasileiro, a renovação da frota de caças e o desenvolvimento do programa aeroespacial brasileiro a partir do Centro de Lançamento de Alcântara; (3) a interrupção da ascensão regional e internacional do Brasil a partir do Mercado Comum do Sul (Mercosul), Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), União de Nações Sul-Americanas (Unasul), Conselho de Defesa Sul-Americano e grupo geopolítico-econômico multipolar formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics) e; (4) a eliminação de empresas brasileiras da construção civil na América Latina e África e abertura de mercado para concorrentes estrangeiras como norte-americanas graças à desestabilização jurídico-financeira via Lava-Jato (MONIZ BANDEIRA, 2016b; NOZAKI *et al*, 2018; PINHEIRO GUIMARÃES, 2022; FIORI e NOZAKI, 2019; KANAAN, 2019; PINTO *et al*, 2019; RODRIGUES, 2020;

PRONER, 2021; TONIETTO e RAMINA, 2021; AMORIM e PRONER, 2022; FAHL, 2022).

Historicamente, a América do Sul é uma das zonas mais geoestratégicas para os EUA. Entretanto, no início dos anos 2000, houve um recuo da influência dos EUA na região (PECEQUILO, 2016; CASTRO, 2020), focado nas operações de intervenção da *Global War on Terror* no Afeganistão (2001) e Iraque (2003) (PECEQUILO, 2014; RODRIGUES, 2020). O vácuo da presença dos EUA no Hemisfério Ocidental foi ocupado por potências regionais como Brasil e Venezuela, e potências extrarregionais, como China e Rússia (PECEQUILO, 2013). Como destacam Jaeger e Brites (2019), a redução da influência hegemônica dos EUA na América do Sul abriu espaço para a ampliação de interações regionais autônomas sob a liderança do Brasil e sem a mediação dos EUA nos anos 2000. O fortalecimento do Mercosul, a criação da Unasul e a atuação dos Brics são indicativos do revigoramento da política externa brasileira num contexto de refluxo político dos EUA no Hemisfério (JAEGER; BRITES, 2019). Além disso, o aumento da presença da China na América Latina e as parcerias com o Brasil impelem os EUA a conter a atuação geopolítica sino-brasileira (JAEGER; BRITES, 2019).

Conforme aponta Pecequilo (2014), a ofensiva dos EUA à expansão dos emergentes na América do Sul começou em 2008, atingindo maior intensidade a partir de 2009, com a chegada de Barack Obama à presidência. Como destacam Moniz Bandeira (2008) e Jaeger e Brites (2019), a reativação da Quarta Frota em 2008 são uma reação ao avanço da liderança regional do Brasil no contexto de governos nacional-populares na América do Sul, às descobertas de petróleo e gás na camada Pré-Sal no Brasil, além de investimentos na defesa do Brasil, cujo projeto de construção do submarino nuclear para defesa do Atlântico Sul é o principal marco.

Para prevenir o surgimento de uma potência regional que pudesse ameaçar seus interesses, os EUA buscaram formas de conter a integração regional e a projeção internacional da América do Sul sob liderança do Brasil. A ofensiva dos EUA contra o Brasil visava inviabilizar os projetos de integração regional, destruição de complexos econômicos por vias diretas e indiretas (como as empreiteiras brasileiras e empresas relacionadas ao Pré-Sal), e submissão da política externa brasileira aos interesses imediatos dos EUA (JAEGER; BRITES, 2019; RODRIGUES, 2020).

É interessante saber como os EUA instrumentalizam os objetivos de política externa. Isto propõe uma agenda ofensiva estadunidense para a restauração de seu poder relativo

a partir de distintos meios. Constatou-se o surgimento de uma nova categoria de intervenção indireta perpetrada pelos EUA no sistema mundial e, principalmente, na América do Sul, sua zona de influência estratégica, “uma ‘reserva de mercado’ para sua influência, seus produtos industrializados e, em menor escala, fornecimento de energia e matérias-primas” (PECEQUILO, 2013, p. 112). A realização de ações políticas veladas com a finalidade de desestabilizar países não-alinhados passou a fazer parte da estratégia de atuação militar dos EUA. O objetivo é recolocar países “hostis” em sua área de influência geopolítica e econômica sob os princípios de economia aberta e democracia liberal.

Mas, conforme atenta Moniz Bandeira (2016b), a estratégia geopolítico-militar de intervenção velada, conceituada como guerra híbrida, visa manter o “domínio do espectro total”. A *full-spectrum dominance*, dominância de espectro total ou superioridade de espectro total, é a conquista de controle militar sobre todas as dimensões do espaço de batalha, possuindo efetivamente uma diversidade esmagadora de recursos em áreas como terrestre, aérea, marítima, espacial, psicológica, guerra biológica e *ciber*-tecnológica (MONIZ BANDEIRA, 2016b; RODRIGUES, 2020). Para Engdahl (2018 *apud* FAHL, 2022, p. 28-29), a dominação de espectro total significa “ser persuasivo na paz, decisivo na guerra, proeminente em qualquer forma de conflito”.

A dominação do espectro total aspirada pelos EUA utiliza a estratégia de liderança velada em nível internacional para desestabilizar países adversários por meio de guerras por procuração (*proxy wars*) (RODRIGUES, 2020). Por meio das guerras por procuração, um dos instrumentos da estratégia de guerra híbrida, os EUA terceirizam a realização de seus objetivos geoestratégicos e geopolíticos a “procuradores regionais”, incumbidos por realizar operações de desestabilização no país-alvo.

O analista político Korybko (2018) sustenta que os EUA adotaram a guerra híbrida como estratégia geopolítico-militar para realizar a universalização de seus interesses políticos (valores da democracia liberal), econômicos (valores do neoliberalismo) e sociais (*American way of life*, Protestantismo) no século XXI. As táticas de guerra híbrida adotadas pelos EUA podem ser evidenciadas no *TC 18-01 Unconventional Warfare*, um manual para guerras não-convencionais das Forças Especiais dos EUA. Conforme o documento, o apoio dos EUA a forças de resistência e insurgência em potências hostis visa explorar vulnerabilidades políticas, sociais, econômicas e psicológicas para mudar o

governo da potência hostil (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010b; KORYBKBO, 2018).

Segundo Korybko (2018), a guerra híbrida tem dois pilares mutuamente complementares: a revolução colorida e a guerra não-convencional. Na revolução colorida, os elementos centrais da interferência estrangeira na ordem político-social do país-alvo são as redes sociais, a tecnologia da informação e os meios de comunicação, usados para disseminar ideias contrárias ao governo a ser derrubado por meio da produção de consenso na maioria da população (TONIETTO; RAMINA, 2021).

Caso as revoluções coloridas sejam insuficientes para derrubar e substituir governos não-alinhados aos EUA, há o avanço para o estágio de guerra não-convencional, combatidas por forças não-regulares. As guerras não-convencionais atuam como um multiplicador de forças, apoderando-se "(...) de uma infraestrutura política, militar e social pré-existente e a apoia com vistas a acelerar, estimular e incentivar ações decisivas baseadas em ganho político calculado e nos interesses nacionais dos EUA." (KORYBKBO, 2018, p.71-72). Se a guerra não-convencional falhar, há o avanço do conflito para uma guerra convencional direta, como intervenção humanitária ou responsabilidade de proteger (KORYBKBO, 2018; FAHL, 2022).

Uma complementação à teoria de guerra híbrida formulada por Korybko (2018) é uma importante expressão das guerras não-convencionais: o *lawfare* (FAHL, 2022). O conceito de *lawfare* abriga diversas interpretações: uso do Direito como arma de guerra, guerra jurídica, instrumentalização da justiça para perseguição política, uso estratégico do Direito, arma jurídica para fins geopolíticos, uso do Direito como arma econômica, uso do Direito como instrumento de guerra jurídico-política (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019).

O uso do Direito para fins geopolíticos pressupõe intervenção externa na soberania dos Estados. Sob o argumento de combate à corrupção, a ofensiva dos EUA desestabiliza governos que têm como projeto duas características: trabalhar pela justiça social e buscar a afirmação da soberania (PRONER, 2021). Desenvolvimento econômico com distribuição de renda e projeção soberana no sistema internacional são marcas comuns aos países atingidos pelo *lawfare*: despertam alerta e reação de interesses externos (econômicos e estratégicos) em alianças que incluem a elite dominante local - burguesia associada ao capital externo (BERRINGER; NASCIMENTO, 2023).

Contudo, o *lawfare* não é só empregado contra pessoas inimigas, mas também contra empresas com a finalidade de eliminar concorrentes, expandir mercados, mas sob o pretexto do combate à corrupção (TONIETTO; RAMINA, 2021). É uma estratégia geoeconômica estadunidense para assegurar a hegemonia financeira, econômica e empresarial do país no mundo (SALDANHA, 2022). Ou, mais além, para atingir o domínio total global dos EUA em todos os níveis (MONIZ BANDEIRA, 2016; RODRIGUES, 2020; FAHL, 2022).

Zanin, Martins e Valim (2019), Proner (2021) e Amorim e Proner (2022) apontam uma relação muito estreita da prática do *lawfare* à geopolítica dos EUA. As Estratégias Nacionais de Segurança dos EUA de 2006 a 2017 evidenciam como os EUA usam o pretexto do combate à corrupção internacional para atacar a soberania dos Estados, o princípio de não-intervenção e a autodeterminação dos povos, desestabilizando governos de países “competidores” ou “inimigos” dos EUA (FIORI; NOZAKI, 2019; PRONER, 2021).

Pinheiro Guimarães (2017, 2022), Kanaan (2019), Pinto *et al* (2019), Rodrigues (2020); Mendes (2021), Proner (2021), Tonietto e Ramina (2021), Amorim e Proner (2022) e Uchôa (2022), as “Jornadas de Junho” de 2013 no Brasil um caso de revolução colorida. A Operação Lava-Jato, a destituição da presidenta Dilma por meio de um golpe parlamentar e a prisão de Lula são vistas por Fiori e Nozaki (2019), Kanaan (2019), Zanin, Martins e Valim (2019), Mendes (2021), Tonietto e Ramina (2021), Amorim e Proner (2022), Fahl (2022) e Saldanha (2022) como expressões do *lawfare*. A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 é a consagração da guerra híbrida no Brasil para mudar o modelo de desenvolvimento nacional e a projeção internacional do país a favor da geopolítica dos EUA (PINTO *et al*, 2019; MENDES, 2021; FAHL, 2022; UCHÔA, 2022).

A dissertação é resultado de um estudo exploratório realizado a partir de pesquisa documental e bibliográfica. Para investigar os objetivos da política externa dos EUA nos anos 2000, os seguintes documentos oficiais de política externa, segurança e defesa do país foram analisados na pesquisa:

- *National Security Strategy (2006)*
- *National Security Strategy (2010)*
- *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense (2012)*
- *Western Hemisphere Defense Policy Statement (2012)*

- *National Defense Strategy (2015)*
- *National Security Strategy (2017)*
- *National Defense Strategy - Sharpening The American Military's Competitive Edge (2018)*

Já para desvendar a insurgência de táticas de guerra híbrida por parte da estratégia militar dos EUA, os documentos oficiais pesquisados estão abaixo listados:

- *Joint Vision 2020: America's Military - Preparing for Tomorrow (2000)*
- *Special Forces Unconventional Warfare (2010)*

Buscando validar as hipóteses da pesquisa (contradições nas relações bilaterais EUA-Brasil; interesses dos EUA no Brasil e indícios da interferência velada dos EUA no Brasil), a dissertação analisou correspondências eletrônicas dos EUA (Correspondências Eletrônicas da Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil divulgadas pelo *site Wikileaks* em 2010 e Correspondências Eletrônicas da Agência Nacional de Segurança dos EUA divulgadas por Edward Snowden em 2013 e publicadas em consórcio de veículos da imprensa mundial em 2015).

Por meio de revisão bibliográfica, a dissertação vai verificar as hipóteses da pesquisa acerca do tema da intervenção velada dos EUA na desestabilização do Brasil. A revisão bibliográfica conta com a leitura crítica de trabalhos científicos (artigos, monografias, dissertações e teses), além de textos de jornais e revistas, como notícias e artigos de opinião.

Finalmente, a dissertação está estruturada em três capítulos. O capítulo 1 apresenta as origens, a evolução e o contexto do termo guerra híbrida. Desde cátedras como os pensadores prussiano Carl von Clausewitz e chinês Sun-Tzu, passando pelos militares norte-americanos William Lind e Frank Hoffman, até chegar ao russo Andrew Korybko, o capítulo discute o caráter híbrido das guerras. A partir do conceito de guerra híbrida de Korybko, investiga-se como os EUA instrumentalizam objetivos de sua política externa por meio de táticas de guerra híbrida. Num cenário de acirramento de disputas por recursos energéticos estratégicos, a guerra híbrida apresenta-se como um método de intervenção velada dos EUA contra governos não-alinhados aos interesses geopolíticos e econômicos da potência ocidental. O capítulo 2 apresenta como as principais mudanças políticas e socioeconômicas no Brasil nos primeiros anos do atual século contribuíram

para uma mudança na inserção do Brasil no sistema internacional. A partir disso, relacionando o desenvolvimento nacional e internacional do Brasil aos interesses estratégicos dos EUA, poder-se-á interpretar como uma interferência dos EUA na política brasileira atenderia aos interesses estratégicos da potência ocidental. Finalmente, o capítulo 3 faz um panorama da economia política do Brasil no 2º mandato do governo Dilma (2011-2016), acompanhando a crise política, econômica, social e institucional do país, bem como as “pegadas” da interferência dos EUA nos episódios de guerra híbrida: as Jornadas de Junho de 2013, a Operação Lava-Jato em 2014, que fortaleceu a indignação contra o governo Dilma (2011-2016), desencadeando o *impeachment* em 2016, a prisão e a cassação dos direitos políticos de Lula e a eleição de Bolsonaro para a presidência do Brasil em 2018.

1. GUERRA HÍBRIDA: ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICO-MILITAR DE INTERVENÇÃO

A partir do conceito de guerra híbrida de Andrew Korybko (2017, 2018), investiga-se como os EUA instrumentalizam objetivos de sua política externa por meio de táticas de guerra híbrida. Num cenário de acirramento de disputas por recursos energéticos estratégicos, a guerra híbrida apresenta-se como um método de intervenção velada dos EUA contra governos não-alinhados aos interesses geopolíticos e econômicos da potência ocidental.

1.1 CONCEITO: ORIGEM E CONTEXTO

Traços fundamentais da guerra híbrida¹ já poderiam ser vistos nas obras de Clausewitz e Sun-Tzu. Para o prussiano, a guerra é um instrumento da política² e “(...) um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade.” (CLAUSEWITZ, 1832, p. 75)

O homólogo oriental de Clausewitz, Sun Tzu, já escreveu em sua clássica obra “A Arte da Guerra” acerca da importância do elemento indireto para subverter o inimigo e penetrar suas barreiras sem movimentar recursos essenciais da guerra: “O mérito supremo consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar” (SUN-TZU, 2017). Sun Tzu considera a convergência entre a esfera política e psicológica superior aos pensamentos essencialmente militares, compreendendo que o ator que dominar o fio condutor que interliga as duas esferas terá a capacidade de manipular o oponente segundo sua vontade, acudindo-o e ameaçando-o conforme sua conveniência – adquirindo a maestria da arte da guerra (SUN-TZU, 2017; FAHL, 2022). A arte da guerra, portanto, é a capacidade de combater um inimigo sem ele saber que está sendo combatido - um elemento central da chamada guerra híbrida.

¹ Apesar de características imutáveis da guerra, como violência, acaso e propósito político, o ineditismo é proporcionado pelas novas tecnologias, o que enseja o conceito de guerra híbrida (RODRIGUES, 2020).

² “A guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios. O que continua sendo peculiar na guerra é simplesmente a natureza peculiar dos seus meios. [...] O propósito político é a meta, a guerra é o meio de atingi-lo, e o meio nunca deve ser considerado isoladamente do seu propósito.” (CLAUSEWITZ, 1832, p. 91 *apud* RODRIGUES, 2020, p. 159)

No artigo “*The Changing Face of War: Into the Fourth Generation*”, William Lind *et al* (1989) desenvolveram o conceito de Guerra de Quarta Geração para interpretar a “multiplicidade de meios (militares e não militares) empregados na condução da guerra, com ênfase em ações nos campos político, econômico e psicossocial, com prioridade sobre os esforços no campo militar” (VISACRO, 2011, p. 49). Na perspectiva de Lind *et al* (1989), o novo método de combate não é mais linear e claramente definido num confronto de forças militares, pois “(as forças inimigas) usarão de muitas ferramentas diferentes para combater, não se restringindo ao que reconhecemos como sendo forças militares” (LIND *et al*, 1989, p. 23).

Na perspectiva da Guerra de Quarta Geração, a vitória não mais estaria limitada ao terreno militar. O conceito de vencedores e perdedores em uma guerra abrangeria aspectos políticos, ambientais, sociais, econômicos e culturais, cujos embates se deram com “ênfase na luta pelo apoio da população” (VISACRO, 2011, p. 49). A vitória militar não significa vitória plena na guerra, pois “aquele que ‘vence’ nos níveis tático e físico pode perder nos níveis operacional, estratégico, mental e moral, onde se decide a guerra da Quarta Geração” (LIND, 2005, p. 15).

Esmiuçando o trabalho de Lind *et al* (1989), o Oficial do Exército Brasileiro (EB) Alessandro Visacro (2011) explica que o uso psicológico das vantagens conquistadas na vitória militar passa a ser essencial nas Guerras de Quarta Geração. Segundo Visacro (2011), a guerra contemporânea tende a priorizar “os objetivos psicológicos em detrimento dos objetivos físicos” (VISACRO, 2011, p. 52), pois mostra-se mais forte a ligação ou até mesmo eles se mesclam entre objetivos militares e objetivos políticos. O objetivo maior da guerra, além dos alvos militares, é “auferir resultados psicológicos e afetar a opinião pública” (VISACRO, 2011, p. 54). A opinião pública, segundo desenvolvimento de Visacro (2011), pode ser vista como conjunto dos posicionamentos e uma conseqüente pressão social e política sobre os agentes decisórios, se possível com utilização do “espaço na mídia e aceitação popular” (VISACRO, 2011, p. 54).

O escrito de Lind *et al* (1989) inspirou o pensamento militar estadunidense a refletir acerca de características da guerra contemporânea. Nos EUA, a primeira utilização da expressão “guerra híbrida” foi na tese de William J. Nemeth, Major do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, abordando o tema “*Future War and Chechnya: a Case of Hybrid Warfare*”, em 2002 (RODRIGUES, 2020). Entretanto, a definição conceitual como referência à denominação de guerra híbrida surge no contexto da invasão do Iraque

(2003), no artigo de 2005 do tenente-general James N. Mattis e do tenente-coronel Frank Hoffman, militares do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA. Em “*Future Warfare: The Rise of Hybrid Wars*”, Mattis e Hoffman (2005) fazem um alerta para a possibilidade de atores estatais e não-estatais buscarem tecnologias e táticas para obtenção de vantagens, uma combinação de abordagens inovadoras, uma fusão de diferentes modos e meios de guerra. Nas palavras dos autores: “(...) precisamos explorar a natureza dos desafios alternativos e os investimentos correspondentes para nos posicionar de forma mais adequada num mundo de adversários não convencionais” (MATTIS; HOFFMAN, 2005, p. 30-32).

Posteriormente, buscando qualificar o termo, Hoffman (2009) abordando que as guerras híbridas, ao misturarem a letalidade do conflito estatal com o fervor fanático e prolongado da guerra irregular, se juntam a um conjunto crescente de conceitos alternativos sobre o caráter evolutivo do conflito moderno. Ao não se limitarem a atores não-estatais, a capacidade de empregar táticas irregulares e atividades ilegais ou terroristas torna-se um fator complicador para o planejamento da defesa no século XXI (RODRIGUES, 2020).

Visando investigar a nova estratégia geopolítico-militar dos EUA para mudança de regimes nos anos 2000, o analista político russo Andrew Korybko (2018) identificou uma relação entre os protestos ocorridos na Síria (2011), no Norte da África e no Oriente Médio, no contexto da “Primavera Árabe”, iniciada em 2010, e na Ucrânia (2013). A interferência externa organizada é o padrão dos protestos no início dos anos 2010 a favor da mudança de governo (KORYBKO, 2018).

Nesta perspectiva, os EUA estariam promovendo uma nova estratégia geopolítico-militar internacional baseada no que Korybko (2018) denomina de guerra híbrida. Este novo modelo de intervenção dos EUA influenciaria os rumos da geopolítica no século XXI. Os casos da Síria e Ucrânia são expressões claras da nova estratégia dos EUA, que visa realizar trocas de regimes desfavoráveis ou que se apresentem como um obstáculo para a preservação da ordem mundial “à imagem e semelhança” estadunidense.

Segundo Ellen Wood (2014 *apud* KANAAN, 2019, p. 196), a tática de mudança de regime - o conjunto de táticas mobilizadas pelo imperialismo norte-americano para derrubar governos hostis aos seus interesses e instaurar novos governos alinhados aos EUA - é característica central do império do capital. Embora não exerçam controle político ou militar direto sobre suas “colônias”, os EUA realizam “intervensões

cirúrgicas” para derrubar governos hostis aos seus interesses, geralmente através da sustentação política e apoio econômico a forças opositoras locais. Wood (2014 *apud* KANAAN, 2019, p. 196) ressalta ainda que, diferentemente do século XX, o autoritarismo hoje “está relacionado às novas naturezas das medidas de exceção no interior das rotinas democráticas. As medidas de exceção são fragmentadas, cirúrgicas e com aparência de legalidade” (WOOD, 2014 *apud* KANAAN, 2019, p. 196).

Para Korybko (2018), a guerra híbrida é definida como um conflito indireto que abusa da combinação de ferramentas irregulares (revoluções coloridas e guerras não-convencionais) e regulares para efetivar uma troca de regime no Estado-alvo. Neste novo modelo de guerra, busca-se desestabilizar o alvo internamente manejando a menor quantidade de recursos possível (FAHL, 2022). Korybko (2018) defende que os EUA tenham adotado a guerra híbrida como estratégia geopolítico-militar para realizar a universalização de seus valores liberais-ocidentais-cristãos (FAHL, 2022).

Segundo Korybko (2018), a guerra híbrida tem dois pilares mutuamente complementares de desestabilização: a revolução colorida e a guerra não-convencional. Korybko introduz em sua teoria os conceitos de revoluções coloridas e guerras não-convencionais que, como expressões e ferramentas para a execução da guerra híbrida, almejam a troca de regime no Estado-alvo. Primeiramente, as revoluções coloridas, identificadas como “golpe brando”, servem para convocar a população do Estado-alvo a mobilizar-se contra suas próprias autoridades e instituições políticas, manipulando-a com operações psicológicas e disseminação de propaganda com vistas a efetivação de uma troca de regime favorável ao Estado-agressor (KORYBKO, 2018).

Caso a revolução colorida venha a falhar, a guerra híbrida avança para seu segundo estágio, as guerras não convencionais, caracterizadas como “golpe rígido” por dispor de caráter letal, algo não compartilhado pelas revoluções coloridas. As guerras não convencionais são praticadas por forças desvinculadas aos Estados nacionais. Cumpre o que lhes é ordenado, sendo suas forças identificadas de forma abrangente como forças especiais, combatentes híbridos, mercenários, organizações terroristas, milícias e movimentos de libertação nacional (KORYBKO, 2018; PENIDO; STÉDILE, 2021).

Korybko (2018) destaca o papel da “liderança velada” na estratégia de atuação geopolítico-militar dos EUA. Estes terceirizam a realização de seus objetivos geoestratégicos e geopolíticos a “procuradores regionais”, incumbidos de realizar operações de desestabilização no país-alvo. A liderança velada, um dos instrumentos da

estratégia de guerra híbrida, desemboca nas guerras por procuração, quando os EUA administram e passam ordens de longe a seus aliados. Os benefícios da ação velada são a redução das despesas da guerra, quando comparados aos custos financeiros e às perdas humanas de uma guerra convencional e, sobretudo, a preservação da imagem e da credibilidade política internacional do Estado agressor (FAHL, 2022).

As táticas de guerra híbrida visam a desestabilização interna do inimigo, buscando neutralizar seu adversário através de meios indiretos e fazendo-o implodir por si mesmo. A essência da guerra híbrida é controlar a vontade do inimigo, criando instabilidades internas que levem a sua rendição (FAHL, 2022). Fiori (2018) resume esta nova modalidade de guerra:

Uma sucessão de intervenções que transformou este tipo de guerra, na segunda década do século XXI, num fenômeno quase permanente, difuso, descontínuo, surpreendente e global. Trata-se de um tipo de conflito que não envolve necessariamente bombardeios, nem o uso explícito da força, porque seu objetivo principal é a destruição da vontade política do adversário através do colapso físico e moral do seu Estado, da sua sociedade e de qualquer grupo humano que se queira destruir. Um tipo de guerra no qual se usa a informação mais do que a força, o cerco e as sanções mais do que o ataque direto, a desmobilização mais do que as armas, a desmoralização mais do que a tortura. Por sua própria natureza e seus instrumentos de “combate”, trata-se de uma ‘guerra ilimitada’ (ou ‘irrestrita’ na acepção chinesa), no seu escopo, no seu tempo de preparação e na sua duração. Uma espécie de guerra infinitamente elástica que dura até o colapso total do inimigo, ou então se transforma numa beligerância contínua e paralisante das forças “adversárias” (FIORI, 2018, p. 402-403)

Segundo Korybko (2018), a partir do caos sistêmico das revoluções colorida e guerras não-convencionais, administrado e controlado de acordo com interesses específicos, o sistema inimigo é contaminado como um vírus que contagia toda a população alvo, sendo espalhado pelos próprios nacionais, causando uma convulsão política e social em que se faz necessário o “*reboot* do sistema”, ou seja, a mudança de regime (KORYBKO, 2018).

A razão da promoção do novo modelo de estratégia de conflito baseado na guerra híbrida está na dominação de espectro total aspirada pelos EUA (KORYBKO, 2018). Conforme Moniz Bandeira (2016a), a estratégia geopolítico-militar de intervenção velada, conceituada como guerra híbrida, visa manter o “domínio do espectro total”. A dominação do espectro total visaria uma governança global e a dominação totalitária dos EUA no mundo, retomando a unipolaridade do sistema internacional no Pós-Guerra. Para Moniz Bandeira (2016a), os EUA aspiram a uma ditadura mundial do neoliberalismo.

Para o professor argentino Gabriel Merino (2022), o mundo testemunha atualmente uma “guerra mundial híbrida e fragmentada”. Merino faz uma releitura do conceito de guerra híbrida de Korybko (2018), partindo da ideia da guerra mundial híbrida e fragmentada ser uma consequência da disputa pelo poder mundial. À luz da perspectiva do sistema-mundo, Merino sustenta haver uma transição histórico-espacial em curso no sistema internacional, fruto da crise capitalista estrutural, bem como da crise da ordem internacional. Esta, por sua vez, é resultado da crise de hegemonia do Norte Global/Ocidente - representado por EUA e Europa, fiadores da ordem mundial unipolar - além da ascensão dos emergentes/Sul Global - representados particularmente pela Eurásia, bloco liderado, a nível econômico, pela China, a nível militar, pela Rússia e, a nível geopolítico, pelos BRICS - apoiadores de uma ordem internacional multipolar. Prova da guerra mundial híbrida e fragmentada é a multiplicação de conflitos no sistema-mundo, conforme Merino (2022).

Aproximando-se da concepção de Korybko (2018), a conceitualização da guerra mundial híbrida e fragmentada de Merino (2022) pressupõe a combinação de elementos de guerra convencional com aspectos da guerra irregular. Nas palavras de Merino (2022),

(a guerra mundial híbrida e fragmentada é) Uma guerra que envolve os principais polos do poder mundial, é conduzida centralmente pelos EUA face a uma situação de relativo declínio e tem como principal contradição as forças da velha ordem globalista unipolar em crise vs. uma ordem multipolar. Esta GMH (guerra mundial híbrida) está desenvolvendo-se em todas as frentes: econômica, tecnológica, financeira e comercial; informativa, psicológica e virtual. Assim, falamos de guerra comercial, guerra econômica, guerra de informação, guerra psicológica, guerra cibernética, guerra cambial, guerra financeira, guerra biológica, guerra judicial (conhecida como guerra jurídica) e guerra cognitiva. Uma característica central é que a Guerra Híbrida é completamente confusa: a fronteira entre militar e civil, entre o início e o fim, entre o público e o privado, é confusa (MERINO, 2022, p. 5).

A guerra mundial híbrida e fragmentada é a expressão máxima da vigente transição histórico-espacial. Criticando a concepção de “Nova Guerra Fria”, Merino (2022) defende que a guerra mundial híbrida e fragmentada é um retrato da geopolítica mundial do sistema-mundo capitalista desde os anos 1970 como regime de acumulação financeiro, crise da ordem unipolar e ascensão geopolítica e econômica da China. A guerra na Ucrânia, iniciada em 2013, seguida pelo referendo na Crimeia em 2014 e a guerra civil no país, é a inauguração de conflitos fragmentados na arena mundial, que envolvem táticas de guerra convencional (combate entre exército regulares) com sanções, *lawfare*, uso de agentes químicos e bacteriológicos, invasão cibernética, embargos.

1.2 PRINCIPAIS TÁTICAS DA GUERRA HÍBRIDA

1.2.1 Revolução Colorida

Segundo Korybko (2018), na revolução colorida, os elementos centrais da interferência estrangeira na ordem político-social do país-alvo são as redes sociais, a tecnologia da informação e os meios de comunicação, usados para disseminar ideias contrárias ao governo a ser derrubado por meio da produção de consenso na maioria da população (TONIETTO; RAMINA, 2021). O autor aponta que as revoluções coloridas têm como fundamentos básicas técnicas de psicologia das massas, sofrendo influência decisiva de “*Propaganda*”, publicada por Edward Bernays em 1928, e “*From dictatorship to democracy: a conceptual framework for liberation*” de Gene Sharp (2012), um manual de métodos de não-resistência e desobediência civil (KORYBKO, 2018; RODRIGUES, 2020; TONIETTO; RAMINA, 2021). A ideia central do manual de Sharp (2012) é não negociar com “ditadores”, governos não-alinhados aos EUA. Ele afirma que "apenas uma mudança nas relações de poder em favor dos democratas pode salvaguardar adequadamente as questões básicas em jogo. Essa mudança ocorrerá através de lutas, não de negociações” (SHARP, 2012, p. 16-17). Isto é, a população revoltosa não deve aceitar as concessões do governo-alvo da desestabilização até sua efetiva derrubada, objetivo da revolução colorida.

A origem da disseminação de informações contrárias ao governo alvo da desestabilização é exógena (KORYBKO, 2018; RODRIGUES, 2020). Segundo Korybko (2018):

Pode-se perceber, portanto, que as Revoluções Coloridas, tal como as campanhas de publicidade ou relações públicas, não são espontâneas, mas sim fabricadas muito de antemão à sua implementação. É a disseminação da informação ("propaganda") na sua mais crua essência, e as ideias contra o governo devem ser propagadas de maneira coordenada para fabricar consenso em uma parcela apropriada (decisiva) da população para que participe da Revolução Colorida (KORYBKO, 2018, p. 48)

Toda revolução colorida conta com um “acontecimento” e uma “infraestrutura física” para ser bem-sucedida. O “acontecimento” é a “faísca” das revoluções coloridas. Acontecimentos potenciais para o início de revoluções coloridas são: a prisão de líderes da oposição, fraude eleitoral, aprovação ou reprovação de leis controversas ou

polarizadoras. Exemplos de “acontecimentos” são o movimento de resistência lança narrativas acerca da realidade para absorver a atenção da população para a causa, incentivando uma atitude prática da população no sentido de deposição do governo-alvo (KORYBKO, 2018; RODRIGUES, 2020; SANTOS *et al*, 2021; FAHL, 2022). Ressalta-se que, nas revoluções coloridas, o país-agressor explora vulnerabilidades de caráter social, étnico, religioso, político e/ou econômico do país-alvo em prol da consecução de seus objetivos estratégicos. Logo, o problema no país-alvo não é criado, mas sim amplificado e retratado para a população-alvo conforme os objetivos do país-agressor.

A “infraestrutura física”, por sua vez, serve para a população-alvo expressar seu apoio ao movimento, expressando as demandas da revolução colorida através de objetos físicos e lugares estratégicos (KORYBKO, 2018). Exemplos do uso da infraestrutura física são os atos de ocupação, aglomerações, manifestações e protestos, o uso de palcos, megafones, bandeiras, símbolos, cartazes, *slogans*, roupas do movimento numa única cor. Isto, aliás, explica a origem do termo “revolução colorida”. Deve-se dizer ainda que a participação da juventude é valorizada nos movimentos de revolução colorida: para conseguir conquistar o apoio da população do país-alvo, as revoluções coloridas visam persuadir a juventude para integrar o movimento, passando uma imagem juvenil e moderna, servindo para construir e fortalecer a narrativa de renovação política (FAHL, 2022).

Além da infraestrutura física, as revoluções coloridas usam a arena virtual para insuflar a guerra híbrida. Os meios de comunicação modernos, utilizados como ferramentas de molde para o comportamento e conjunto de ideias da população alvo, potencializam a aplicação de operações psicológicas, servindo como uma plataforma para promover a ideologia da guerra híbrida, disseminar propaganda antigovernamental, expandir sua base de simpatizantes, transformar indivíduos comuns em emissores de suas ideias, e desestabilizar a ordem política local ao minar as rachaduras sociais da sociedade alvo (KORYBKO, 2018; FAHL, 2022). A convergência destes elementos no campo virtual fabrica um consentimento social que é a base das manifestações populares das revoluções coloridas, que possuem o objetivo de subversão do regime político vigente. As mídias sociais modernas funcionam como um ponto de encontro central para simpatizantes interagirem, cooperarem e se organizarem, visando tomar ações que ampliem o campo de influência da revolução colorida a fim de concretizar seu objetivo político (KORYBKO, 2018).

No início dos anos 2010, o *Facebook* apresentava-se como a principal rede social para mobilizar revoluções coloridas. Devido ao seu grande banco de dados, que contém informações específicas sobre seus usuários, e a engenharia social que é aplicada na plataforma para ampliar a atividade em rede, o *Facebook* consegue projetar publicidades e propagandas específicas para seus usuários, influenciando seu comportamento e propagando essa prática para seus círculos sociais próximos (KORYBKO, 2018). No entanto, a plataforma perdeu o posto no final da década de 2010 para o *Whatsapp*, cujas principais funcionalidades é encaminhar mensagens instantâneas com frequência a diversas pessoas simultaneamente.

No documentário “Ucrânia em Chamas”, Lopateniuk e Stone (2016) apontam três ingredientes fundamentais para uma revolução colorida: financiamento, técnicas e mídia. O financiamento é disponibilizado pelo Departamento de Estado dos EUA a Organizações Não Governamentais (ONGs) (REVOLUÇÕES ..., 2013; ENGBAHL, 2020). Determinadas ONGs atuam como “laranjas” da estratégia de dominação internacional dos EUA. Quanto às técnicas, Lopateniuk e Stone (2016) apontam o “livro-manual” de Sharp (2012) como imprescindível para a realização de “revoluções pacíficas”, baseadas na desobediência civil. O livro contém 198 métodos de resistência não-violenta, divididos em três categorias (protesto e persuasão, não-cooperação e intervenção). A maioria é costumeiramente vista nas revoluções coloridas: “1. Discursos públicos (...) 7. Slogans, caricaturas e símbolos (...) 18. Exibição de bandeiras e cores simbólicas (...) 19. Uso de símbolos (...) 26. Pintar como protesto (...)” (SHARP, 2012, p. 46). Já “(...) 14. Prêmios simulados e (...) 198. Soberania dupla e governo paralelo”³ chamam atenção por constarem na lista de Sharp (2012) como métodos de “revolução pacífica” para fins de mudança de regime político.

A inauguração das revoluções coloridas foi com a derrubada do governo de Slobodan Milosevic (1997-2000) na Iugoslávia (2000), liderado pelo movimento OTPOR! (“Resistência!”), principal beneficiário dos recursos de organizações norte-americanas, como *National Endowment for Democracy* (NED), *International Republican Institute* (IRI), *US Agency for International Development* (Usaid), *Freedom House*, *Open Society Foundations* e *National Democratic Institute* (NDI) (COHEN, 2000 *apud* KANAAN,

³ Um exemplo recente de governo paralelo, uma das técnicas de Sharp (2012) é o governo do “autoproclamado” presidente da Venezuela Juan Guaidó.

2019, p. 197; MENDES, 2021). Tais ONGs e institutos são “figurinhas carimbadas” nos processos de revoluções coloridas no mundo.

Thompson (2001) destaca a ajuda financeira dos EUA no êxito da Revolução Bulldozer (como ficaram conhecidos os protestos a queda de Milosevic):

(...) os adesivos "Gotov Je" vieram do Departamento de Estado dos EUA, diretamente ou canalizados através de um ou mais dos QUANGOs⁴. As organizações sem fins lucrativos também forneceram suprimentos indispensáveis: computadores, aparelhos de fax, camisetas com punhos cerrados estampadas no centro, tinta spray destinada a rabiscar pichações anti-Milosevic. Os sérvios dominaram a campanha, mas não há como descartar o papel internacional (THOMPSON, 2001, n.p.)

Como pode ser observado na Figura 1, manifestantes empunham adesivos com os dizeres “*Gotov Je!*”, o que, na tradução do sérvio, significa “Ele está acabado”, uma forma de pressionar pela renúncia do então presidente do país Slobodan Milosevic - o que acabou se concretizando.

Figura 1 - “*GOTOV JE!*”: Manifestantes exibem Adesivos distribuídos por ONGs



Fonte: PÉROUSE, 2018

⁴ QUANGO é a sigla inglesa para Quasi-Autonomous Non-Governmental Organizations (“Quase ONGs”), uma forma híbrida de organização, com traços de ONGs, mas parcialmente controlada e/ou financiada por órgãos governamentais. Ver em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-11405840>

Longe de ser uma operação psicológica e ideológica orquestrada do exterior, a Revolução Bulldozer é resultado da comunhão de interesses e a afinidade ideológica entre segmentos internos e setores da burguesia dos Estados ocidentais, capitaneados pelos EUA. A condução política de Milosevic desagradava parcela da população iugoslava. Para os EUA e parceiros europeus, era interessante demover um aliado da Rússia, de modo a enfraquecê-la geopoliticamente (MENDES, 2021). Como vai ser discutido no capítulo 3, o mesmo aconteceria 13 anos depois no Brasil. Logo, a intervenção externa velada para mudar um governo, desestabilizar uma sociedade, uma economia, um projeto de desenvolvimento nacional acontece graças à complacência de forças domésticas.

A Revolução *Bulldozer* serviu de inspiração para a Revolução Rosa. O movimento *Kmara!* (Basta!, em georgiano), criado por um grupo de jovens militantes do *Liberty Institute*, liderou os protestos para a derrubada do governo de Eduard Shevardnadze na Geórgia (2003). Em 2004 na Ucrânia, o movimento *Pora!* (Está na hora!, em ucraniano), fundado por jovens que haviam trabalhado na *Open Society* (fundação do bilionário húngaro-americano George Soros, por trás de revoluções coloridas ao redor do mundo), tomou a frente da Revolução Laranja, que destituiu Viktor Yanukovych. Segundo Mackinnon (2010 *apud* MENDES, 2021, p. 121) o *Kmara!* e o *Pora!* receberam instrução do OTPOR!. Tal como o grupo sérvio, o georgiano e o ucraniano receberam apoio financeiro e formação política de ONGs e *think tanks* neoliberais como Usaid, NED, IRI, NDI (MACKINNON, 2010 *apud* MENDES, 2021, p. 121). Estima-se que a estrutura de guerra ideológica tenha desembolsado aproximadamente US\$ 500 mil na Revolução Rosa e mais de US\$ 35 milhões na Revolução Laranja (BERZINA, 2014 *apud* MENDES, 2021, p. 121).

Passando do Leste Europeu para o Oriente Médio, a Primavera Árabe, retratada na mídia internacional como uma onda de revoltas e protestos populares e espontâneos contra a tirania de governos autocráticos, é considerada por Visentini *et al* (2012), Korybko (2015 *apud* KANAAN, 2019 p. 197) e Chase (2017 *apud* KANAAN, 2019 p. 197) uma revolução colorida orquestrada pelos EUA visando a mudança de regime. Nesse sentido, Kanaan (2019) aponta que os EUA financiaram os grupos de oposição que derrubaram os governos de Ben Ali, na Tunísia (2011), Hosni Mubarak, no Egito (2011), Muammar Gaddafi, na Líbia (2011), e Ali Saleh, no Iêmen (2012), além de desestabilizar o governo de Bashar al Assad na Síria, país que passa por uma guerra civil desde 2011.

Amin (2012) segue o raciocínio, afirmando que a CIA desvia o sentido do movimento, afastando os militantes dos objetivos de transformação social progressista (Figura 2).

Figura 2 - Cartazes pedindo a Mudança de Governo nos Protestos da Primavera Árabe no Líbano



Fonte: O'TOOLE, 2018

Na Ucrânia, onde o conflito geopolítico EUA/Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) X Rússia iniciou no final de 2013, a estratégia de desestabilização institucional posta em prática pela embaixada dos EUA, então chefiada por Geoffrey Pyatt, atingiu seu objetivo ao depor o presidente pró-Rússia Viktor Yanukovich (KANAAN, 2019). A operação de *regime change* na Ucrânia em 2014 serviria de ensaio para o enfraquecimento e derrubada do governo Putin na Rússia. Apesar de ocultado pela mídia internacional tradicional para não “deslegitimar” os protestos, parte dos manifestantes que tomaram as ruas de Kiev e outras grandes cidades da Ucrânia carregavam símbolos neonazistas, como bandeiras, adesivos, insígnias, desenhos, tatuagens, roupas e imagens de líderes de extrema-direita como Stepan Bandeira, nazista envolvido na limpeza étnica de milhares de poloneses de 1942 a 1944 em Volínia (Figura 3).

Figura 3 - Imagem de Colaboracionista do Regime Nazista nos Protestos de 2014 na Ucrânia



Fonte: GRAB von ..., 2014

Participante *in loco* do “Euromaidan”, a revolução colorida da Ucrânia de 2014, a Secretária-Assistente de Estado para a Europa e Assuntos da Eurásia, Victoria Nuland, confessou que os EUA “investiram” US\$5 bilhões no “desenvolvimento de habilidades para promover a sociedade civil (ucraniana)” (MONIZ BANDEIRA, 2016a, p. 275-276) (Figura 4).

Figura 4 - Victoria Nuland oferecendo biscoitos nos protestos de 2014 na Ucrânia



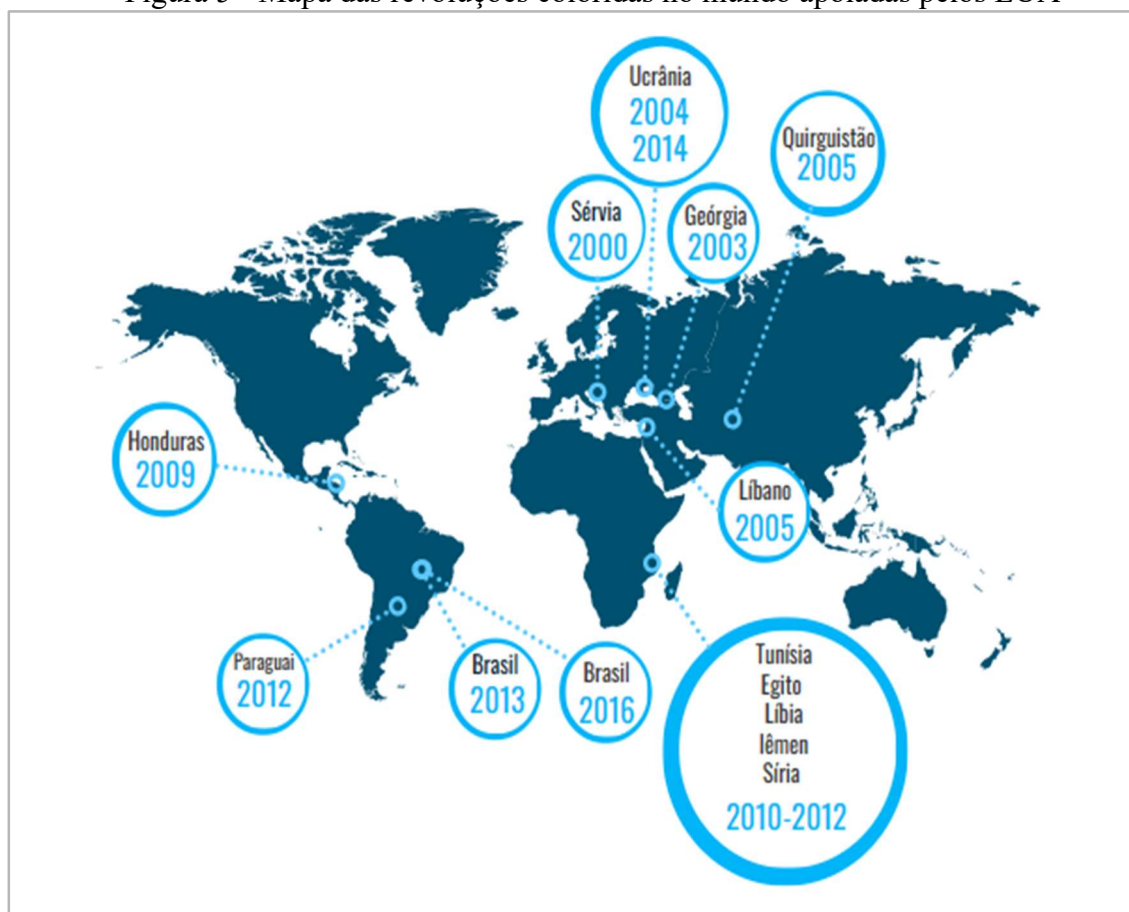
Fonte: ARE they like ..., 2019

Já na América Latina em 2009, mesmo ano da deposição do presidente Manuel Zelaya em Honduras, a Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, teria dito num discurso,

que “ter Democracia na América Latina não é o suficiente, temos que apoiar judiciários fortes e independentes nesses países” (MIER, 2018a, n.p.). Chama atenção o papel do Judiciário de Honduras na destituição de Manuel Zelaya, emitindo a ordem de prisão do presidente e convocando novas eleições. Pouco depois, em 2012, o Judiciário paraguaio teve participação chave no julgamento e condenação em tempo recorde do presidente Fernando Lugo. Há duas coincidências nos casos de neogolpe⁵ em Honduras e Paraguai: os governos de centro-esquerda de Zelaya e Lugo, foram substituídos por governos pró-mercado e alinhados a Washington.

Conforme concepção de Korybko (2018) acerca de revoluções coloridas, a Figura 5 abaixo apresenta um mapa dos protestos a partir dos anos 2000 no mundo que contaram com a participação velada dos EUA para derrubada de governos.

Figura 5 - Mapa das revoluções coloridas no mundo apoiadas pelos EUA



⁵ Analisando a mudança de governos na América Latina nos anos 2000, Coelho e Mendes (2020) argumentam que um neogolpe é uma renovação dos golpes de Estado do século XX: se antes as Forças Armadas foram protagonistas na derrubada de governos democráticos, agora, no século XXI, os agentes das mudanças de regime são o Judiciário e o Legislativo, com apoio da mídia e dos setores conservadores da sociedade.

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados de COELHO e MENDES (2020); MENDES (2021) e FAHL (2022). Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016) são exemplos de Neogolpe ou Guerra Jurídico-Parlamentar (COELHO; MENDES, 2020; MENDES, 2021). Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen e Síria fazem parte da "Primavera Árabe". Em todos esses países, houve mudança de governo após protestos aos moldes de revoluções coloridas (KORYBKO, 2018; MENDES, 2021). Exceção é a Síria que, apesar de não sofrer um golpe de Estado, vivencia uma intensa guerra civil desde 2011. Korybko (2018) argumenta que o conflito na Síria já evoluiu para uma guerra não-convencional.

Em suma, as revoluções coloridas são o resultado de uma intensa campanha de operações psicológicas e compartilhamento massivo de desinformação, que fazem com que a sociedade alvo seja cooptada para atacar suas próprias bases institucionais, imobilizando e desorientando o Estado-alvo. A espontaneidade artificial, ou melhor, fabricada do fenômeno contribui para encobrir interesses de agentes externos que visam uma mudança de regime político. A conjugação entre a disseminação de propaganda, a ocupação das ruas e o domínio do terreno virtual das redes da comunicação, faz da revolução colorida um instrumento poderoso da guerra híbrida, uma vez que consegue ocultar o Estado por trás do conflito, possibilitando ataques remotos e de baixo custo quando comparado aos meios tradicionais de batalha (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019).

1.2.2 Guerra Não-Convencional

Segundo a interpretação de Korybko (2018), caso as revoluções coloridas sejam insuficientes para derrubar e substituir governos não-alinhados aos EUA, há o avanço para o estágio de guerra não-convencional, combatidas por forças não-regulares. As guerras não-convencionais atuam como um multiplicador de forças, apoderando-se "(...) de uma infraestrutura política, militar e social pré-existente e a apoia com vistas a acelerar, estimular e incentivar ações decisivas baseadas em ganho político calculado e nos interesses nacionais dos EUA." (KORYBKO, 2018, p.71-72). Vale dizer que, nas situações mais extremas, se a guerra não-convencional falhar, há o avanço do conflito para uma guerra convencional direta, como intervenção humanitária ou responsabilidade de proteger (KORYBKO, 2018; FAHL, 2022). Nas palavras de Korybko (2018):

A guerra não convencional é definida como qualquer tipo de força não-convencional (isto é, grupos armados não-oficiais) envolvida em um combate largamente assimétrico contra um adversário tradicional. Se consideradas em conjunto em uma dupla abordagem, as REVOLUÇÕES COLORIDAS (meios não-militares) e a GUERRA NÃO CONVENCIONAL representam os dois componentes que darão origem à teoria da GUERRA HÍBRIDA, um novo

método de guerra indireta sendo perpetrado pelos EUA (KORYBKO, 2018, p. 13).

Nas guerras não-convencionais, forças paramilitares são convocados para atuar num conflito já existente, cumprindo ordens de um Estado para realização de seu interesse estratégico (PETIT, 2012 *apud* FAHL, 2022, p. 43). Forças não-regulares não fazem parte do exército regular de um Estado, tendo como exemplo forças especiais, combatentes híbridos, mercenários, organizações terroristas, milícias e movimentos de libertação nacional que vendem o emprego da força para entidades políticas (KORYBKO, 2018). A título de exemplos, o Grupo Wagner, Blackwater/Academi, Batalhão Azov e Pravy Sektor são forças paramilitares.

As táticas de guerra híbrida adotadas pelos EUA podem ser evidenciadas no *TC 18-01 Unconventional Warfare*, um manual para guerras não-convencionais das Forças Especiais dos EUA. Nele, há uma definição de guerras não-convencionais (*unconventional warfares*) segundo a visão geoestratégica dos EUA, bem como uma descrição minuciosa do planejamento e administração desta modalidade de guerra, servindo como um guia para o desenvolvimento sistemático da organização de operações de desestabilização contra países não-alinhados (RODRIGUES, 2020). O *TC 18-01 Unconventional Warfare* considerou a desestabilização política e o apoio de forças internas como estratégias a serem exploradas, afirmando que o objetivo dos EUA neste tipo de guerra seria explorar vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e políticas, desenvolvendo e sustentando forças de resistência interna para atingir objetivos estratégicos (SOUZA, 2022).

O documento distingue duas formas de participação dos EUA em guerras não-convencionais: “Os EUA executam UW (*unconventional warfares*) com a antecipação de envolvimento militar em larga escala dos EUA ou sem previsão de envolvimento militar em larga escala dos EUA” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010b, p. 7-8). Exemplos da participação militar direta dos EUA são as guerras do Afeganistão e do Iraque, quando o “objetivo é facilitar a introdução de forças convencionais ou desviar os recursos do inimigo de outras partes da área operacional” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010b, p. 7). Já a participação “limitada” dos EUA em Cuba nos anos 1960, no Afeganistão e na Nicarágua nos anos 1980, visa “pressionar o inimigo” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010b, p. 7).

Na perspectiva militar oficial dos EUA, guerras não-convencionais são “atividades realizadas para permitir que um movimento de resistência ou insurgência possa coagir, interromper ou derrubar um governo ou poder de ocupação operando através ou com uma força subterrânea, auxiliar e guerrilheira” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010b, p. 1-1).

No manual, o apoio dos EUA a forças de resistência e insurgência em potências hostis visa explorar vulnerabilidades políticas, sociais, econômicas e psicológicas para mudar o governo da potência hostil (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010b; KORYBKBO, 2018).

Outro elemento destacado pela doutrina militar dos EUA no âmbito das guerras não-convencionais é a subversão: “ações destinadas a minar a força ou moral militar, econômica, psicológica ou política de uma autoridade governante”, cuja função é “dilapidar o poder do governo ou elemento de ocupação, retratando-o como incapaz de atender às demandas da população” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010b, p. 1.6-1.7).

1.2.3 *Lawfare*

“Uma guerra mais sofisticada do que a convencional, uma guerra mais dissimulada do que a guerra industrial, uma guerra ainda desconhecida pela opinião pública: a guerra judicial” (PIERUCCI; ARON, 2021, Epílogo). Aqui, adota-se a definição de *lawfare* de Zanin, Martins e Valim (2019), para os quais “(o *lawfare*) é o uso estratégico do Direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019, p. 26) - genérica o suficiente para descrever distintas realidades e particularidades históricas.

O *lawfare* faz parte das formas não-convencionais de guerras e disputas militares, geopolíticas, políticas e comerciais da atualidade, onde o Direito e as operações psicológicas (PSYOP) são ferramentas de guerra para alcançar os objetivos propostos. Assim como enxergam Zanin, Martins e Valim (2019), o *lawfare* é uma das formas de manifestação das guerras híbridas⁶.

⁶ Vale esclarecer, as guerras híbridas são aqui entendidas como um conjunto de táticas de combate na esfera militar, geopolítica, econômica, jurídica e psicológica da estratégia de poder internacional dos EUA no século XXI.

O neologismo “*lawfare*” é uma contração das palavras *law* (Direito) e *warfare* (guerra) e um de seus primeiros registros remonta a um artigo de John Carlson e Neville Yeomans publicado em 1975 (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019). Nele, afirma-se que o “*lawfare* substitui a guerra e o duelo é com palavras e não com espadas”. Também está na origem do conceito de *lawfare* a obra “*Unrestricted Warfare*”, escrita pelos generais chineses Liang e Xiangsui, do Exército de Libertação Popular da China. Segundo eles, embora o *lawfare* desempenhe um papel secundário, já figurava entre as formas alternativas de guerra, ao lado da guerra psicológica, da guerra de informação, da guerra tecnológica e da guerra econômica (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019). Compreendendo que o uso do Direito poderia vencer disputas antes decididas nos campos de batalha, Liang e Xiangsui referiram-se a formas alternativas de guerra, como a “guerra legal” e as “guerras não-militares” (1999 *apud* FILHO; FERNANDES, 2022, p. 958).

Charles Dunlap (2001), general da Força Aérea dos EUA, usou o rótulo o termo “*lawfare*” para criticar o uso estratégico do Direito Internacional Humanitário para deslegitimar as campanhas militares dos EUA: o uso do Direito Internacional Humanitário prejudicava a consecução dos objetivos geoestratégicos e geopolíticos dos EUA (DUNLAP, 2001; ZANIN; TEIXEIRA; VALIM, 2019). Posteriormente, Dunlap (2008 *apud* ZANIN; TEIXEIRA; VALIM, 2019, p. 18) reinterpretaria o *lawfare*, partindo da ideia de que os EUA igualmente poderiam se beneficiar da prática, sendo “preferível às sangrentas, caras e destrutivas formas de guerra que devastaram o mundo no século XX” (DUNLAP 2008 *apud* ZANIN; TEIXEIRA; VALIM, 2019, p. 18). Assim, a lei é vista como uma arma para atingir um objetivo operacional (DUNLAP 2008 *apud* ZANIN; TEIXEIRA; VALIM, 2019, p. 18).

Com base na interpretação de Dunlap (2001), Orde Kittrie (2016 *apud* ZANIN; TEIXEIRA; VALIM, 2019, p. 19), professor da Universidade do Arizona, desenvolve o conceito de *lawfare* como “(1) a utilização da lei para criar efeitos semelhantes aos tradicionalmente almejados na ação militar convencional; (2) a ação deve ser motivada pelo desejo de enfraquecer ou destruir um adversário” (ZANIN; TEIXEIRA; VALIM, 2019, p. 19).

Em 2007, John Comaroff e Jean Comaroff, professores da Universidade de Harvard, interpretaram o *lawfare* como “o recurso a instrumentos legais, à violência inerente à lei, para cometer atos de coerção política”, além de apontá-lo como “uma forma de captura neoliberal da política, colocando em risco a própria afirmação dos direitos em questão”

(COMAROFF; COMAROFF, 2007 *apud* ZANIN; TEIXEIRA; VALIM, 2019, p. 19). Em texto de 2012, John Comaroff (2012 *apud* SALDANHA, 2022, p. 207) trata do *lawfare* no contexto das relações entre Direito e colonialismo voltadas a promover a submissão dos povos autóctones às exigências dos colonizadores. Na visão de Comaroff (2012 *apud* SALDANHA, 2022, p. 207) as primeiras literaturas acerca da relação entre colonialismo e Direito retrataram este como uma ferramenta para pacificar e governar na época colonial, situação que, na verdade, significava, subjugar. O uso do Direito a favor do colonizador às custas do colonizado sob um véu de neutralidade e imparcialidade e pacificação, continua na contemporaneidade por meio da conquista, despossessão, saques e superexploração (SALDANHA, 2022).

O uso do Direito para fins geopolíticos pressupõe intervenção externa na soberania dos Estados. Sob o argumento de combate à corrupção, a ofensiva dos EUA desestabiliza governos que têm como projeto duas características: trabalhar pela justiça social e buscar a afirmação da soberania (PRONER, 2021). Desenvolvimento econômico com distribuição de renda e projeção soberana no sistema internacional são marcas comuns aos países atingidos pelo *lawfare*: despertam alerta e reação de interesses externos (econômicos e estratégicos) em alianças que incluem a elite dominante local - burguesia associada ao capital externo (BERRINGER; NASCIMENTO, 2023).

O conceito de *lawfare* abriga diversas interpretações: uso do Direito como arma de guerra, guerra jurídica, instrumentalização da justiça para perseguição política, uso estratégico do Direito, arma jurídica para fins geopolíticos, uso do Direito como arma econômica, uso do Direito como instrumento de guerra jurídico-política (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019; SALDANHA, 2022). O *lawfare* também pode ser pensado como o uso do Direito para negar Direitos (SALDANHA, 2022). É o uso do Direito como arma de guerra por meio do sistema de justiça - tribunais, supremas cortes, ministério público e polícias - para objetar, excluir, encarcerar e negar Direitos Humanos de quem ousa questionar e/ou contestar o *establishment* econômico-político (SALDANHA, 2022).

Contudo, o *lawfare* não é só empregado contra pessoas inimigas, mas também contra empresas com a finalidade de eliminar concorrentes, expandir mercados, sob o pretexto do combate à corrupção (TONIETTO; RAMINA, 2021). É uma estratégia geoeconômica estadunidense para assegurar a hegemonia financeira, econômica e empresarial do país no mundo (SALDANHA, 2022). Ou, mais além, para atingir o domínio total global dos

EUA em todos os níveis (MONIZ BANDEIRA, 2016a; RODRIGUES, 2020; FAHL, 2022).

1.3 INSTRUMENTALIZAÇÃO DO COMBATE À CORRUPÇÃO NA ESTRATÉGIA DOS EUA

1.3.1 O Combate à Corrupção na Estratégia de Segurança dos EUA (Bush a Trump)

Durante o século XX, a corrupção era instrumentalizada como uma forma de “denúncia” contra políticos de esquerda, nacionalistas ou desenvolvimentistas. Entretanto, após o 11 de Setembro, a questão ganhou novos contornos. Nesse contexto, o combate à corrupção passou a fazer parte da agenda de “guerra contra o terrorismo”, pois a corrupção seria vista como uma prática utilizada por grupos “extremistas” e “fundamentalistas” para enfraquecer as democracias e o livre mercado. Neste sentido, desde 2002, a temática da corrupção transnacional esteve presente nas Estratégias de Segurança Nacional e Estratégia de Defesa dos EUA (FERNANDES, 2022)

Em 2002, na primeira Estratégia de Segurança Nacional de Bush, o problema da corrupção é apresentado como um dos grandes desafios para se combater o terrorismo, o crime organizado e defender a liberdade econômica (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2002; FERNANDES, 2022). Como observa Fernandes (2022), o combate à corrupção, um dos desdobramentos do terrorismo na visão da estratégia de segurança nacional norte-americana, vai além da retórica, perpassando pelo domínio jurídico, teórico e ideológico dos EUA no que tange à imposição de uma conceituação universal da corrupção. Nesse sentido, já apareceria no documento uma das principais táticas dos EUA, a extraterritorialidade jurídica, sustentadas pelos tratados de assistência técnica internacional:

Fornecer recursos para ajudar os países que enfrentam o desafio da reforma nacional. Nós propomos um aumento de 50 por cento no núcleo assistência ao desenvolvimento prestado pelos Estados Unidos. Enquanto continuamos nossos programas, incluindo assistência humanitária com base apenas na necessidade, esses bilhões de novos dólares formarão um novo milênio. Conta de desafio para projetos em países cujos governos governam com justiça, investem em seu povo, e incentivam a liberdade econômica. Os governos devem lutar contra a corrupção, respeitar os Direitos Humanos básicos, abraçar o Estado de Direito, investir em cuidados de saúde e educação, seguir economicamente responsável políticas e possibilitar o empreendedorismo. O *Millennium Challenge Account* irá recompensar países que demonstraram

política real para mudar e desafiar aqueles que não precisam implementar reformas (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2002, p. 25-26)

Fernandes (2022) afirma que foi durante o governo Bush (2001-2008) que foram estruturados três instrumentos que consolidaram os EUA como os “policiais anticorrupção” do mundo. Como desdobramento do 11 de Setembro, o 1º instrumento, o *Patriot Act*, decreto presidencial de outubro de 2001, permitiria a interceptação, por órgãos de inteligência e controle dos EUA, de ligações, mensagens eletrônicas e redes sociais de pessoa física e jurídica, nacional ou estrangeira, suspeita de ligação com o terrorismo, independente de autorização judicial (FERNANDES, 2022).

O 2º instrumento foi o *Department of Homeland Security* (DHS), cuja função, além de centralizar as informações colhidas pelas diversas agências, é prevenir qualquer ameaça de terrorismo e desastre ambiental nos EUA. O governo Obama (2009-2017) sancionou a extensão da *Foreign Intelligence Surveillance Act of 1978* (FISA), o que permitiu a vigilância massiva da *National Security Agency* (NSA). Conforme seria denunciado por Edward Snowden, órgãos de inteligência dos EUA passaram a ter amparo legal, nas leis norte-americanas, diga-se de passagem, para monitorar, vigiar e espionar servidores estrangeiros para, supostamente combater o terrorismo transcacional (FERNANDES, 2022).

O 3º instrumento impulsionado durante o governo Bush (2001-2009) remete ao início de regulamentação do “*compliance*”, através da *Sarbanes-Oxley Law*, apelidada de SOX. A SOX estende-se a todas as empresas, americanas ou estrangeiras, que tenham ações registradas na *U.S Securities and Exchange Commission* (SEC) - a “Comissão de Valores Mobiliários dos EUA. A SOX impulsiona um novo mercado entre grandes escritórios de advocacia e contabilidade: a indústria do “*compliance*”. Além de normatizar as regras extraterritoriais para a “boa governança” das empresas, deve-se dizer que os EUA utilizam do “*compliance*” como um instrumento para receber informações sigilosas da administração de grandes corporações, sobretudo estrangeiras (PIERUCCI; ARON, 2021; FERNANDES, 2022).

Na Estratégia de Segurança Nacional de 2006, a luta anticorrupção era a peça-chave no combate a “tirantias” do mundo, como Cuba, Coreia Popular e Irã, além de servir como um elemento dorsal para a defesa do livre comércio no mundo e para o enfraquecimento do terrorismo e do crime organizado (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2006; FERNANDES, 2022). vale sublinhar que os EUA colocam-se como os “xerifes” das

relações de mercado: sob a justificativa do combate à corrupção, os EUA visam salvaguardar o monopólio comercial e empresarial de suas empresas da concorrência no mercado mundial.

Além de fundamentais na disputa geopolítica, esses três instrumentos jurídicos-institucionais fortaleceram o que Fernandes (2022) chama de “imperialismo legal” dos EUA, ou seja, “a construção de uma jurisdição extraterritorial que impõe limites aos exercícios das soberanias nacionais em prol da transferência de valores e rendas de outros países para os EUA e/ou da aniquilação jurídica de um possível inimigo político do império” (FERNANDES, 2022, p. 167).

Se, durante o governo Bush (2001-2009), inaugurou-se uma nova faceta do “imperialismo legal”, foi nos governos Obama (2009-2017) que esses mecanismos de fato se consolidaram e se expandiram em nível internacional, através de programas governamentais, parcerias com forças policiais e de segurança, além de órgãos jurídicos de outros países e expansão das leis extraterritoriais norte-americanas (FERNANDES, 2022).

Sob a administração Obama, a Estratégia de Segurança Nacional de 2010 dos EUA manteve a importância da “luta anticorrupção” como fundamental para a defesa das democracias liberais e a proteção da economia capitalista e sua concorrência “sadia”. Os esforços multilaterais entre Estados e a “sociedade civil-organizada” seriam o caminho principal para combater os elos entre práticas corruptas e o terrorismo e o crime transnacional:

Fortalecimento das Normas Internacionais Contra a Corrupção: Trabalhamos dentro do sistema internacional mais amplo, incluindo a ONU, G20, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e as instituições financeiras internacionais, para promover o reconhecimento de que a corrupção generalizada é uma violação dos Direitos Humanos básicos e um grave impedimento ao desenvolvimento e segurança global. Trabalharemos com governos e organizações da sociedade civil para trazer maior transparência e responsabilidade aos orçamentos, despesas e ativos dos funcionários públicos. E vamos institucionalizar práticas transparentes em fluxos de ajuda internacional, política bancária e tributária internacional e envolvimento do setor privado em torno dos recursos naturais para dificultar o roubo de funcionários e fortalecer os esforços dos cidadãos para responsabilizar seus governos (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010, p. 38)

Em 2011, o governo Obama (2009-2017) criou dois programas governamentais fundamentais que revelam as engrenagens do “imperialismo legal” no século XXI: a *Open Government Partnership* (“Parceria pelos Governos Abertos”) e a Estratégia de Combate

ao Crime Organizado Transnacional (TOC). A *Open Government Partnership* (OGP) iniciativa multilateral reúne agências governamentais, ONGs e quase 80 países, os quais se comprometem a implementar uma série de políticas públicas, como transparência, governança, anticorrupção, igualdade de gênero e Direitos ambientais (FERNANDES, 2022).

Para ingressar na OGP, os governos devem se comprometer a defender princípios de um governo “aberto e transparente”, apoiar iniciativas de participação na gestão pública por meio de entidades civis e ONGs, “democratizar informações e dados” dos governos, bem como a “transparência” nas licitações públicas (FERNANDES, 2022). O Brasil sob governo Dilma (2011-2016), ingressou na iniciativa, o que desencadeou leis como a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12527/2011) e o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014) (FERNANDES, 2022).

Fernandes (2022) chama atenção para a aparente “democratização” de dados governamentais nos servidores de internet controlados por empresas estadunidenses: a iniciativa multilateral seria uma forma de ampliar o poder dos EUA em disputas geopolíticas e econômicas.

A Estratégia de Combate ao Crime Organizado Transnacional (TOC), por sua vez, tinha como objetivo “gerar uma consciência internacional sobre os riscos do TOC para a segurança internacional e com isso fortalecer ações multilaterais entre os países” (FERNANDES, 2022). Observa-se uma relação entre a política anticorrupção e a difusão de valores do livre mercado: nos países periféricos, os vínculos entre crime organizado e o Estado geram uma competição desigual entre empresas, fundamentalmente por conta da prática de suborno. Na visão do documento, bem como de toda a estratégia estadunidense de combate à corrupção, a relação “intrinsecamente” corrupta entre público-privado não permitiria a livre-iniciativa prosperar.

Seja por meio de iniciativas multilaterais, políticas públicas e incentivos à participação de organizações da sociedade civil, seja via fortalecimento da rede de inteligência e investigação na aplicação das leis extraterritoriais, os governos Obama (2009-2017) intensificaram e expandiram a pauta anticorrupção como engrenagem do “imperialismo legal” estadunidense.

Dessa forma, os EUA se colocam como o baluarte mundial da luta contra a corrupção, exportando seu modelo jurídico-ideológico de combate a ilícitos transnacionais, por meio

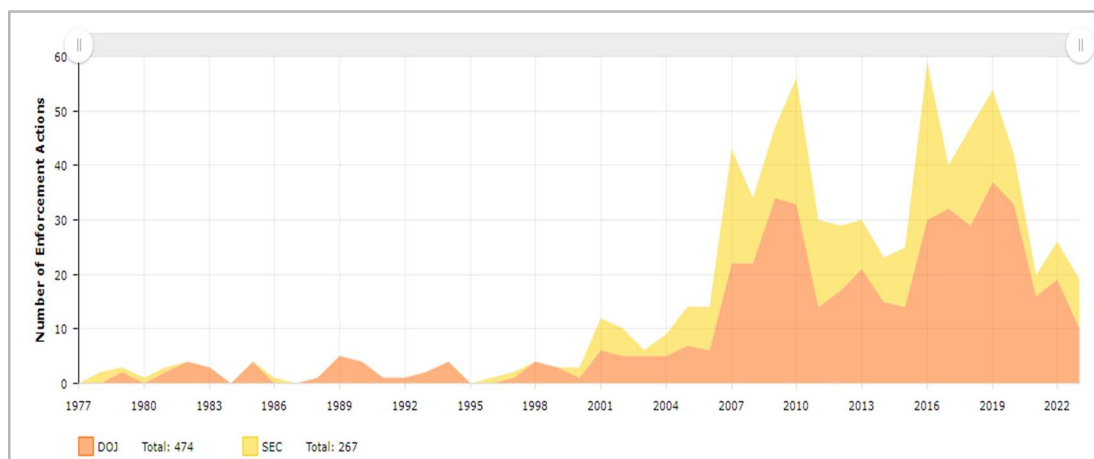
de cooperação internacional, jurisdição extraterritorial, ações repressivas, sanções econômicas e operações policiais-militares.

No governo Trump (2017-2021), conforme a Estratégia de Segurança Nacional de 2017, a questão do combate à corrupção é considerada como uma das ações prioritárias no plano internacional. No documento, numa parte intitulada “CONTRA A CORRUPÇÃO ESTRANGEIRA” assume-se o compromisso de prosseguir, usando ferramentas econômicas e diplomáticas, no combate à corrupção de autoridades estrangeiras, destacando a necessidade de “(...) trabalhar com países para melhorar sua capacidade de combater a corrupção, para que as empresas americanas possam competir de maneira justa em climas comerciais transparentes” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. 20). Como medidas econômicas anticorrupção, o governo Trump (2017-2021) comprometeu-se a expandir sanções, medidas antilavagem de dinheiro e ações de fiscalização nos EUA e no exterior (FERNANDES, 2022).

Cético quanto à continuidade das investigações e aplicação das leis extraterritoriais norte-americanas mundo afora, Matthew Stephenson, professor de Direito da Universidade de Harvard, apoiador da Operação Lava Jato, além de ser inspiração de Deltan Dallagnol⁷, admite que estava positivamente surpreso com a continuidade da aplicação internacional da extraterritorialidade jurídica dos EUA contra empresas estrangeiras e concorrentes de corporações estadunidenses sob o governo Trump (2017-2021). O sucesso da aplicação do “imperialismo legal” estadunidense no governo Trump (2017-2021) pode ser observado a partir do aumento da quantidade de *enforcement actions* (ações de execução) do FCPA: 40 em 2017, 47 em 2018, 54 em 2019 e 41 em 2020 - uma redução possivelmente por conta da pandemia (STANFORD LAW SCHOOL, s/d) (Gráfico 1).

Gráfico 1 - *Enforcement Actions* do DoJ e SEC por Ano

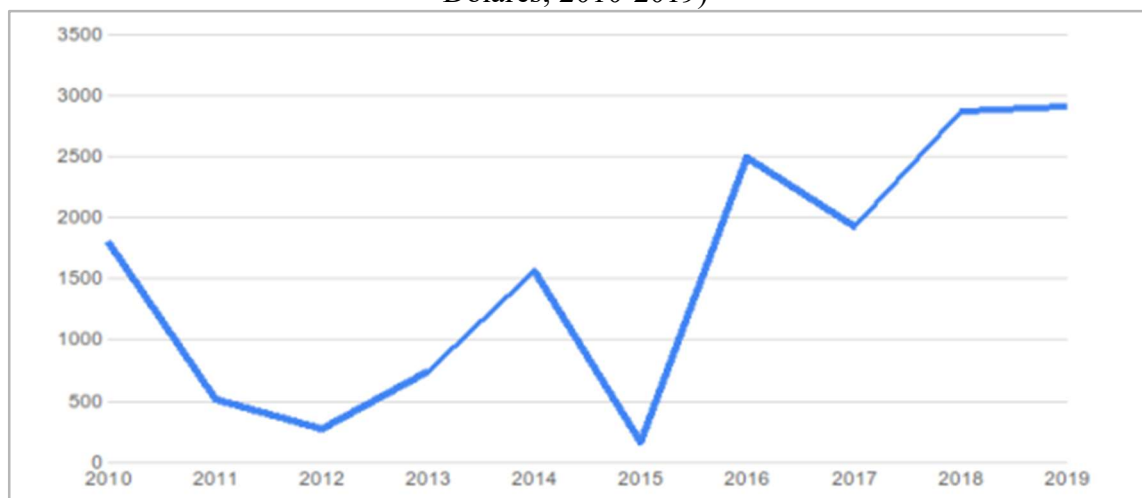
⁷ VALENÇA, Lucas. Especialista em combate à corrupção fala ao Correio sobre a Lava-Jato. **Correio Braziliense**, 28 de janeiro de 2019. Disponível em: bitlybr.com/oWJ



Fonte: STANFORD LAW SCHOOL, s./d.

Ademais, houve um aumento no valor das multas dos acordos de execução de empresas estrangeiras no âmbito do FCPA: conforme levantamento de Fernandes (2022), de 2017 a 2019, considerando apenas firmas estrangeiras, o valor total de multas nos acordos firmados pelo DoJ e SEC chegou a mais de US\$10,58 bi⁸ (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Valor Total das Multas dos Acordos de Execução do FCPA (Em Milhões de Dólares; 2010-2019)



Fonte: FERNANDES, 2022

Portanto, observa-se que, desde o 11 de Setembro, independentemente das perspectivas políticas dos governos, a pauta anticorrupção vai além de preocupações de segurança nacional, convertendo-se numa estrutura jurídico-política contemporânea do Estado dos EUA (FERNANDES, 2022). A “bandeira” da luta contra a corrupção, que

⁸ Considera-se o valor total das multas, pago tanto às autoridades financeiras dos EUA (Tesouro e SEC), quanto às autoridades nacionais. Como será visto no capítulo 3, o valor total da multa imposta à Petrobras foi US\$ 853.200.000, onde 20% (US\$170.640.000) seriam pagos aos EUA e o restante (US\$682.560.000) seria destinado às autoridades brasileiras (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2018b).

tem os EUA como porta-voz, serve para legitimar e difundir, ainda que veladamente, uma determinada visão de mundo, baseada no livre-mercado, nos interesses do capital monopolista-financeiro.

1.3.2 Jurisdição Extraterritorial: Tentáculos do Imperialismo Estadunidense

Conforme visto nos documentos de segurança nacional dos EUA desde o governo Bush (2001-2009), o “modelo transnacional de combate à corrupção” exportado pelos EUA mundo afora está associado a uma determinada perspectiva socioeconômica na formulação de políticas públicas anticorrupção. Principal defensor de valores do liberalismo econômico, os EUA enxergam a corrupção como uma “doença” provocada pela intervenção estatal nos mercados (FERNANDES, 2022). Nesta perspectiva, as mazelas sociais seriam consequências da ineficiência e corrupção inerente à esfera pública (PINTO *et al*, 2019; FERNANDES, 2022).

Colocando-se como “guardião da moral e dos bons costumes” no combate a crimes transnacionais como a corrupção, os EUA instrumentalizam sua legislação extraterritorial para combater empresas concorrentes e/ou que possuam tecnologias não dominadas por empresas estadunidenses (PIERUCCI; ARON, 2021; FERNANDES, 2022).

Nesse sentido, Proner (2021) afirma que o *lawfare* contra empresas se expressa mediante práticas elaboradas e corroboradas pela extraterritorialidade, impostas principalmente pelos EUA. Trata-se de organizada teia de legislações que interfere na soberania de Estados nacionais que estabeleçam relações com aquele país (TONIETTO; RAMINA, 2021). Os “tentáculos” da extraterritorialidade dos EUA são os mecanismos do *Patriot Act*, *Dodd-Frank Act*, Sociedade para telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (SWIFT, na sigla em inglês) e *Foreign Corrupt Practices Act*.

O *Patriot Act*, aprovado por decreto pelo então presidente Bush no contexto do 11 de Setembro, dá “plenos poderes” aos órgãos de segurança dos EUA para tomar medidas de exceção para combate ao terrorismo como interceptações telefônicas e acesso a e-mails de organizações e pessoas supostamente envolvidas com o terrorismo internacional, sejam elas americanas ou estrangeiras, sem a necessidade de autorização prévia da justiça (PRONER, 2021). O *Patriot Act* passou a permitir espionagem e interceptações genéricas e sistemáticas, sem a necessidade de provar que o alvo de interceptação fosse cidadão de país estrangeiro para ter acesso aos seus registros telefônicos (ZANIN; TEIXEIRA;

VALIM, 2019). Permitiu-se que as autoridades americanas obtivessem informações de inteligência estrangeira sobre pessoas e empresas localizadas fora dos EUA (ZANIN; TEIXEIRA; VALIM, 2019).

A *Dodd-Frank Act* é uma legislação federal aprovada após a crise do *subprime* (2007-2008), com vistas a melhorar as normas e os padrões para o funcionamento do mercado financeiro americano (PRONER, 2021). Amplia as funções e os departamentos da SEC (PRONER, 2021). Permitiu, a partir de 2010, a responsabilização de empresas por atos considerados ilegais, como corrupção e lavagem de dinheiro, cometidos e confessados por seus funcionários, norte-americanos e/ou estrangeiros (PRONER, 2021).

O papel dos EUA no manejo do código SWIFT foi revelado em 2006, quando descoberta a existência do *Terrorist Finance Tracking Program*, programa de acesso a transações financeiras por meio do código SWIFT criado no âmbito da Guerra ao Terror para rastrear as transferências bancárias de terroristas (PRONER, 2021). O governo dos EUA conseguiu acessar operações financeiras graças a um acordo direto entre o governo norte-americano e o sistema financeiro bancário mundial (PRONER, 2021). Com base nisso, Fiori e Nozaki (2019, s.p.) cogitam

(...) (que) não é absurdo pensar que tenha sido por esse caminho que o Departamento de Justiça norte-americano tenha tido acesso às informações financeiras que depois foram repassadas às autoridades locais dos países que os Estados Unidos se propuseram a desestabilizar com campanhas seletivas “contra a corrupção” (FIORI; NOZAKI, 2019, s.p.)

A *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), lei federal de 1977 aprovada para combater o suborno de funcionários públicos norte-americanos no exterior, se tornou a espinha dorsal da extraterritorialidade do Direito norte-americano, submetendo empresas e cidadãos estrangeiros à jurisdição dos EUA (PRONER, 2021). No início da vigência do FCPA, os EUA desenvolveram a ideia de que empresas norte-americanas ficariam numa posição de desvantagem comercial com relação à concorrentes internacionais diante da proibição legal de qualquer oferecimento, promessa ou pagamento de vantagem indevida a funcionários públicos estrangeiros (ZANIN; TEIXEIRA; VALIM, 2019; PIERUCCI; ARON, 2021). Então, em 1998, os EUA alteraram a lei original para torná-la extraterritorial sob o pretexto de manter a segurança nacional do país, vigiando e punindo alguma prática ilícita de pessoa e/ou empresa estrangeira que possa envolver algum elemento relacionado ao território norte-americano (servidor de *e-mails*, moeda, filial de

empresa, transação na bolsa de valores norte-americana) (ZANIN; TEIXEIRA; VALIM, 2019).

Em 2013, o *Foreign Account Tax Compliance Act* (FATCA) deu ao fisco poderes extraterritoriais. Os bancos estrangeiros foram obrigados a se tornar seus agentes e a entregar todas as informações sobre as contas e posses dos cidadãos norte-americanos, dos residentes fiscais norte-americanos e daqueles com dupla nacionalidade (QUATREPOINT, 2017).

Se uma empresa é investigada e punida no âmbito do FCPA, ela deve realizar um acordo de leniência nos EUA. Os principais órgãos responsáveis pela aplicação do FCPA são o *Department of Justice* (DoJ) e a SEC. Segundo Pierucci e Aron (2021):

A empresa deve aceitar se autoincriminar, revelando todas as suas práticas e, se necessário, denunciando seus próprios empregados. Também deve se comprometer a implementar um programa interno de luta contra a corrupção e aceitar a presença de um “monitor” – um inspetor que faz relatórios ao DOJ por um período de três anos. Se todas essas condições forem atendidas, o juiz valida o *deal* (acordo) com a empresa, o que geralmente termina com o pagamento de multa. E, geralmente, nenhum executivo é preso (PIERUCCI; ARON, 2021, p. 238).

Pierucci e Aron (2021) são enfáticos ao dizer que, longe de combater a corrupção, o *lawfare* dos EUA a partir da extraterritorialidade do FCPA, visa manchar a reputação e imagem da empresa concorrente para, por conseguinte, desvalorizá-la e comprá-la por um preço inferior ao preço de mercado - vale lembrar, trata-se de uma empresa “manchada” não só na imagem, como também em processo de recuperação judicial.

Quatrepoint (2017), jornalista francês que acompanhou a saga de sua compatriota Alstom, pergunta retoricamente para onde vai o dinheiro das multas arrecadado nos acordos de execução de empresas estrangeiras no âmbito do FCPA. Ele ironiza que o DoJ e a SEC, além de outros órgãos financeiros e de justiça, partilhariam da pilhagem. Segundo ele, essa partilha explicaria a motivação das equipes na investigação e aplicação do FCPA⁹.

Além disso, os valores gerados por esses processos alimentam os escritórios de advogados. É a “indústria do *compliance*”¹⁰ (NASSIF, 2019). Não apenas é preciso pagar

⁹ Argumento de Quatrepoint (2017) é corroborado tanto por Pierucci e Aron (2021), que descrevem minuciosamente a experiência de perseguição, injustiça e dominação jurídico-econômica dos EUA no caso de *lawfare* dos EUA contra a gigante francesa Alstom, quanto por Nassif (2019), quando relaciona a alta multa infringida à Petrobras e Odebrecht à chamada “indústria do *compliance*”.

¹⁰ Ver também NASSIF, Luis. Xadrez do TCU contra a indústria do *compliance*, por Luis Nassif. GGN, 22 de maio de 2023. Disponível em: bitlybr.com/pVA

seus honorários durante todo o processo, mas, uma vez que a multa foi paga, as empresas em questão ainda não estão liberadas. Elas devem ainda acolher em sua sede uma consultoria encarregada de cuidar, por um período de três a cinco anos, das normas de *compliance* (“boa governança”) da empresa conforme as diretivas impostas pelo acordo firmado (QUATREPOINT, 2017). O escritório de consultoria especializado em regras de conformidade é, vale dizer, pago pela empresa punida. Conforme Paul Albert Iweins, ex-presidente da ordem dos advogados da França (s./d. *apud* QUATREPOINT, 2017, n.p.) “indica-se ao ‘pecador’ quatro ou cinco escritórios especializados de Washington, que podem acompanhar sua atividade durante os anos de vigilância” (s./d. *apud* QUATREPOINT, 2017, n.p.) para entrar em conformidade com as leis norte-americanas. É preciso então multiplicar o valor da multa por dois, ou até por três, para que se tenha uma ideia do custo total do *lawfare* (QUATREPOINT, 2017).

É evidente que o FCPA é um dos principais instrumentos de dominação econômica dos EUA. Enquanto em 2004 o total de multas pagas por empresas sob a FCPA era de apenas US\$ 10 milhões de dólares, em 12 anos, em 2016, elas passaram para US\$ 2,7 bilhões de dólares (PIERUCCI; ARON, 2021).

E as empresas estrangeiras são as mais oneradas. Se entre 1977 e 2014, apenas 30% das investigações visavam empresas não estadunidenses, estas, no entanto, pagaram 67% do total das multas! Das 26 multas acima de 100 milhões de dólares, vinte e uma se referem a empresas não-estadunidenses (PIERUCCI; ARON, 2021, p. 172).

A Tabela 1 abaixo mostra o *ranking* de empresas, de 2008 a 2018, que mais renderam multas ao Tesouro dos EUA graças ao FCPA. Nele, há empresas estadunidenses e estrangeiras. Destaque (nosso) para as brasileiras Odebrecht/Braskem, Embraer e Petrobras, em 16º, 19º e 21º lugar, respectivamente.

Tabela 1 - *Ranking* de Multas do FCPA à Multinacionais (2008-2018)

Nº	Empresa	País	Ano	Multa US (DOJ+SEC) em milhões de dólares	Funcionário investigado no sistema penal
1	Siemens	Alemanha	2008	800	8
2	Alstom	França	2014	772	4
3	Telia	Suécia	2017	691,6	0
4	KBR/Halliburton	EUA	2009	579	2
5	Teva Pharmaceutical	Israel	2016	519	0
6	OCH/ZIFF Capital Mingt	EUA	2016	412	0
7	BAE	Reino Unido	2010	400	0
8	Total	França	2013	398,2	0
9	Vimpelcom	Holanda	2016	397,5	0
10	Alcoa	EUA	2014	384	0
11	ENI/Samprogetti	Itália	2010	365	0
12	Technip	França	2010	338	0
13	Société Générale	França	2018	293	0
14	Panasonic	Japão	2018	280	0
15	JP Morgan Chase	EUA	2016	264	0
16	Odebrecht/Braskem	Brasil	2017	260	0
17	SBM Offshore	Holanda	2017	238	2
18	JGC Corporation	Japão	2011	218,8	0
19	Embraer	Brasil	2016	205,5	1
20	Daimler	Alemanha	2010	185	0
21	Petrobras	Brasil	2018	170,6	0
22	Rolls-Royce	Reino Unido	2017	170	3
23	Weatherford	Suíça	2013	153,6	0
24	Alcatel	França	2010	138	2
25	Avon Products	EUA	2014	135	0
26	Keppel Offshore & Marine	Singapura	2017	105	1

Fonte: PIERUCCI; ARON, 2021, p. 424

Por fim, indagando retoricamente se a corrupção realmente diminuiu significativamente entre 2000 e 2017 depois de mudanças na jurisdição extraterritorial dos EUA, Pierucci e Aron (2021) são enfáticos: “Podemos duvidar seriamente disso” (PIERUCCI; ARON, 2021, p. 172).

2. O BRASIL NA MIRA DOS EUA (2003-2013)

Discute-se como as principais mudanças políticas e socioeconômicas no Brasil nos primeiros anos do atual século contribuíram para uma mudança na inserção do Brasil no sistema internacional. A partir de documentos oficiais da estratégia nacional de defesa dos EUA, bem como telegramas vazados do *Wikileaks*, identificam-se os principais interesses geopolíticos, econômicos e militares dos EUA quanto ao desenvolvimento e à projeção internacional do Brasil. Relacionando o desenvolvimento nacional e internacional do Brasil aos interesses estratégicos dos EUA, poder-se-á interpretar como uma interferência dos EUA na política brasileira atenderia aos interesses estratégicos da potência ocidental.

2.1 ECONÔMICO: NEODESENVOLVIMENTISMO E NACIONALISMO DE RECURSOS

A crise do início dos anos 2000 na América Latina, resultado da implementação da agenda neoliberal do Consenso de Washington (privatizações, redução da presença do Estado na economia, corte de projetos sociais nas áreas de saúde, infraestrutura e educação e abertura econômica), revelou a impossibilidade do neoliberalismo produzir resultados econômicos que alcançassem elevar a renda *per capita* e a produtividade, condições necessárias do desenvolvimento (PECEQUILO, 2013; FARIAS, 2022).

De 2003 a 2014, na esteira da “Onda Rosa” inaugurada na América do Sul e na América Central, com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1999, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, inicia um novo padrão de desenvolvimento, o neodesenvolvimentismo¹¹, baseado na elevação dos salários e da renda das camadas inferiores da estrutura social, complementadas por políticas de assistência social, de ampliação do investimento via gasto público e do financiamento por parte dos bancos estatais, em que programas de ampliação da educação universitária e dos gastos em pesquisa e tecnologia tinham em vista promover uma elevação da produtividade da economia. Apesar da manutenção do arranjo institucional da política macroeconômica – preservando o câmbio valorizado, os juros elevados e as

¹¹ Conforme Armando Boito Júnior (2012 *apud* BERRINGER, 2015, p. 150), o neodesenvolvimentismo é o “[...] desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico”

metas fiscais bastante rígidas – três esferas das políticas públicas foram transformadas (FARIAS, 2022).

Se a política econômica permaneceu sob influência das finanças, o governo de Lula tratou de manter sob controle do PT e dos partidos de esquerda os ministérios da área da seguridade social (previdência, saúde e assistência), da educação, da infraestrutura, das relações exteriores e do planejamento, além daqueles com interlocução com os movimentos sociais (desenvolvimento agrário, meio ambiente, casa civil, desenvolvimento social etc.). Esses ministérios e o da defesa formaram o “núcleo-duro” das três políticas transformadoras dos governos do PT: o desenvolvimento com redistribuição de renda via aumento do salário mínimo e transferências como o Bolsa Família; uma política externa autônoma, sob a alcunha de “altiva e ativa”, e a formulação de uma nova estratégia de defesa (FARIA, 2022).

A inflexão política posta em marcha por Lula estava voltada para um projeto de desenvolvimento baseado num mercado interno de massa em crescimento em razão do processo de aumento de renda mais acelerado para as camadas inferiores da pirâmide distributiva. A experiência do que se poderia chamar um neodesenvolvimentismo “lulista” produziu ganhos de renda significativos nas duas pontas da pirâmide distributiva, aquela dos muito ricos, beneficiários da continuidade do arranjo macroeconômico neoliberal brasileiro (juros elevados e real valorizado), e a ponta de baixo, beneficiária das políticas de redistribuição e de ampliação dos serviços públicos (educação, saúde, cobertura previdenciária, transferências assistenciais, elevação do salário mínimo etc.), ampliação do mercado interno e emprego. Entretanto, ficaria alijada desses benefícios a classe média que, a partir de 2013, vai assumir um protagonismo na luta contra o governo Dilma Rousseff.

Marca do projeto neodesenvolvimentista dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016), o maior ativismo estatal para reindustrialização nacional acontece a partir da reformulação da política de conteúdo local, da reorientação estratégica da Petrobras e de mudanças regulatórias no setor de petróleo e gás motivadas após a descoberta do Pré-Sal (PINTO, 2020).

Logo em 2003, a partir de políticas desenvolvimentistas, o Nacionalismo dos Recursos (NR)¹² retoma a agenda do governo no Brasil. Desde então, a Petrobras reinaugura seu

¹² Nacionalismo de Recursos é um termo usado para descrever um conjunto de políticas, diretrizes, marcos regulatórios e ações de um Estado Nacional quanto à exploração de recursos naturais, ao uso e à distribuição

compromisso histórico com o desenvolvimento nacional a partir da reformulação da política de conteúdo local. Desprezada nos governos neoliberais dos anos 1990, a política de conteúdo local, um instrumento de política industrial, visa integrar as cadeias produtivas e o valor agregado das atividades do país, contribuindo para a industrialização e o aumento da competitividade da indústria nacional (PINTO, 2020). Entretanto, se comparado às políticas energéticas de Bolívia e Venezuela nos anos 2000, onde governantes realizaram nacionalizações totais da indústria de Petróleo e Gás (P&G), o modelo petista de NR pode ser considerado moderado (MACHADO; ROCHA, 2020).

Machado e Rocha (2020) apontam que o Brasil contou com oportunidades a nível internacional e industrial para pôr em prática o NR. Segundo eles, em nível internacional, o principal fator para a volta e avanço do NR no Brasil nos governos petistas está relacionado aos preços internacionais das *commodities*. Mesmo após a crise financeira de 2008, o “boom das *commodities*” da primeira década dos anos 2000, capitaneado pelo efeito China, voltou a atingir patamares históricos, criando oportunidades para os países exportadores¹³. O saldo positivo e recorde da Balança Comercial nos governos Lula (2003-2010) elevou os termos de troca do Brasil, reduzindo a vulnerabilidade externa por meio do acúmulo de reservas internacionais (PINTO *et al*, 2016). Já no nível da indústria do petróleo, o destaque principal está na descoberta do Pré-Sal em 2007, “um dos maiores eventos da história econômica do país” (RUAS, 2012, p. 1 *apud* MACHADO; ROCHA, 2020, p. 12). A descoberta foi um propulsor do NR no Brasil, graças ao crescimento das reservas provadas, assim como das reservas totais. Destaca-se que o setor de exploração e produção (E&P) de petróleo aumenta sua participação no PIB nacional a partir de 2005, passando de cerca de 1% em 2005, para 3% em 2012, segundo Souto *et al* (2018) (MACHADO; ROCHA, 2020).

No setor de P&G, a política tem como objetivo incentivar uma maior participação da indústria de bens de capital nacional nas demandas da Petrobras, desenvolvendo a capacidade tecnológica dos fornecedores locais e gerando emprego e renda no Brasil - inclusive empregos mais qualificados e mais bem remunerados (ALMEIDA;

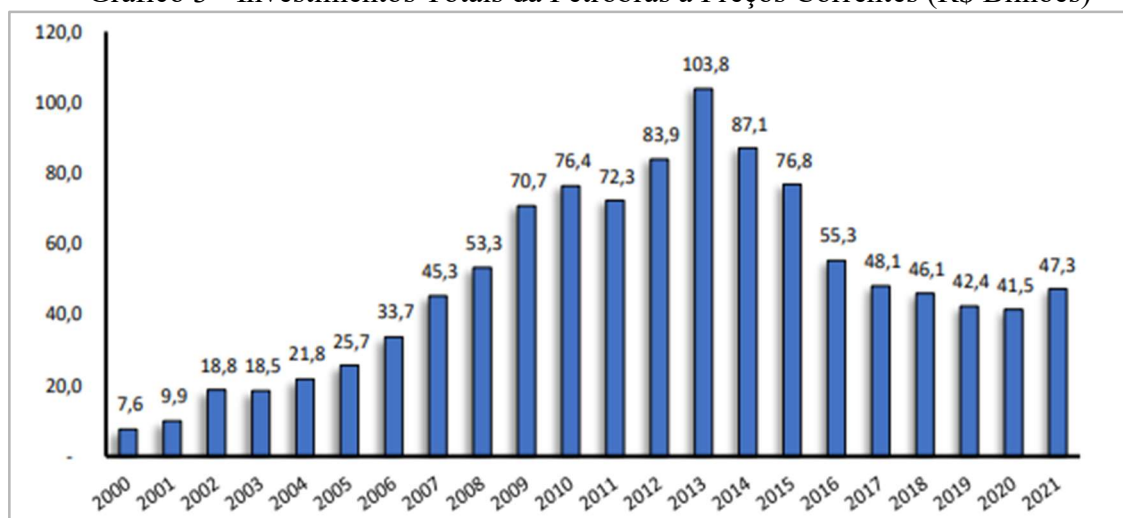
das rendas do setor (MACHADO; ROCHA, 2020). Baseado na pesquisa de Machado e Rocha (2020), investiga-se o Nacionalismo de Recursos no Brasil, relacionando a política energética do Brasil nos governos Lula e Dilma (2003-2016) à formulação do marco regulatório após a descoberta do Pré-Sal, bem como o papel da Petrobras na retomada da industrialização e desenvolvimento brasileiro.

¹³ Em 2010, sob contexto de recessão econômica mundial, o PIB brasileiro registrou um crescimento de 7,5%, a maior alta do indicador desde 1986, quando o mesmo índice foi registrado. Destaca-se o crescimento de 10,1% da indústria (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

LOSEKANN; VITTO, 2016; GUIMARÃES, 2012; AZEVEDO, 2017 *apud* PINTO, 2020, p. 307). A descoberta do Pré-Sal, anunciada em 2007, contribuiu para ampliar as encomendas de bens e serviços da estatal a fornecedores nacionais graças à exigência de coeficientes mínimos de conteúdo local nas etapas de exploração e desenvolvimento (I, 2011; G, 2017; A *et al.*, 2016 *apud* PINTO, 2020, p. 307).

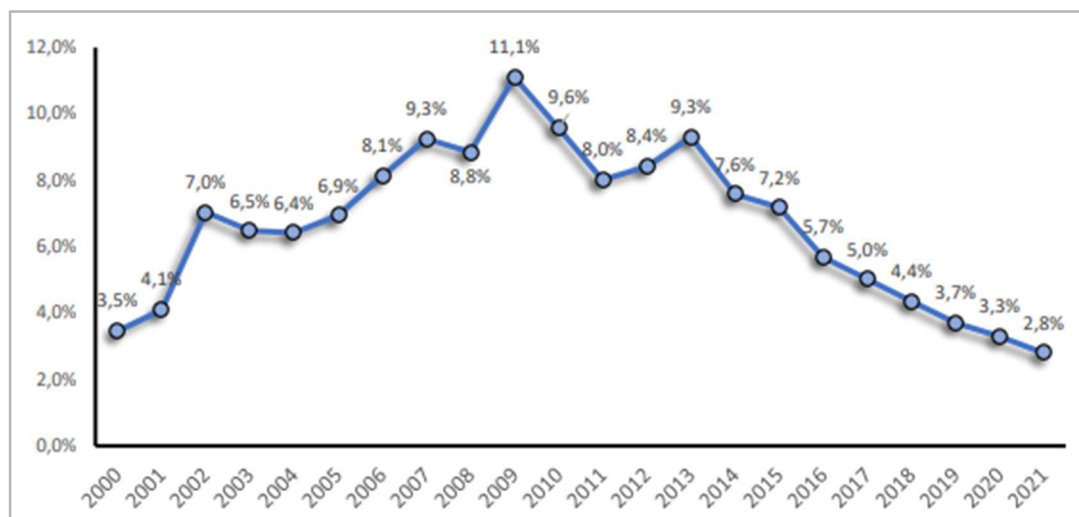
Dada a crescente demanda interna no final dos anos 2000, a Petrobras investe na aquisição de bens de capital para explorar o Pré-Sal e ampliar a capacidade de refino (SZKLO; ULLER; BONFÁ, 2012 *apud* PINTO, 2020, p. 301). Entre 2000 e 2013, os investimentos da Petrobras saltam de R\$7,6 bilhões para R\$103,8 bilhões (Gráfico 3), representando uma alta de 6,2% na participação da estatal na formação bruta de capital fixo (FBCF) do Brasil (3,5% em 2000 para 9,3% em 2013). Em 2009, o volume dos investimentos totais da Petrobras chega a representar 11,1% da FBCF do Brasil, o pico da série histórica (Gráfico 4).

Gráfico 3 - Investimentos Totais da Petrobras a Preços Correntes (R\$ Bilhões)



Fonte: BNDES, 2023

Gráfico 4 - Participação na FBCF do Brasil (%)



Fonte: BNDES, 2023

2.1.1 Interesses Econômicos dos EUA: Neoliberalismo e Enfraquecimento da Petrobras

Conforme Kanaan (2019), a questão chave da tensão na relação EUA-Brasil responde pelo nome de Pré-Sal. A descoberta do Pré-Sal e a posterior aprovação do marco regulatório garantia a Petrobras como operadora principal da exploração do Pré-Sal, com um mínimo de 30% de exploração dos campos no governo Lula (2003-2010) em 2010. Conforme revelação do *Wikileaks*, o interesse no Pré-Sal por parte dos EUA levou o então cônsul dos EUA no Rio de Janeiro (2009-2012), Dennis Hearne, a articular com diretores e executivos de petrolíferas estadunidenses como “derrubar a lei do Pré-Sal” (WIKILEAKS, 2009b; KANAAN, 2019).

Para Fiori e Nozaki (2019) e Kanaan (2019), o Brasil entrou no radar da estratégia de segurança e defesa dos EUA depois de 2003, por conta de “sua política externa soberana, da sua liderança autônoma do processo de integração sul-americano, ou mesmo, da participação no bloco econômico do Brics, liderado pela China” (FIORI; NOZAKI, 2019, n.p). Ressalvam, entretanto, que “não há a menor dúvida de que a descoberta das reservas de petróleo do Pré-Sal, em 2006, foi o momento decisivo em que o Brasil mudou de posição na agenda geopolítica dos Estados Unidos” (FIORI; NOZAKI, 2019, n.p).

Na visão dos EUA, o Pré-Sal foi um ponto-chave para a ascensão geopolítica do Brasil. Em 2005, no “Diálogo Estratégico EUA-Brasil”, os EUA elevaram a nível estratégico suas relações bilaterais com o Brasil. Na Estratégia de Segurança Nacional de 2006, o Brasil foi apontado pela primeira vez como uma “engrenagem de crescimento global”, junto com Índia, Rússia e China (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2006). Em 2010,

a Estratégia de Segurança Nacional designa o Brasil como um líder global e acrescenta o papel do país na promoção da segurança energética, numa referência implícita às descobertas do Pré-Sal (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010a). Tal referência é reiterada num telegrama de 2010 do então embaixador estadunidense no Brasil, Thomas Shannon, que diz que a descoberta do Pré-Sal impulsionou a ascensão do Brasil como uma potência global (KANAAN, 2019).

Além disso, conforme lembram Fiori e Nozaki (2019), o documento de política energética dos EUA, “*Blueprint for a Secure Energy Future*”, publicado sob governo de Barack Obama em 2011, destacava o Brasil em 3 de suas 7 prioridades estratégicas: “(i) como uma fonte de experiência para a produção de biocombustíveis; (ii) como um parceiro fundamental para a exploração e produção de petróleo em águas profundas; e (iii) como um território estratégico para a prospecção de Atlântico Sul” (FIORI; NOZAKI, 2019, n.p.).

2.2 GEOPOLÍTICA: LIDERANÇA REGIONAL E PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

Historicamente, a América do Sul é uma das zonas mais geoestratégicas para os EUA. Entretanto, no início dos anos 2000, após o desastre das políticas neoliberais do Consenso de Washington na década de 1990, houve um recuo da influência dos EUA na região (PECEQUILO, 2016; CASTRO, 2020). A potência estava focada nas operações de intervenção da *Global War on Terror* no Afeganistão (2001) e Iraque (2003) (PECEQUILO, 2014; RODRIGUES, 2020). O vácuo da presença dos EUA no Hemisfério Ocidental foi ocupado por potências regionais como Brasil e Venezuela, e potências extrarregionais, como China e Rússia (PECEQUILO, 2013). Como destacam Jaeger e Brites (2019), a redução da influência hegemônica dos EUA na América do Sul abriu espaço para a ampliação de interações regionais autônomas sob a liderança do Brasil e sem a mediação dos EUA nos anos 2000. O fortalecimento do Mercosul, a criação da Unasul e a atuação dos Brics são indicativos do revigoramento da política externa brasileira num contexto de refluxo político dos EUA no Hemisfério (JAEGER; BRITES, 2019).

Berringer (2015, 2023) e Berringer e Nascimento (2023) aplicam o conceito de bloco no poder no campo das relações internacionais para estudar a relação entre classes sociais

e política externa. Assim como na política doméstica, o Estado busca atuar de forma a organizar e atender os interesses do bloco no poder (BERRINGER, 2015; BERRINGER; NASCIMENTO, 2023).

O bloco no poder é a unidade contraditória entre classes e frações de classe sob a hegemonia de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista. Ressalta-se que a burguesia não é um bloco homogêneo, coeso, de interesses comuns; logo, é a partir das determinações políticas, econômicas e ideológicas que as frações se aglutinam (POULANTZAS, 1977). A fração hegemônica no interior do bloco no poder é aquela que consegue impor prioritariamente os seus interesses e os apresenta, perspicazmente, como “interesses gerais da nação”. Há disputa entre duas ou mais frações, podendo se alterar a depender das conjunturas políticas nacionais e internacionais (PINTO *et al*, 2019; BERRINGER, 2023).

De acordo com Poulantzas (1978), a clivagem da burguesia em relação ao capital externo e ao imperialismo é dividida em três frações: a burguesia nacional, a burguesia interna e a burguesia associada. A burguesia nacional concentra o processo de acumulação econômica no interior da formação social nacional (dependente) e, portanto, tem interesse em políticas protecionistas e de rompimento com o imperialismo, em aliança com as classes populares. A burguesia interna, por sua vez, surge com o processo de internacionalização produtiva, sendo intermediária entre as outras duas. É ao mesmo tempo dependente e concorrente do capital externo, o que leva a apoiar posições políticas de embates seletivos de seu Estado de origem com o imperialismo para garantir a sua sobrevivência. Finalmente, a burguesia associada é a fração mais dependente do capital externo e, portanto, age como mera correia de transmissão dos interesses imperialistas (BERRINGER; NASCIMENTO, 2023).

Segundo Boito (2018), a burguesia interna teria assumido a hegemonia do bloco no poder no início do segundo governo Lula (2003-2010), graças à adoção do programa neodesenvolvimentista dos governos PT, que incluía as políticas de conteúdo local, compras governamentais, protecionismo seletivo, aumento das exportações, além do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à internacionalização das grandes empresas brasileiras (BOITO JR. 2018 *apud* BERRINGER; NASCIMENTO, 2023, p. 195-196).

Tendo o desenvolvimento como objetivo principal da inserção internacional do Brasil, a política externa buscou criar coalizões de Estados dependentes e fortalecer a integração

regional como ferramenta para aumentar o poder de barganha do Brasil nas negociações econômicas internacionais, para o acesso a mercados para a exportação dos seus produtos e acesso a territórios para a instalação das suas empresas (BERRINGER, 2015).

A definição dos eixos da atuação internacional do Estado brasileiro se pautou nas relações com os Estados dependentes por intermédio da criação de coalizões, no adensamento do processo de integração da América do Sul, e na postura crítica à assimetria de poder e das regras desiguais nas organizações internacionais (BERRINGER, 2015). Em seu conjunto, todas essas ações contribuíram para que o Estado brasileiro obtivesse uma maior projeção internacional e aumentasse a margem de manobra em relação aos Estados imperialistas (BERRINGER, 2015).

Na América do Sul, destaca-se a integração estratégica do Brasil com os países da região sem a participação dos EUA, a partir do fortalecimento do Mercosul, da criação de instituições como a Unasul em 2008 e a Celac em 2010 (CARMO; PECEQUILO, 2016).

A Celac faz parte do projeto de integração que ampliou a projeção brasileira no “Hemisfério Ocidental” - como a diplomacia norte-americana se refere à América Latina, América Central e o Caribe, por quem são vistos como o “quintal norte-americano” desde os tempos da bicentenária Doutrina Monroe (1823). Já no âmbito da Unasul, destaca-se o estabelecimento do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), um órgão de cooperação regional sul-americano em matéria de defesa, visando atuar conforme os princípios de soberania, não-intervenção e defesa da democracia e dos Direitos Humanos, além de fortalecer o diálogo para a resolução pacífica de controvérsias.

Como organismos intergovernamentais de integração política, cultural, econômica e social entre os povos e Estados da América do Sul, a Unasul, o CDS e a Celac representaram um novo capítulo na consolidação de novos esforços de autonomia e liderança não só do Brasil, mas de toda a região no início dos anos 2000.

Embora a América do Sul tenha sido a prioridade da política externa para a projeção internacional do Brasil, os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) apostaram em coalizões de geometria variável como o Fórum Ibas (Índia, Brasil, África do Sul) e os Brics. A retomada das políticas africana, no Oriente Médio e asiáticas, com foco nas relações bilaterais com a China compõe esta agenda. Estas iniciativas abrem alternativas, e elevam a importância da América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico, mas também de seu entorno como o Atlântico Sul (a “Amazônia Azul”). Como zona de passagem entre as Américas, a África e a Ásia, a Amazônia Azul é uma área

estrategicamente relevante, além de ser rica em recursos energéticos como petróleo e gás (CARMO; PECEQUILO, 2016).

Analisando a política externa do Brasil para a África, Saraiva (2013 *apud* BERRINGER, 2015, p. 175), sustenta que ela é dirigida por um caráter de cooperação técnica e não apenas assistencial, como no passado. O autor destaca que as parcerias para a construção de infraestrutura produtiva e logística na África, as iniciativas de cooperação para ajuda no combate à AIDS, e a participação de instituições brasileiras de referência como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) têm auxiliado nos programas de desenvolvimento local dos diferentes Estados africanos (BERRINGER, 2015). Em termos comerciais, cabe destacar o aumento das exportações dos produtos brasileiros para a África e a expansão de empresas brasileiras que atuam na região, em especial, a Vale, a Petrobras e a Odebrecht. A Vale tem investimentos em Angola, Moçambique, Guiné, África do Sul e na República Democrática do Congo. A Petrobras, além dos antigos investimentos em Angola e na Nigéria, se expandiu para a Tanzânia, Líbia, Moçambique e Senegal. E a Odebrecht esteve à frente da construção de uma grande hidrelétrica em Angola (BERRINGER, 2015).

Superando sua marginalização e crise no pós-Guerra Fria, a primeira década do século trouxe um avanço econômico crescente para a América do Sul como um todo, inclusive para a burguesia interna brasileira, principal beneficiária do projeto neodesenvolvimentista e sua política externa nos governos Lula (2003-2010), composta majoritariamente pelo setor industrial e por parcela da classe popular - movimentos sindicais, trabalhadores rurais, sindicatos). Devido ao dinamismo da economia da China, a crescente exportação de *commodities* agrícolas, energéticos e minérios da América Latina para a China ajudou no crescimento econômico dos países da região, dando sustentação material ao projeto progressista da “Onda Rosa”. Em 2009, a China tornou-se, no caso do Brasil, o maior parceiro individual do país, superando os EUA. As empresas brasileiras exportaram, pela primeira vez, mais para a China do que para os EUA, principal parceiro comercial do Brasil no século passado. De acordo com os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o comércio entre os EUA e Brasil aumentou de US\$ 26 bilhões de dólares em 2003 para US\$ 46 bilhões (aumento de 76%), ao mesmo tempo em que o comércio do Brasil com a China cresceu

de US\$ 7 bilhões para US\$ 58 bilhões - um crescimento exponencial de 728% (BRASIL, 2023).

O governo Lula (2003-2010) recuperou a autonomia política e econômica do país, reduzindo sua vulnerabilidade interna e externa ao investir em obras públicas e um mercado interno fortalecido, incluindo as massas na sociedade através da expansão de consumo e expandindo a projeção econômica do país ao realizar alianças estratégicas de eixos multiníveis para a maior penetração do mercado brasileiro a nível internacional (TEIXEIRA; PINTO, 2012). O Brasil conseguiu estabilizar suas contas públicas e saldar sua dívida com o FMI, tornando-se credor da instituição e guardou reservas de mais de \$300 bilhões (BOITO; BERRINGER, 2013 *apud* FARIA, 2022, p. 286).

Durante os governos de Dilma Rousseff, o Estado brasileiro manteve de maneira geral a estratégia que vinha sendo adotada nos governos Lula (2003-2010) no que tange à prioridade conferida às relações Sul-Sul, em especial, a política de integração regional via Mercosul e Unasul e o investimento em coalizões e cooperação com a África e o agrupamento Brics, além de um relativo afastamento (conflitos pontuais) dos EUA. Esses elementos apontam uma continuidade da subordinação conflitiva em relação ao imperialismo que fora adotada nos governos Lula entre 2003-2010 (BERRINGER, 2015). Nesse sentido, a partir de 2011, o menor protagonismo do Estado brasileiro na cena política internacional e os saldos econômicos mais baixos teriam resultado do impacto da crise financeira internacional de 2007-08, da nova dinâmica da política internacional e, sobretudo, da crise política nacional (BERRINGER, 2023).

Como membro não-permanente no Conselho de Segurança da ONU, destaca-se a posição do Brasil na manutenção da campanha pela reforma do Conselho de Segurança da ONU (BERRINGER, 2023). O Estado brasileiro manteve a posição de defesa do princípio de não-intervenção em assuntos domésticos, a busca de solução pacífica de conflitos e a defesa dos Direitos Humanos e do multilateralismo (RIEDIGER, 2013 *apud* BERRINGER, 2023, p. 48).

A política externa de Dilma também avançou em relação aos Brics. Em 2011, na III Cúpula dos Brics, decidiu-se pela incorporação da África do Sul, transformando o grupo em Brics. Em 2012 houve a firma da Parceria Estratégica Global entre os Estados brasileiro e chinês, que alterou o nível de intercâmbio tecnológico entre os dois países. Em 2014, durante a IV Cúpula dos Brics, que ocorreu em Fortaleza, foi lançado o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) do grupo.

Cabe lembrar de eventos que colocaram o Estado brasileiro no centro da cena política internacional em 2012, demonstrando prestígio e protagonismo da PEB: a Conferência Rio +20; a indicação do diplomata brasileiro, Roberto Azevêdo, ao cargo de Presidente da Organização Mundial do Comércio (OMC); o voto favorável ao reconhecimento da entrada do Estado palestino como membro da Unesco e membro observador da ONU, e a disposição voluntária do Estado brasileiro para mediar as negociações do conflito entre o Estado de Israel e a Palestina.

Em relação aos EUA, o presidente Obama veio ao Brasil em 2011. Firmaram acordos na área de facilitação de vistos e cooperação educacional e científica. No entanto, a revelação do *site Wikileaks* da espionagem estadunidense de mensagens da Presidenta e da Petrobras, estremeceu as relações bilaterais entre os Estados brasileiro e estadunidense, levando ao cancelamento da visita oficial programada da presidenta Dilma àquele país em 2013. Quando houve uma nova ofensiva na Faixa de Gaza em 2014, o Estado brasileiro chamou o embaixador de Tel Aviv para consultas e emitiu uma declaração condenando as ações do Estado de Israel. Considera-se que o conjunto dos fatos acima, somado aos avanços dos Brics, à política de integração regional na América Latina e à posição em relação à questão da Crimeia em 2014 (quando o Estado brasileiro não se manifestou para condenar ou impor sanções à Rússia), corresponderam aos conflitos pontuais entre o Estado brasileiro e o imperialismo (BERRINGER, 2023).

2.2.1 Interesses Geopolíticos dos EUA: Interdição da Ascensão Internacional do Brasil

Em função da prioridade dada à questão do terrorismo e do fracasso das negociações da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), os EUA se afastaram relativamente da América do Sul o que deu oportunidade em primeiro lugar para o protagonismo brasileiro e para a crescente presença chinesa (CARMO; PECEQUILO, 2016).

A ascensão da importância do Brasil na geopolítica internacional e, portanto, na estratégia norte-americana, vinha sendo demonstrada pelo estabelecimento, em 2005, do Diálogo Estratégico Brasil - EUA e pela descrição do Brasil como uma “engrenagem de crescimento regional e global” pela Estratégia nacional de Segurança de 2006 (KANAAN, 2019).

Logo em 2003, o Brasil foi assertivo ao desaprovar a invasão unilateral dos EUA ao Iraque, reivindicando o Direito de autodeterminação dos povos. O Brasil também adotou

uma posição divergente dos EUA quanto às negociações da produção de urânio no Irã, que ensaiavam tornar o país autônomo, e sobre a instalação de bases militares estadunidenses na Colômbia, que buscavam expandir a presença militar estadunidense sobre a América do Sul (BOITO; BERRINGER, 2013).

É interessante notar que, entre 2003 e 2008 o Brasil registrou os mais baixos níveis de convergência geral com os EUA em votações da Assembleia Geral da ONU desde 1946 (AMORIM NETO, 2011 *apud* KANAAN, 2019, p. 103). Brasil e os EUA tiveram posições divergentes e conflitantes na política internacional, como: o posicionamento na negociação sobre a produção de urânio enriquecido no Irã em 2010, o acolhimento do Presidente Manuel Zelaya na embaixada brasileira em Honduras em 2009 e a posição contrária à instalação das bases militares estadunidenses na Colômbia (BERRINGER, 2015).

Com o fortalecimento e nova postura da diplomacia brasileira, os EUA “mudaram sua percepção sobre as possibilidades de cooperação ou ameaças” derivadas desse fortalecimento (PECEQUILO, 2014). O Brasil se tornou mais visível para os EUA não por seu alinhamento, mas sim por sua autonomia (PECEQUILO, 2010; JAEGER; BRITES, 2019). A elevação do prestígio brasileiro e as questões energéticas (as reservas do Pré-Sal) levaram à reativação da 4ª Frota do Atlântico Sul, a continuidade do Plano Colômbia e as pressões sobre a Tríplice Fronteira, considerada “zona de risco terrorista”. Como pontua Pecequilo (2014), a reativação da 4ª Frota responderia também aos avanços chineses e indianos na América Latina, bem como ao incremento da cooperação militar entre Venezuela e Rússia.

O ex-diplomata brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães (2022) lista alguns objetivos estratégicos dos EUA para a América Latina. Para ele, os objetivos permanentes dos EUA para a América Latina são: (I) Impedir a influência de potências adversárias e contestadores da hegemonia dos EUA na América Latina, como China, Rússia e Irã; (II) Eleger líderes políticos favoráveis aos objetivos americanos na região; (III) Incorporar as economias da região à economia norte-americana no papel de exportadores de matérias-primas e importadores de produtos industriais. O instrumento para alcançar este objetivo são os acordos bilaterais de livre-comércio que levam à eliminação das tarifas aduaneiras e à abertura dos mercados dos Estados subdesenvolvidos nas áreas de investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, serviços e crédito (PINHEIRO GUIMARÃES, 2022).

Fiori (2013) destaca como a estratégia norte-americana para a América Latina endureceu no século XXI, enfatizando a esfera militar da sua intervenção. Segundo o autor, após o fracasso do Consenso de Washington, da tentativa de golpe na Venezuela e da Alca, os EUA “passaram a promover acordos comerciais bilaterais com alguns países da região estimulando a divisão interna do continente com o estímulo à formação de um ‘bloco liberal’ dos países do Pacífico”. No campo militar, assinaram novo acordo com a Colômbia – que deu acesso aos militares norte-americanos a sete bases aéreas e navais dentro do território colombiano – e reativaram a IV Frota naval, responsável pelo controle marítimo das águas que cercam a América Latina (FIORI, 2013).

Deve-se destacar que o ano aqui identificado como de retomada estadunidense, 2008, coincide com a eclosão da crise econômica global de 2007-08, reforçando a ideia de que as ações dos EUA na região ganham força como válvula de escape às tensões econômicas neste país. A reação dos EUA, como sugere Pecequillo (2013), emerge de uma necessidade de preservar a zona de influência hemisférica e conter o avanço dos novos pólos de poder nesta região e em escala mundial.

Em termos geopolíticos, a reação norte-americana optou por ações de “dividir para conquistar”, reconhecendo o Brasil como parceiro estratégico já no governo Bush (2001-2009), posição reafirmada por Obama ao definir o país como um dos “novos centros de poder” mundial (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010). A região do Atlântico Sul voltou a ser definida como estratégica para o interesse dos EUA no campo da segurança, observando-se três ações direcionadas a esta região: a reativação da Quarta Frota em 2008, o aumento dos investimentos no *U.S. Southern Command (Southcom)* e a criação do *U.S. Africa Command (Africom)*.

A intensificação da atuação brasileira no cenário político internacional durante o primeiro mandato do governo Lula (2003-2010) levou, em conjunto com o declínio relativo dos EUA, a política externa norte-americana a transformar sua estratégia para o Brasil. Em 2005, os EUA formalizaram o “diálogo estratégico” com o Brasil, o que significava que as relações bilaterais incorporariam questões regionais e globais. Na Estratégia Nacional de Segurança de 2006, os EUA definem o Brasil – junto com a Índia, China, Coreia e Rússia – como uma das “nações que servem como engrenagens de crescimento regionais e globais” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2006; KANAAN, 2019)

O então embaixador dos EUA no Brasil, Thomas Shannon, observa que, com a ascensão do Brasil em escala regional e global, era tempo até que seus interesses entrassem em choque. Em suas palavras “os EUA precisam se acostumar de que, a partir de agora, vão encontrar com o Brasil em lugares onde antes não esperavam” (VIEIRA, 2010). Em 2013, as revelações de Edward Snowden, ex-funcionário da NSA, acerca da espionagem da agência contra a Petrobras, confirmam que os EUA possuíam interesse em obter acesso e controlar os campos petrolíferos brasileiros, com o fim de sustentar sua base energética nacional e afastar a penetração de outras potências globais no Brasil. As relações bilaterais entre os EUA entre 2011 e 2014 tiveram inflexões, em razão da aspiração dos EUA em preservar seu poder regional e global a fim de retornar o sistema internacional a ser unipolar, tendo os EUA como a potência hegemônica internacional (PECEQUILO, 2012). A percepção estadunidense sobre o Brasil mudou no momento em que o país alcançou autonomia política e econômica em suas relações multilaterais. Dessa forma, os EUA viram o Brasil como uma ameaça, pois seu protagonismo regional poderia vir a interferir na realização de seus interesses estratégicos para a região da América do Sul.

Segundo Jaeger e Brites (2019), apesar de focada na Eurásia, a ofensiva do governo Obama (2009-2017), ocorre muito no sentido de neutralizar o avanço dos emergentes. A Estratégia Nacional de Segurança de 2010 tinha como objetivo principal a renovação da liderança dos EUA no mundo. O novo momento do Brasil e a crescente liderança do país na região são mencionados no documento, o que evidencia uma ampliação do espaço que o país ocupa na estratégia dos EUA (JAEGER; BRITES, 2019).

Diante do contexto de ascensão dos emergentes, a superpotência apoiou a criação da Aliança do Pacífico, organismo direcionado ao livre comércio - um contraponto à integração regional liderada pelo Brasil e à influência da China na América do Sul. A tática de aproximação multilateral por meio de negociações comerciais ocorre também no lançamento das conversações da Parceria Transpácífica (TPP) em 2011 e da Parceria Transatlântica (TTIP) em 2013 (CARMO; PECEQUILO, 2016).

Portanto, como forma de conter a ascensão de potências regionais, os EUA buscaram preservar sua presença militar e diminuir a capacidade das forças militares da região; estabelecer parcerias econômicas baseadas nos princípios de liberalização, possuindo maior margem de penetração no mercado regional; expurgar a presença chinesa na região, considerando esta uma tarefa para a conservação de sua segurança hemisférica; e a

contenção da projeção regional do Brasil, sabotando seus projetos de projeção, como o Mercosul, Unasul, bem como sua aliança com o Brics (RODRIGUES, 2020).

2.3 MILITAR: ESTRATÉGIA DE DEFESA E MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Em 2012, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) somou-se à Estratégia Nacional de Defesa (END) e à Política Nacional de Defesa como documento norteador das atividades de defesa do Brasil. A divulgação do Livro Branco de Defesa Nacional procurou expressar as percepções, os interesses nacionais e os objetivos de Defesa do Estado brasileiro. O ministro da Defesa do Brasil à época, ex-chanceler Celso Amorim, afirmou que o documento foi elaborado também com o objetivo de fortalecer a cooperação com os países da América do Sul com vistas a fomentar o estabelecimento de uma comunidade de paz e segurança no entorno sul-americano (BRASIL, 2012).

O LBDN ratifica a definição de Defesa Nacional previamente concebida na Política Nacional de Defesa (PND) de 2012 como “o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (BRASIL, 2012, p. 27).

Em 2012, o LBDN destacava a relevância da Amazônia Azul como uma área geoestratégica para o desenvolvimento brasileiro:

A região do Atlântico Sul sobre a qual o Brasil tem Direitos territoriais e outras prerrogativas de exploração e controle corresponde às águas jurisdicionais. Recebeu recentemente a denominação Amazônia Azul, cuja área é equivalente à da Amazônia Verde brasileira. Sob essa região, estão abrigadas as reservas de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, tão importantes para o desenvolvimento do País. Daí a necessidade de intensificar medidas de acompanhamento, monitoramento e controle do tráfego marítimo, assim como dos incidentes na área de vigilância marítima sob a responsabilidade do Brasil (BRASIL, 2012, p. 21).

Nesse sentido, por ocasião do “II Seminário Estratégia Nacional de Defesa: Política Industrial e Tecnológica” de 2012 em Brasília, o ministro da Defesa Celso Amorim deixava clara a necessidade de desenvolver uma capacidade dissuasória aos desafios de um sistema internacional instável, o que tornaria de extrema importância o investimento nas políticas de defesa e, conseqüentemente, nas Forças Armadas: “Devemos ser capazes

de impor custos elevados a qualquer país que, por qualquer motivo, se aventure a usurpar nosso patrimônio” (AMORIM, 2012, n.p.).

A tônica do documento é o vínculo entre a defesa e o desenvolvimento nacional do Brasil e sua projeção internacional:

(a) Estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela, Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento (BRASIL, 2012, p. 299)

O Brasil ascenderá ao primeiro plano no cenário internacional sem buscar hegemonia. O povo brasileiro não deseja exercer domínio sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar. (...) Ao propiciar a execução da Política Nacional de Defesa com uma orientação sistemática e com medidas de implementação, a Estratégia Nacional de Defesa contribuirá para fortalecer o papel cada vez mais importante do Brasil no mundo (BRASIL, 2012, p. 298)

Assim, um fator importante no planejamento de defesa é a busca de parcerias estratégicas onde há possibilidade de intercâmbio. Analisando a Força Aérea e seus objetivos explicitados no LBDN, observa-se que dentro deles é destacado que a Base Industrial de Defesa deverá considerar o desenvolvimento autônomo das tecnologias uma prioridade, principalmente das tecnologias sensíveis como as dos setores espacial, cibernético e nuclear.

No esforço de reorganizar a Base Industrial de Defesa, buscar-se-ão parcerias com outros países, com o objetivo de desenvolver a capacitação tecnológica nacional, de modo a reduzir progressivamente a compra de serviços e de produtos acabados no exterior. A esses interlocutores estrangeiros, o Brasil deixará sempre claro que pretende ser parceiro, não cliente ou comprador. O País está mais interessado em parcerias que fortaleçam suas capacitações independentes, do que na compra de produtos e serviços acabados. (BRASIL, 2012, p.325)

Sendo assim, a escolha de novas parcerias seria pautada de acordo com o potencial do país para a contribuição nesses termos, o que influenciou diretamente no projeto de Defesa e modernização das Forças Armadas do Brasil.

Criado em 1979, o projeto de submarino nuclear brasileiro visava construir uma embarcação movida à propulsão nuclear. Mas, somente em 2008, o Brasil conseguiria dar prosseguimento à aspiração do almirante Álvaro Alberto, o patrono do programa nuclear, para quem a prosperidade do país dependeria do desenvolvimento científico e tecnológico (CORREIA, 2023). O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), criado no âmbito do Acordo Militar Brasil-França de 2008, previa a transferência de tecnologia

militar da França para o Brasil a partir da construção de 50 helicópteros, 5 submarinos e 1 estaleiro (CARNEIRO, 2008).

Em entrevista à Sputnik Brasil, o pesquisador em Estudos Estratégicos Pérsio Glória afirma que o Brasil, ao apostar na construção de embarcações nucleares diversificadas, não apenas fortalecerá suas capacidades militares, mas também consolidará sua presença no cenário internacional como uma potência capaz de liderar inovações no campo da propulsão nuclear para embarcações (CORREIA, 2023). Vale ressaltar que no cenário internacional, segundo o pesquisador, poucos são os países que têm a capacidade de produzir submarinos de propulsão nuclear (CORREIA, 2023). Somente Rússia, EUA, Reino Unido, França, China e Índia fazem parte do chamado "clube seleta" (CORREIA, 2023).

A renovação da frota de caças da Força Aérea Brasileira (FAB) era planejada desde o governo Fernando Henrique Cardoso, que lançou o Projeto FX em 1995, com um orçamento de R\$ 700 milhões. Em 2006, o governo Lula (2003-2010) reativa o projeto, anunciando investimentos no Programa FX-2 no valor de R\$ 2,2 a 3 bilhões (GODOY, 2007). Na reformulação do programa FX, a transferência de tecnologia e benefícios para empresas locais, com integração à indústria nacional e capacidade de produção e exportação por parte do Brasil” (SOUZA, 2015, p. 97) seria critério decisivo na escolha do modelo de caças em disputa.

Em junho de 2008, o *F-18 Super Hornet* da *Boeing* (EUA) estava sendo considerado na competição, junto com o *Eurofighter Typhoon* (fruto do programa conjunto entre Reino Unido, Alemanha, Itália e Espanha), o *SU-35* russo, o *Gripen* sueco e o *Rafale* francês (KANAAN, 2019).

Quatro meses depois, em outubro de 2008, a FAB anuncia que permaneciam na disputa o *F-18*, o *Rafale* e o *Gripen* (KANAAN, 2019). Em 2013, a sueca *SAAB* (Companhia Aeronáutica Sueca, em sueco), fabricante do *Gripen*, foi a escolhida para fazer negócios com o Brasil, uma vez que, além de oferecer um produto mais barato, garantiu total transferência de tecnologia e cooperação na produção de caças junto à FAB (SILVEIRA *et al*, 2018). Finalmente, em outubro de 2014, a Força Aérea Brasileira (FAB) assinou com a empresa sueca SAAB o contrato para aquisição de 36 aviões de caça Gripen NG. O contrato envolve o treinamento de pilotos e mecânicos brasileiros na Suécia, apoio logístico e a transferência de tecnologia para indústrias brasileiras. A Embraer lideraria o processo de fabricação brasileira dos caças, contando com a participação de outras

empresas brasileiras, como a AEL, Akaer, Atech e SBTA. Durante a cerimônia de assinatura do contrato, o presidente da *SAAB*, Hakan Buskhe, resumiu a parceria entre FAB e *SAAB*: "Nós iremos transferir tecnologia e a capacidade de projetar e construir caças". O tenente-brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), completou: "Vai ser um salto, não apenas para a Embraer, mas para a nossa indústria em geral" (BRASIL assina ..., 2014).

2.3.1 Interesses Militares dos EUA: Dependência Militar do Brasil

Segundo a pesquisa de mestrado de Kanaan (2019) baseada nos telegramas de embaixada dos EUA em Brasília, os principais pontos de atrito na relação EUA-Brasil no campo militar são a recuperação da Base de Lançamentos de Alcântara, o desenvolvimento dos projetos de monitoramento e vigilância da Amazônia, o projeto de desenvolvimento de energia e do submarino nucleares e as negociações do Projeto FX-2 para a renovação da frota de caças das FAB.

Na análise dos telegramas, observa-se que o ponto chave do tensionamento nas relações EUA-Brasil no campo militar foi a importância dada pela END à independência da produção dos equipamentos militares brasileiros, o que era concretizado através da prioridade conferida à transferência de tecnologia nas compras militares (KANAN, 2019). O processo de modernização das Forças Armadas do Brasil no governo Lula (2003-2010) incomodou os EUA. Conforme argumenta o ex-embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2022), a política hemisférica dos EUA tem como objetivos estratégicos o desarmamento e a dependência dos Estados da América Latina. Para isso, a potência ocidental promove a assinatura de tratados de desarmamento, cujo mais famoso é o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), vendem equipamentos militares antigos - sucatas - a preços mais baixos, estrangulando o desenvolvimento de indústrias bélicas locais, promovem acordos de associação à Otan na região e a transformação das Forças Armadas nacionais em forças de caráter policial, voltadas para o combate ao narcotráfico e a crimes transnacionais e, portanto, necessitando apenas de equipamento leve (PINHEIRO GUIMARÃES, 2022).

Nesse sentido, os EUA têm como diretriz estratégica manter as Forças Armadas do Brasil como um "braço" de sua política externa no sul do hemisfério, apoiando e agindo em conjunto com as ações militares dos EUA no continente, além de importar

equipamentos militares do complexo industrial norte-americano. Não uma potência militar capaz de produzir seus próprios equipamentos e exportá-los para outros países da América do Sul. Assim, os EUA sujeitariam a Defesa do Brasil como uma “capataz”, sócia de seu projeto de dominação regional - o que não foi seguido nos governos de Lula e Dilma.

A ênfase no desenvolvimento da independência militar do Brasil contrariava os interesses dos EUA. Em diversos telegramas, a embaixada dos EUA criticou a ênfase na “independência no controle de armamentos” e a busca do Brasil por acordos militares com países dispostos a transferir tecnologia (KANAAAN, 2019). A querela no terreno militar envolvia claramente a desaprovação dos norte-americanos pela busca por “independência” (aspas usadas pela embaixada de forma irônica) militar do governo brasileiro. Em telegrama de janeiro de 2009 sobre a Estratégia Nacional de Defesa lançada por Lula no mês anterior, o então embaixador dos EUA no Brasil, Clifford Sobel, criticou a ênfase dada pelo governo brasileiro à “independência no controle de armamentos”, criticando enfaticamente a busca do Brasil por acordos militares com países dispostos a transferir tecnologia, chegando a atribuir parte do “problema” à “formação socialista de Lula no PT” (WIKILEAKS, 2009c).

Em seu livro de memórias recentemente publicado, o ex-presidente da França Nicolas Sarkozy, confidencia a pressão dos EUA para “melar” a cooperação militar da França com o Brasil em matéria de transferência de tecnologia para o projeto de submarinos nucleares do Brasil: “Os americanos não aceitam bem a menor recusa de alinhamento sistemático, que é imediatamente percebida como uma traição” (SARKOZY diz que ..., 2023). Mesmo assim, Sarkozy afirma ter conseguido dissuadir a pressão dos EUA: “Eu transgredi as regras habituais e ignorei a oposição dos Estados Unidos, aceitando ajudar os brasileiros a adquirir submarinos a propulsão nuclear” (SARKOZY diz que ..., 2023). Pressão essa, segundo o ex-presidente, que ocorreu também no caso da renovação da frota brasileira de caças, quando a França tentou negociar, sem sucesso, a venda de caças *Rafale* para o Brasil : “(...) os americanos se bateram até o fim para fazer esse projeto fracassar” (SARKOZY diz que ..., 2023).

Por sua vez, quanto ao programa de renovação da frota aérea do Brasil, o embaixador norte-americano Sobel traçava a “estratégia final” da *Boeing* para vencer o Projeto FX-2, o plano do governo brasileiro para comprar uma nova frota de caças. À época, os *Super Hornets* da *Boeing* competiam com os caças franceses *Rafale*, que ofereciam, ao contrário

dos norte-americanos, a transferência da tecnologia para a fabricação de novos caças no Brasil (KANAAAN, 2019). Sobel insistiu que os EUA deveriam investir nas negociações, pois além dos benefícios econômicos da venda para o complexo industrial-militar estadunidense, a escolha dos EUA como fornecedor da principal aeronave de combate do Brasil “carregaria importantes benefícios políticos e fundaria o alicerce para a melhoria da cooperação em defesa” (WIKILEAKS, 2008; KANAAAN, 2019).

O governo dos EUA não queria que o Brasil tivesse um programa próprio de produção de foguetes espaciais. Por isso, além de não apoiar o desenvolvimento de veículos espaciais, as autoridades norte-americanas pressionam parceiros do país nessa área - como a Ucrânia - a não transferir tecnologia do setor aos cientistas brasileiros (PASSOS, 2011).

Prova disso é o telegrama enviado pelo Departamento de Estado à embaixada em Brasília, em janeiro de 2009. Conforme revelado pelo *Wikileaks*, o documento contém uma resposta a um apelo feito pela embaixada da Ucrânia no Brasil, solicitando que os EUA reconsiderassem sua negativa de apoiar a parceria militar-estratégica Ucrânia-Brasil no desenvolvimento de foguetes na Base Aeroespacial de Alcântara, no Maranhão (PASSOS, 2011).

O fato é que, desde que Lula retirou do Congresso e arquivou o projeto do governo Fernando Henrique Cardoso de ceder o Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) para os EUA, a superpotência agiu no sentido de boicotar o desenvolvimento de atividades de lançamento de foguetes pelo Brasil. Quando a embaixada pediu orientações ao Departamento de Estado sobre como proceder, Condoleezza Rice, Conselheira de Segurança Nacional no 2º mandato de George W. Bush, respondeu que a filial da diplomacia norte-americana deveria comunicar aos ucranianos que não se opunha ao estabelecimento de uma plataforma de lançamentos em Alcântara, mas que a atividade não poderia resultar na transferência de tecnologias de foguetes ao Brasil (KANAAAN, 2019). Os EUA estariam prontos a apoiar o projeto aeroespacial nacional se o Brasil ratificasse o acordo de salvaguardas de tecnologias (TSA) que havia assinado com FHC em 2000 - mas havia sido engavetado pelo Congresso com a vitória de Lula. Enquanto o TSA não fosse aprovado, os EUA deliberadamente boicotariam o projeto de foguetes do Brasil, proibindo o lançamento de satélites estadunidenses (ou satélites fabricados por outros países mas com componentes norte-americanos) desde Alcântara (KANAAAN, 2019).

Portanto, parcerias estratégicas não eram vistas pela END como “colaboradores em questões de segurança”, e sim apenas como países dispostos a transferir tecnologia, que possibilitasse ao Brasil não necessitar mais buscar fora de suas fronteiras os equipamentos para seu exército (WIKILEAKS, 2009a). Em contrapartida, a END e seus desdobramentos – o projeto FX-2, o projeto do submarino nuclear e o lançamento de foguetes na Base de Alcântara – foram pontos de atritos entre o Brasil e a estratégia dos EUA no campo militar (KANAAAN, 2019).

3. O BRASIL SOB A NÉVOA DA GUERRA HÍBRIDA (2013-2018)

Aponta-se o ano de 2012 como o início da crise do neodesenvolvimentismo. Além de erros de política econômica do governo Dilma, o esgotamento do modelo neodesenvolvimentista dos governos petistas, marcado pela conciliação de classes, enfrentou mudanças no cenário externo, provocando desequilíbrios macroeconômicos e acirramento da luta de classes. Em 2013, os participantes das “Jornadas de Junho”, majoritariamente jovens trabalhadores recém-diplomados, reivindicavam a dificuldade de inserção formal no mercado de trabalho¹⁴. Uma operação de combate à corrupção é iniciada em 2014. Flexibilizando o regramento jurídico sob o chavão “a lei é para todos”, a Lava-Jato conquistou forte apoio e legitimidade junto à opinião pública. A força-tarefa de Curitiba precisava gerar instabilidade política, por meio de vazamentos ilegais para a imprensa, a fim de pressionar políticos, empresários e instâncias superiores do Judiciário para prosseguir no combate à corrupção. Parte-se do pressuposto que a operação simbolizou uma convergência de interesses internos e externos contra a crise de acumulação e a política econômica no governo Dilma, resultando no golpe parlamentar de 2016. O governo interino de Temer passou a realizar reformas econômicas neoliberais, com ajustes fiscais, corte de gastos públicos, abertura do mercado do setor de petróleo e gás, além de seguir uma política externa de baixo perfil, alinhada aos EUA. Em 2018, sob intensa crise institucional, o ex-capitão do Exército e deputado federal de pouca expressividade, Jair Bolsonaro, é eleito presidente do Brasil. Sua vitória, marca da volta ao poder das Forças Armadas, foi o resultado do efeito colateral da crise político-econômica intensificada em 2015, bem como da interferência velada dos EUA na política do Brasil.

3.1 BLOCO NO PODER E POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO DILMA (2013-2016)

Após um longo período de crescimento do PIB (3,5% em média ao ano entre 2003 e 2013), com melhora distributiva e redução da pobreza, a economia brasileira contraiu-se abruptamente em 2014 e, a partir de 2015, enfrentou uma recessão (queda acumulada de 6,9% entre 2015 e 2016), seguida de uma lenta recuperação entre 2017 e 2018

¹⁴ Para Souza (2016), houve uma “inflação dos diplomas”, pois a demanda do mercado de trabalho por profissionais graduados é inferior à oferta gerada pela expansão do ensino superior brasileiro.

(crescimento acumulado de 2,2%). Motor de arranque do crescimento, os investimentos tiveram uma retração ainda maior: queda de 28% no acumulado entre 2014 e 2018 (PINTO *et al*, 2019).

Essa queda na acumulação provocou uma expressiva deterioração dos indicadores sociais, sobretudo o emprego. Os desocupados saltaram de 6,9 milhões, em 2013, para 12,7 milhões, em 2018, elevando a taxa de desocupação de 7,2% para 12,3% no mesmo período (PINTO *et al*, 2019). A crise do crescimento econômico brasileiro criou as condições (recessão, desemprego, falências de empresas, desalento) para que as crises política e institucional prosperassem, sendo que estas, quando se ampliaram, passaram também a afetar negativamente a economia. Houve, portanto, uma retroalimentação entre as crises (PINTO *et al*, 2019).

É interessante destacar que as interpretações acerca das causas da crise econômica geralmente ficam circunscritas à discussão sobre acertos e erros da política econômica - como se o Estado possuísse autonomia plena, diante das classes sociais, para comandar a acumulação¹⁵ (PINTO *et al*, 2019). Apesar de erros políticos e macroeconômicos nos governos Dilma (2011-2016) que afetaram negativamente o processo de acumulação e romperam com a frente neodesenvolvimentista de apoio ao governo, Pinto *et al* (2019) advertem que tais erros não tenham sido as causas geradoras da crise, visto que a mudança no cenário externo (retração da economia da China, principal destino das exportações de *commodities* do Brasil), além do recrudescimento da luta de classes, impediu a manutenção do modelo neodesenvolvimentista sem maiores desequilíbrios macroeconômicos (PINTO *et al*, 2019).

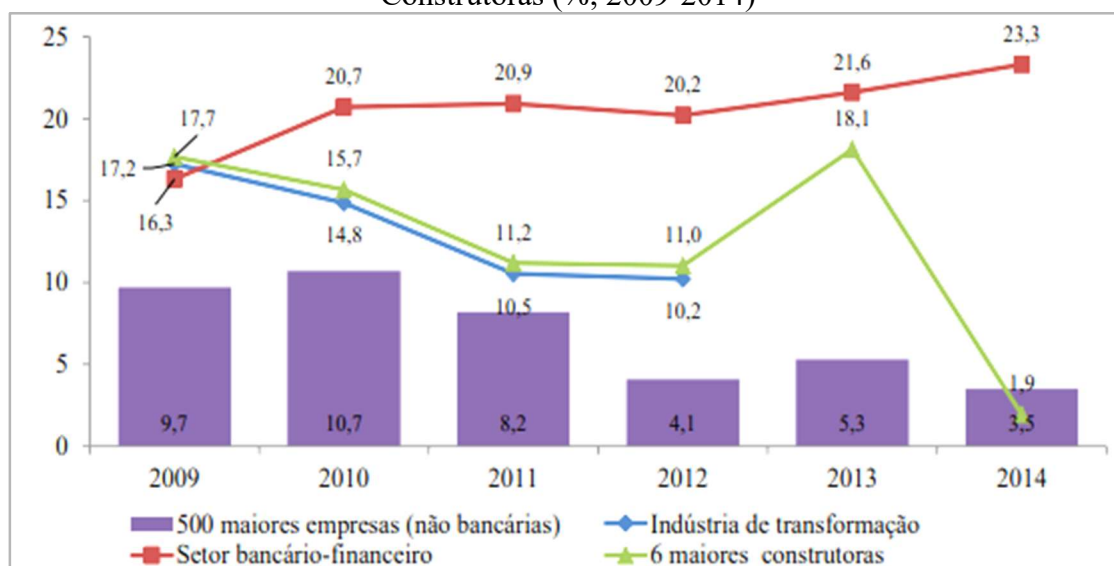
Nesse sentido, partindo do conceito de bloco no poder da Teoria de Estado de Nico Poulantzas, Pinto *et al* (2019) argumentam que a adoção de determinada política econômica não consegue ser explicada apenas por modelo de especialistas da área econômica, uma vez que uma escolha econômica expressa os interesses, as influências e os conflitos entre as frações dos setores dominantes (PINTO *et al*, 2019).

No que tange às taxas de lucros, verificou-se uma redução nas taxas de rentabilidade dos setores econômicos mais relevantes entre 2011 e 2014. Entre 2010 e 2014, as taxas

¹⁵ Conforme Pinto *et al* (2019), somente em situações específicas o Estado possui autonomia em suas políticas, como em momentos de: profunda mobilização popular, de contextos autoritários em que ocorrem expressivas fusões entre o privado e o público, de situações de sólidas alianças interclasses ou em momentos de expressiva redução do poder dos segmentos dominantes, seja em virtude de depressões econômicas ou de estados de guerra.

de rentabilidade sobre os patrimônios líquidos (ROE%) das 500 maiores empresas (não bancárias), das empresas de alimentos e bebidas (as seis maiores do setor), da produção de petróleo e coque (Petrobras) e de empresas de fabricação de aços e derivados (as seis maiores do setor) decresceram, respectivamente, de 10,7% para 3,5%, de 13,9% para 13,1%, de 11,4% para -7% e de 14,3% para 3,1%. Essa tendência de queda de rentabilidade também foi verificada na indústria de transformação como um todo (entre as 453 maiores empresas industriais, com a exceção dos sub-ramos petróleo e gás, refino de petróleo e coque e álcool) que passou (de 14,8% em 2010 para 10,2% em 2012) e para as empresas de automóveis, camionetas e ônibus, que passaram de (de 49,2% em 2010 para 14,5% em 2013). As seis maiores empresas da construção civil (seis maiores construtoras), representando outro segmento que também enfrentou retração, viram suas rentabilidades despencarem, sobretudo em 2014, passando de 15,7%, em 2010, para 1,9%, em 2014, em virtude da forte desaceleração do investimento e dos impactos iniciais da Operação “Lava Jato” (Gráfico 5) (PINTO *et al*, 2016).

Gráfico 5 - Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE) das 500 Maiores Empresas Não-Financeiras + Setor Bancário-Financeiro + Indústria de Transformação + 6 Maiores Construtoras (%; 2009-2014)



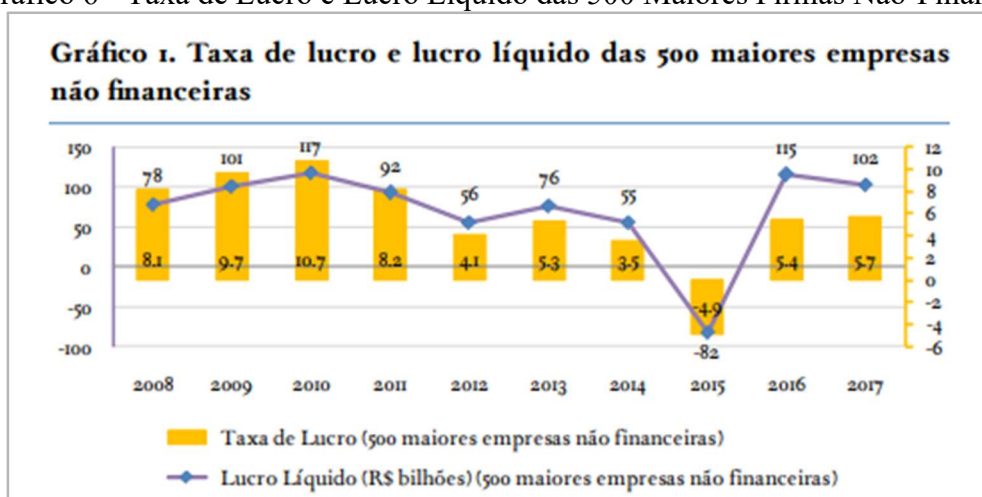
Fonte: PINTO *et al*, 2016

Quanto à renda, as isenções governamentais dadas aos empresários foram negociadas como contrapartida da manutenção do emprego nas indústrias beneficiadas, o que contribuiu para o declínio da taxa de desocupação. Associado à valorização do salário mínimo, a situação aumentou o poder de barganha dos trabalhadores - o que pode ser corroborado pelo número recorde de greves no Brasil em 2013 (2.050 greves), segundo

relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) (DIEESE, 2015).

Contrariando promessas de campanha, Dilma optou por um caminho de austeridade na política econômica antes mesmo de iniciar o 2º mandato, visando recuperar a legitimidade do governo junto ao bloco no poder, abalada por conta da recessão econômica. Entretanto, a política econômica ortodoxa não restabeleceu a credibilidade da classe hegemônica do bloco no poder (burguesia interna) no governo Dilma (2011-2016), uma vez que as taxas de lucro dos segmentos não-financeiros continuaram caindo em 2015, voltando a se recuperar apenas em 2016, resultado das reformas neoliberais já sob governo Temer (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Taxa de Lucro e Lucro Líquido das 500 Maiores Firms Não-Financeiras



Fonte: PINTO *et al*, 2019

Além de não atingir o resultado esperado, a política econômica do governo Dilma (2011-2016) abalou a confiança da base social petista, por conta da queda do emprego e renda dos trabalhadores (PINTO *et al*, 2019).

Neste cenário, o bloco no poder e suas frações passaram a patrocinar publicamente e junto aos seus representantes no Congresso a tese da inevitabilidade das reformas, tendo como objetivo realizar um enorme ajuste sobre a remuneração do trabalho e os gastos sociais do Estado, sob o argumento de que tais medidas destravariam a acumulação (PINTO *et al*, 2019).

Diante da ruptura da frente neodesenvolvimentista, a burguesia associada ao capital internacional ocupou a fração hegemônica do bloco no poder, com uma política de inserção internacional orientada por reformas neoliberais e subordinação passiva do Estado brasileiro ao imperialismo (BERRINGER, 2023).

3.2 A INTERFERÊNCIA EXTERNA NA CRISE BRASILEIRA

3.2.1 As Jornadas de Junho (2013)

Em meados de 2013, uma série de manifestações de descontentamento social tiveram lugar nas principais cidades do país. Inicialmente mobilizadas por grupos jovens desalentados, as manifestações foram mudando não apenas sua composição social, como também sua pauta reivindicatória. Da reivindicação inicial por redução na tarifa de ônibus e passe livre estudantil, houve um giro de 180° graus na voz e na cara das ruas: a alta classe média¹⁶ foi às ruas vociferando preconceito contra as políticas sociais e econômicas dos governos petistas, que melhoraram o bem-estar geral da sociedade brasileira, sobretudo para o subproletariado¹⁷.

Apesar das propostas de Dilma para atender as reivindicações das “Jornadas de 2013”¹⁸, como ficou conhecida a revolução colorida de 2013 no Brasil¹⁹, manifestantes continuaram nas ruas. Se o Movimento Passe-Livre (MPL) comandou os protestos do início da Jornada, a redução das tarifas no estado de São Paulo, principal reivindicação do movimento, o fez se retirar das ruas.

Entretanto, engana-se quem pensa que as ruas esvaziaram-se (SANZ, 2023). Convocados e articulados por empresas, entidades de classe, movimentos políticos recém-surgidos, vinculados a instituições neoliberais do Brasil, como o Instituto Millenium, por

¹⁶ A alta classe média é composta por trabalhadores de alta escolaridade, que recebem uma elevada remuneração, como assalariados do setor de serviços (médicos, advogados, engenheiros) e da burocracia do Estado (procuradores, juízes e delegados). A alta classe média se apega à ideologia meritocrática, que justifica sua distinção e sua ascensão social. Teme a proletarização (rebaixamento de classes). E, na maioria das vezes, posiciona-se politicamente contra políticas distributivas, além de ser a favor de ideias conservadoras, sendo a força social de movimentos fascistas (POULANTZAS, 1978 *apud* BERRINGER; NASCIMENTO, 2023, p. 194).

¹⁷ Classe formada por trabalhadores precarizados, informais, sem carteira assinada que, na visão de muitos analistas como Singer (2012), ascenderam socialmente graças às políticas de transferência de renda, valorização do salário mínimo e programas de expansão de crédito dos governos do PT. Ver em: SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁸ MENDES, Priscilla; COSTA, Fabiano; PASSARINHO, Nathalia. Dilma propõe 5 pactos e plebiscito para constituinte da reforma política. G1, 24 de junho de 2013. Disponível em: bitlybr.com/pvX

¹⁹ Ainda hoje, dez anos após as Jornadas, a grande mídia e boa parte da academia, as fatídicas “Jornadas de 2013” foram simplesmente manifestações “espontâneas”, um “levante popular”, “proletário” reivindicando mais Direitos, renda e representação política - isso num dos governos que mais contribuiu para reduzir a desigualdade de renda, a pobreza e a miséria. Assim, refutam a hipótese de interferência externa nos protestos.

sua vez financiados por organizações de direita EUA (*Students for Liberty*), novos manifestantes surgiram, apresentando pautas difusas²⁰ (FARIA, 2022).

Curiosamente, no mesmo mês de junho de 2013, o presidente da Turquia Recep Tayyip Erdogan, enfrentava grandes manifestações contra o governo, iniciadas por protestos ambientalistas, contrários à demolição de um parque, foram superdimensionados graças ao *Facebook*. Conforme atenta o jornalista Paul Mason (2013), “máscaras do V de Vingança, a bandeira nacional e camisetas de times de futebol são símbolos comuns de Istambul e São Paulo” (MASON, 2013, n.p.). As relações entre os manifestantes da Turquia e Brasil não poderia ser mera coincidência. Em 2016, o governo de Erdogan conseguiu evitar uma tentativa de golpe atribuída a um movimento islâmico baseado nos EUA contra seu governo (ELEIÇÕES na Turquia ..., 2023). No mesmo ano, a presidenta Dilma não teria a mesma sorte: sofreria um golpe jurídico-parlamentar que, segundo o prefeito de São Paulo à época, Fernando Haddad (PT), acredita que “não teria ocorrido não fossem as Jornadas de Junho” (HADDAD: Putin e ..., 2017, n.p.). Por sinal, Haddad (2017) comenta que Erdogan e o presidente da Rússia, Vladimir Putin, teriam telefonado para o ex-presidente Lula e para a então presidenta Dilma a fim de alertá-los acerca da possibilidade de que os protestos estivessem sendo patrocinados por grandes corporações estrangeiras (HADDAD: Putin e ..., 2017).

Figura 6 - Manifestante com Máscara “V” de Vingança e Bandeira do Brasil (2013)

²⁰ Fim da corrupção, fim da violência policial, melhoria dos serviços públicos como transporte urbano, saúde e educação, rejeição à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37, que limitaria poderes do Ministério Público Federal.



Fonte: SCHILLING, 2013

Antes mesmo da Operação Lava-Jato, a pauta anticorrupção já estava presente nos protestos contra o governo Dilma (2011-2016): manifestantes usavam símbolos nacionais como a bandeira nacional, apetrechos nas cores verde e amarela e camisa da seleção brasileira, para transmitir a ideia de libertar e defender a pátria da corrupção. Destacam-se participantes e/ou simpatizantes do discurso de movimentos de direita como o Vem pra Rua, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados Online (ROL), cujos “valores” baseiam-se numa visão liberal-conservadora de mundo, princípio da meritocracia, moralismo, privatização e regulação automática do mercado, enxergando o intervencionismo estatal como responsável por ineficiência econômica e corrupção política (PENTEADO; LERNER, 2018 *apud* FAHL, 2022, p. 96).

O “bloco” seguiu nas ruas após 2013. Em 2014, impulsionados pela Lava-Jato, os manifestantes permaneceram nas ruas do país vociferando contra o governo Dilma (2011-2016) em pleno ano eleitoral. Mesmo reeleita nas eleições de 2014, Dilma sofreria uma forte oposição política em virtude dos vazamentos seletivos da Lava-Jato para imprensa, sua sócia informal, bem como da crise econômica do país. As manifestações passaram a ser um “carnaval fora de época”: os protestos, cuja agenda era previamente divulgada, eram transmitidos nas redes sociais e canais de TV aberta “ao vivo e a cores”. Havia distribuição de adesivos e camisetas com a frase “Fora Dilma, Fora PT”, apoio à Lava-

Jato, *shows* ao vivo, convidados famosos, *shows* de luz e fumaça, além de bonecos infláveis gigantes de Lula e Dilma com conotação pejorativa, associando-os a ladrão e prisioneiro (FAHL, 2022).

Nota-se que a “Jornada de Junho” quase “gabaritou” a cartilha de movimentos de resistência não-violenta de Sharp (2012): protestos em massa, uso de redes sociais para convocação de protestos, ciberativismo, frases de efeito, ocupações, xingamentos e vaias públicas, petições, mídias alternativas, barricadas e greves (Figuras 7).

Figura 7 - Bonecos Infláveis de Dilma e Lula num Protesto na Av. Paulista (2016)



Fonte: MANIFESTAÇÕES a favor ..., 2016

Instituições estrangeiras como a *Atlas Network* e o *Cato Institute* providenciaram financiamento e treinamento de organizações²¹ que exigiram nas ruas a derrubada de Dilma e apoio à Lava-Jato. O *Atlas Network's Center for Latin America*, o primeiro centro regional da *Atlas*, criado em 2018, revela a importância da América Latina na geopolítica dos EUA. O centro regional busca ser o elo de apoio e sustentação de uma frente dedicada à defesa e à promoção do neoliberalismo nos países da região. Para alcançar seus objetivos, o centro atua destinando recursos financeiros e treinamentos para promover e

²¹ No guarda-chuva da *Atlas* no Brasil, há institutos neoliberais “parceiros”, como Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP), Instituto Liberal (IL) e Instituto Millenium (Imil); três em São Paulo: Instituto de Formação de Líderes - São Paulo (IFL-SP), Instituto Liberal de São Paulo (ILISP) e Instituto Ludwig von Mises Brasil (Mises Brasil); duas em Belo Horizonte: Estudantes Pela Liberdade (EPL) e Instituto de Formação de Líderes (IFL); duas em Porto Alegre: Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e Instituto Liberdade (IL-RS); e uma em Vitória (ES): Instituto Líderes do Amanhã e o Movimento Brasil Livre (MBL) (BAGGIO, 2016).

aproximar institutos e indivíduos comprometidos em transformar, por meio dos preceitos neoliberais, os rumos econômicos e políticos da América Latina (VIDAL; LOPEZ, 2022).

Durante os protestos de maior mobilização da história recente da política nacional (Jornadas de Junho em 2013 + Apoio à Operação Lava-Jato a partir de 2014 + Processo de *Impeachment* de Dilma em 2015/16), a pauta anticorrupção e a ojeriza à “velha política” foram o pano de fundo das críticas dos manifestantes ao governo Dilma (2011-2016). Difícil imaginar que tal crise política fomentaria a ascensão da extrema-direita no Brasil, personificada na eleição, cinco anos mais tarde, de um ex-militar e deputado federal de baixa relevância e sem projeto político para o país.

3.2.2 A Operação Lava-Jato (2014)

Uma das “Campeãs Nacionais” do governo Lula (2003-2010), a Petrobras é peça-chave da estratégia brasileira de inserção no sistema capitalista internacional. Além de ser uma das principais empresas exportadoras de capital do Brasil, tendo expandido sua atuação pela América Latina e África desde a década de 1970, as atividades da Petrobras estimulam o crescimento de outras empresas brasileiras através da contratação de fornecedoras de produtos e prestadoras de serviços, como a Odebrecht (CAMPOS, 2018). Assange, comentando a competição de empresas petrolíferas norte-americanas com a Petrobras, preconizava que, num Brasil onde as Forças Armadas e a empresa são as duas instituições mais fortes, “fragilizar a Petrobras é uma forma de fortalecer os militares como centro de gravidade da organização do Estado” (MORAIS, 2017, n.p.).

Segundo cogitam analistas como Moniz Bandeira (2016b), Metri (2016), Rocha (2017), Nozaki *et al* (2018), Fiori e Nozaki (2019) e Kanaan (2019), depois de todos os esforços do cônsul-geral dos EUA no Rio de Janeiro, Dennis Hearne, para “derrubar” a lei do Pré-Sal (WIKILEAKS, 2009d), as primeiras informações sobre a corrupção na Petrobras e suas relações com as empresas líderes da construção civil nacional teriam vindo do Departamento de Justiça dos EUA (DoJ) e repassadas, provavelmente, pela NSA a juízes e promotores brasileiros com quem mantinham “parceria informal” desde 2009.

Relacionando a importância do petróleo na geoestratégia dos EUA à descoberta do Pré-Sal no Brasil, Nozaki *et al* (2018) tentam montar um “quebra-cabeça” para investigar os indícios da participação dos EUA na operação que desestabiliza socialmente, politicamente, economicamente e institucionalmente o Brasil.

O 1º capítulo desse “quebra-cabeça” relaciona-se a um acontecimento pouco lembrado atualmente: em janeiro de 2008, um ano após o anúncio da descoberta do Pré-Sal. A Petrobras foi vítima do furto de um de seus contêineres dentro do qual havia quatro *notebooks*, dois *hard disks* (HDs) e um conjunto de informações sigilosas sobre a exploração de petróleo na bacia de Santos. O contêiner deveria sair de Santos (SP) em direção à Macaé (RJ), sua origem e seu destino eram justamente cidades onde se encontram dois dos maiores campos do Pré-Sal. A Polícia Federal (PF) definiu uma linha única de investigação: a hipótese de espionagem industrial, dado que não se furtou todo o conteúdo do contêiner, mas apenas aqueles itens em que havia informações sigilosas. Foram investigadas as duas empresas responsáveis pelo transporte: a norte-americana *Halliburton* e a brasileira Transmagnó, entretanto, subitamente a Polícia Federal mudou a linha de investigação e passou a tratar o caso como furto comum, prendendo apenas quatro vigilantes do terminal portuário.

O 2º capítulo dessa trama leva ao ano seguinte. Em linha com a política anticorrupção da estratégia internacional dos EUA nos governos Obama (2009-2017), a embaixada dos EUA no Brasil investiu na cooperação jurídica com juízes, promotores e policiais federais brasileiros por meio de cursos, treinamentos e palestras. Em telegrama de outubro de 2009, a *charge d’e affaires*²² da Embaixada dos EUA em Brasília, Lisa Kubiske, relatava a realização de conferência organizada pela Embaixada sobre “crimes financeiros ilícitos”, que se estendeu por seis dias no Rio de Janeiro e treinou juízes/as e promotores/as dos 26 Estados brasileiros e mais de 50 agentes da Polícia Federal – dentre eles/as Sérgio Moro, que palestrou sobre “lavagem de dinheiro” e “combate à corrupção”. A conferência foi apenas uma parte do *Bridges Project* (“Projeto Pontes”), descrito por Kubiske como “um novo conceito de treinamento introduzido pela Embaixada em fevereiro de 2009 para consolidar treinamentos bilaterais de aplicação da lei”, uma “oportunidade de fazer parcerias com diversas entidades brasileiras de aplicação da lei para o combate às crescentes ameaças transnacionais que surgem no Brasil” (WIKILEAKS, 2019c; KANAAN, 2019). Após a realização da referida conferência, Kubiske sugeriu Curitiba como um dos centros para a continuação do treinamento, que deveria ser “de longo prazo e coincidir com a formação de forças-tarefa”, as quais teriam como base “investigações reais” que evoluíssem “até a conclusão dos casos em tribunais”.

²² “Encarregada de Negócios”. É um posto de conselheiro na diplomacia norte-americana. Na ausência do embaixador oficial, o/a *charge d’e affaires* assume a embaixada.

A formação e atuação dessas forças-tarefa “permitiria o acesso a especialistas dos EUA para orientação e apoio contínuos” (WIKILEAKS, 2009c; KANAAN, 2019).

O 3º capítulo tratou de um novo vazamento do *Wikileaks*. Os telegramas vazados revelaram o *lobby* dos EUA para tentar mudar o marco regulatório de partilha do Pré-Sal a ser aprovado no governo Lula (2003-2010). Em 2010, a embaixada dos EUA no Brasil atuou para engajar o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), a Agência Nacional do Petróleo (ANP), políticos da oposição, empresários do setor petrolífero brasileiro, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) para manter o regime de concessão dos campos de petróleo do Pré-Sal e derrubar a proposta do governo Lula (2003-2010) do regime de partilha que dava prioridade à Petrobras. Desde a descoberta do campo de Tupi, em novembro de 2007, a embaixada em Brasília e o consulado dos EUA no Rio de Janeiro organizaram várias mesas-redondas com as petrolíferas norte-americanas para planejar como influenciar a lei de exploração do Pré-Sal. A embaixada também articulou atividades dos CEO’s e da Câmara de Comércio EUA-Brasil com o Instituto Brasileiro do Petróleo e com a Agência Nacional do Petróleo (KANAAN, 2019).

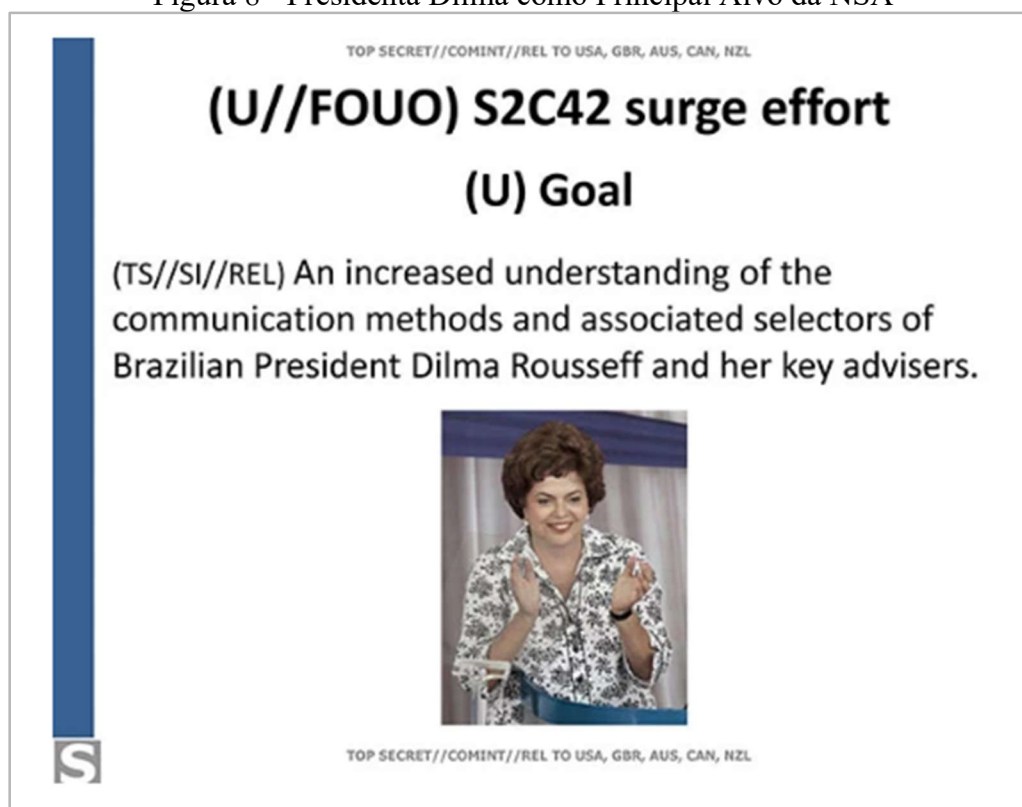
Segundo revelam os telegramas da diplomacia estadunidense vazados pelo *Wikileaks*, um político da oposição ao governo Lula (2003-2010) foi o “porta-voz” do *lobby* dos EUA no Congresso Nacional: o senador e candidato tucano à presidente nas eleições de 2010 José Serra (PSDB) (WIKILEAKS, 2009d; 2010). Ele teve conversas com uma alta executiva da petrolífera norte-americana *Chevron* - a mesma empresa que, quatro anos depois, junto com a *Exxon Mobil*, a *British Petroleum* e a *British Gas*, desistiria de participar da exploração do Pré-Sal por conta dos elevados custos de exploração no 1º leilão do Pré-Sal - tratando da importância de se fazerem mudanças mais drásticas nos marcos de exploração e produção do Pré-Sal (WIKILEAKS, 2010; NOZAKI, 2018). Como será discutido na seção 3.3, o projeto que retiraria a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do petróleo na camada do Pré-Sal em 2016, foi originalmente concebido pelo senador José Serra.

O 4º capítulo diz respeito às denúncias de Edward Snowden, ex-funcionário da NSA. Em setembro de 2013, vazamentos da diplomacia estadunidense abalaram as relações Brasil-EUA, quando documentos ultrassecretos da NSA foram vazados por Edward Snowden, revelando como Dilma Rousseff havia sido alvo dos programas de espionagem da NSA (KANAAN, 2019). Dilma cancelou a viagem aos EUA programada para 23 de

outubro, e somente dois anos depois, em junho de 2015, a presidenta fez a visita a Obama. Poucos dias depois do retorno de Dilma ao Brasil, o *Wikileaks* vazou novos documentos trazendo agora a identificação dos 29 assessores de Dilma que foram alvo da espionagem da NSA (KANAAN, 2019).

O 1º documento vazado mostra a presidente Dilma e assessores como alvos do NSA (VEJA documentos ..., 2013) (Figura 8).

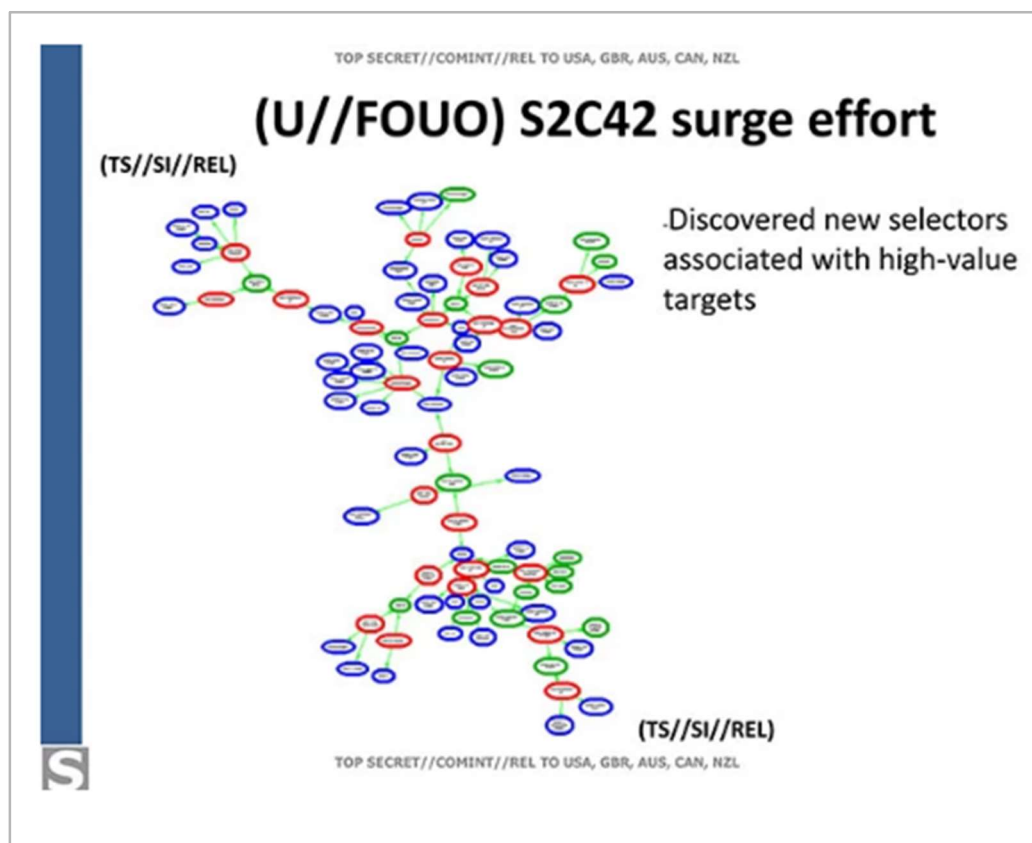
Figura 8 - Presidenta Dilma como Principal Alvo da NSA



Fonte: VEJA documentos ..., 2013

O documento apresenta toda a rede de comunicação da presidenta brasileira. Cada círculo representa uma pessoa na rede de comunicações de Dilma. As legendas ou nomes de quem teve a comunicação interceptada foram apagados para a apresentação (VEJA documentos ..., 2013) (Figura 9).

Figura 9 - Rede de Comunicação da Presidenta Dilma espionada pela NSA



Fonte: VEJA documentos ..., 2013

No 2º documento, "Desafios Geopolíticos para 2014-2019: Identificação de Desafios para o Futuro", o surgimento de Brasil e Turquia como atores globais de mais importância é apresentado como motivo de preocupação para os EUA (Figura 10).

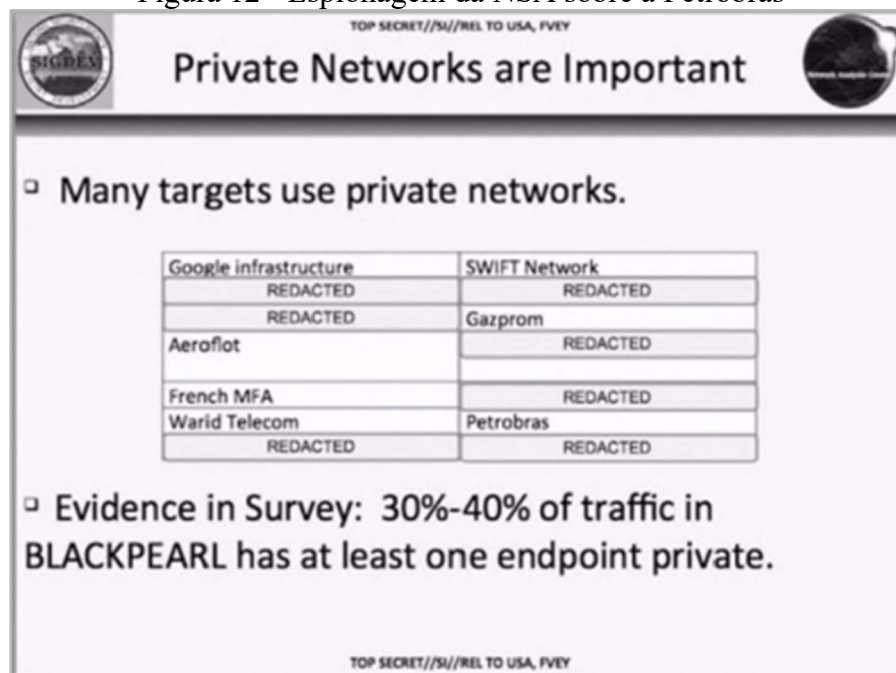
Figura 10 - NSA vê o Brasil como um risco à estabilidade global



Fonte: VEJA documentos ..., 2013

Poucos dias após a divulgação da espionagem contra Dilma, novos vazamentos traziam à tona que a Petrobras também havia sido alvo da NSA (Figura 12).

Figura 12 - Espionagem da NSA sobre a Petrobras



Fonte: PETROBRAS foi ..., 2013; KANAAN, 2019

Ainda em 2013, após as denúncias de Snowden, o governo norte-americano trocou sua embaixadora no Brasil, nomeando Liliana Ayalde, conhecida por ter atuado no Paraguai

participando ativamente das movimentações que derrubaram o presidente Fernando Lugo, intensificando a reversão neoliberal-conservadora na América Latina. Além dessa troca, em outubro de 2013, foi realizado o primeiro leilão do Pré-Sal sob o Regime de Partilha de Produção. Como já mencionado, as petrolíferas anglosaxônicas boicotaram o leilão e não participaram - uma forma de pressão contra o protagonismo da Petrobras (KANAAN, 2019).

Em meados de março de 2014, nove meses depois das revelações da NSA contra a Petrobras por Snowden, a PF deflagra a Operação da Lava Jato, autorizada pelo juiz de 1ª instância da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro. Desde seu início, a operação criminalizaria o projeto de desenvolvimento baseado na participação ativa do Estado e na centralidade da Petrobras como polo para o avanço industrial e tecnológico do país (PINTO *et al*, 2019).

Nesse sentido, segue Kanaan (2019), a cobertura midiática dos casos de corrupção da empresa, envolvendo grandes políticos e empresários, seria a oportunidade perfeita para iniciar uma onda de protestos que desestabilizasse o governo Dilma (2011-2016).

O então juiz Sérgio Fernando Moro defendeu a possibilidade de deturpação do Direito a fim de demonizar um inimigo - a começar pela violação da presunção de inocência do adversário por meio das externalidades. Moro admitiu já naquela época a conveniência da pressão da “opinião pública” sobre o Judiciário e outros poderes da República. No artigo²³, Moro descreve que o processo de deslegitimação dos alvos de operações judiciais – visando condenações sem resistência – pode ser alcançado através de vazamentos sucessivos e negativos contra os adversários (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019). A visão de Moro acerca da indispensabilidade da opinião pública vai de encontro à definição de *lawfare* da professora Susan Tiefembrun: uma arma destinada a destruir o inimigo, utilizando, mal utilizando e abusando do sistema legal e da mídia para conseguir o clamor público contra o inimigo (TIEFENBRUN, 2010 *apud* ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019, p. 52).

Nesse sentido, Pinto *et al* (2019) desvendam a estratégia da Operação Lava Jato para desestabilizar o Brasil: vazamento/publicidade para os meios de comunicação → deslegitimação política (Congresso e Executivo) → legitimidade da operação junto à

²³ MORO, Sergio Fernando. Considerações sobre a Operação Mani Pulite. **Revista CEJ**, p. 56-62, 2004. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/artigo-moro-mani-pulite.pdf>

opinião pública → pressão sobre as instâncias superiores do Judiciário (Supremo Tribunal Federal – STF e Superior Tribunal de Justiça – STJ), para que essas não coibissem a flexibilização do regramento jurídico, conforme amplamente feito pela Força-Tarefa da Lava-Jato (PINTO *et al*, 2019).

Para que esta estratégia fosse colocada em prática, fez-se necessário formar um “consórcio informal” entre a Lava Jato e os principais meios de comunicação (Globo, Bandeirantes, Folha, Estadão) (PINTO *et al*, 2019). Com esse consórcio, foi possível legitimar a estratégia, junto à opinião pública, ocultando as diversas ilegalidades e crimes de abuso de autoridade da “República de Curitiba”²⁴. Afinal, para os “paladinos e baluartes do moralismo político”, os fins (combate à corrupção) justificariam os meios.

Desde março de 2015, logo no início do 2º mandato de Dilma, protestos contra o governo Dilma (2011-2016) e em defesa da Lava-Jato eclodiram nas principais cidades do país num contexto de crise político-econômica e institucional, graças à instabilidade provocada pela Lava-Jato. A criminalização da política e a heroificação da Força-Tarefa de Curitiba podiam ser vistas em cartazes, faixas, decorações, adesivos e bandeiras (Figura 13).

Figura 13 - Cartaz de Apoio à Lava-Jato em Ato na Avenida Paulista (2016)



Fonte: AVENIDA Paulista ..., 2016

²⁴ Lula criou o termo de forma pejorativa, numa referência à “República do Galeão”, a ofensiva da Justiça contra Getúlio Vargas nos anos 1950. Ver em: CASTRO, José Roberto. ‘República de Curitiba’: a referência e os significados da expressão. NEXO, 20 de abril de 2016. Disponível em: bitlybr.com/XFK

Apesar de raros, havia pedidos de intervenção militar nas manifestações de 2015 e 2016. Isso mostra que, desde então, se uma parcela da sociedade vivia no saudosismo do regime militar, uma parcela mais jovem da população que defendia intervenção militar o fazia por frustração, por não ter seus anseios políticos e econômicos atendidos na democracia (Figura 14).

Figura 14 - Manifestantes pedem “Intervenção Militar Constitucional”



Fonte: MANIFESTAÇÕES pelo impeachment ..., 2015

“Enfrentar a corrupção ao redor de todo o globo” foi a meta apontada por Jason Marczak, Diretor do *Center for Latin America do Atlantic Council* – um *think tank* estadunidense de assuntos internacionais – na fala de abertura da conferência “Lições do Brasil: lutando contra a corrupção em meio à turbulência política”, realizada em Washington em julho de 2017 e organizada pelo Atlantic Council. A fala seguinte foi de Kenneth Blanco, Vice-Procurador Geral Adjunto do DoJ, que agradeceu ao “amigo Rodrigo (Janot) pela maravilhosa visita feita ao meu escritório e pela ótima conversa que tivemos”, e disse que “é difícil imaginar uma relação de cooperação melhor na história recente do que a que temos entre o Departamento de Justiça dos EUA e o Brasil” (GGN, 2018; KANAAN, 2019). Na sequência da conferência, o próprio Rodrigo Janot, convidado para a conferência, disse que “sem a cooperação jurídica internacional, seria impossível fazer o que nós estamos fazendo” (KANAAN, 2019, p. 227).

As descobertas das investigações da Operação Lava-Jato levaram a Odebrecht e Petrobras a serem criminalizadas e a desembolsar as quantias US\$ 2,6 bilhões e US\$ 853,2 milhões, respectivamente, para pagar a multa após acordo de leniência na Justiça dos EUA no âmbito do FCPA (APÓS acordo ..., 2017; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2018b). Conforme levantamento do Observatório da Lava-Jato, o Brasil transferiu R\$ 1,3 bilhão à Justiça dos EUA e R\$ 982 milhões à Procuradoria da Suíça (OBSERVATÓRIO da Lava-Jato ..., 2023).

É oportuno aqui citar a recente decisão do ministro do STF Dias Toffoli, de setembro de 2023 - o mesmo que impediu Lula de sair da prisão para ir ao enterro do irmão em janeiro de 2019 - acerca da anulação do acordo de leniência da Odebrecht firmado na Lava-Jato em 2017²⁵. As provas utilizadas no acordo celebrado entre a Força-Tarefa de Curitiba e a Odebrecht foram usadas para embasar a prisão de Lula. Na decisão, o ministro reconhece que a prisão do (então) ex-presidente Lula em 2018 foi “um dos maiores erros judiciários da história do país” (LEMOS, 2023). Na ocasião, Dias Toffoli fez críticas à atuação dos membros da Operação Lava-Jato: “Tratou-se de uma armação fruto de um projeto de poder de determinados agentes públicos em seu objetivo de conquista do Estado por meios aparentemente legais, mas com métodos e ações contra *legem* (contrário à lei)” (LEMOS, 2023, n.p.).

Ainda em setembro, poucos dias após essa decisão, a Corregedoria Nacional de Justiça fez uma Correição Extraordinária para inspecionar atividades da 13ª Vara Federal de Curitiba e da 8ª Turma do TRF-4 (CORREGEDORIA Nacional ..., 2023). Segundo a apuração preliminar da inspeção correicional, a Corregedoria encontrou “uma gestão caótica no controle de valores oriundos de acordos de colaboração e de leniência firmados com o Ministério Público Federal e homologados pelo juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba” (CORREGEDORIA Nacional ..., 2023).

Conforme hipótese de Pinto *et al* (2019) acerca da Lava-Jato - hipótese acolhida nesta pesquisa - não haveria um “cérebro” da operação fora do país: houve convergências de interesses entre agentes externos e internos. Os órgãos de inteligência dos EUA, ao passarem informações sobre a corrupção na Petrobras, fruto da espionagem contra a empresa, inocularam uma “bactéria” perigosa no organismo institucional brasileiro.

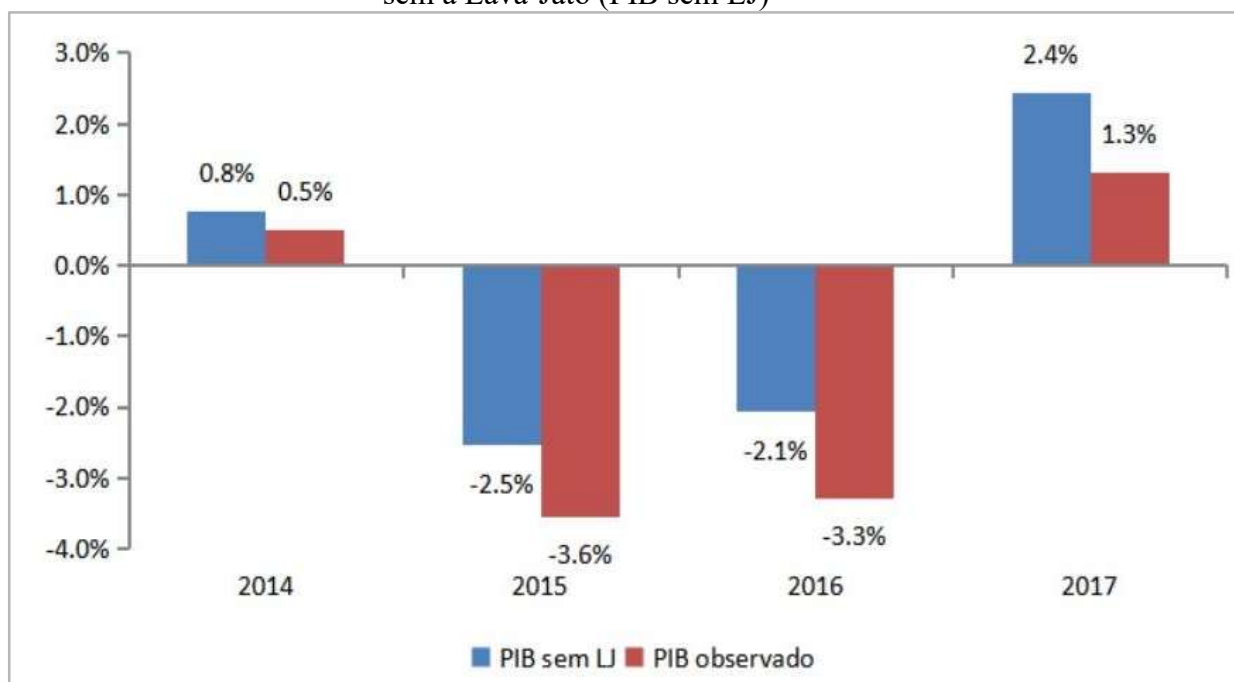
A “bactéria” foi se nutrindo e ganhando força graças aos alimentos fornecidos (crise econômica, flexibilização do regramento jurídico, legitimidade da Lava Jato,

²⁵ O questionamento do acordo de leniência da Odebrecht partiu da defesa de Lula ainda em 2020.

impeachment/golpe parlamentar, messianismo) por diversas forças sociais nacionais (frações de classe, políticos, burocracia estatal, classes médias, STF) que buscavam alcançar seus interesses num contexto de crise econômica e política. Com isso, a bactéria ganhou uma força inimaginável e deixou um rastro de degradação institucional e de desestruturação de bases produtivas (PINTO *et al*, 2019).

Enquanto o Ministério Público Federal (MPF) alega que a Operação recuperou mais de R\$4,06 bilhões para os cofres públicos do Brasil (LAVA JATO recupera ..., 2019), um estudo do Dieese estima que, somente de 2014 a 2017, R\$172,2 bilhões tenham sido perdidos em investimentos e 4,4 milhões de vagas de emprego foram extintas no mercado de trabalho brasileiro (DIEESE, 2021). Na publicação, o Dieese fez uma comparação do PIB brasileiro com e sem a Lava-Jato. É nítido o impacto negativo da operação no crescimento econômico do Brasil: em todos os anos observados, o PIB teria sido maior sem a instabilidade política, econômica e institucional gerada pela operação (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Evolução do PIB do Brasil: Cenários com a Lava-Jato (PIB observado) e sem a Lava-Jato (PIB sem LJ)



Fonte: DIEESE, 2021

A Operação Lava-Jato afetou consideravelmente setores estratégicos da economia brasileira, como a indústria de construção civil, petróleo e gás e defesa. As empresas brasileiras prejudicadas na Lava-Jato competem diretamente com empresas norte-

americanas e europeias no mercado internacional²⁶. Nesse sentido, é possível afirmar que a criminalização da acumulação capitalista brasileira, por parte da Lava Jato, tem funcionado como um mecanismo de desestruturação de empresas e de suas cadeias, o que abriu espaço para a entrada de empresas internacionais²⁷ (PINTO *et al*, 2019).

3.2.3 O *Impeachment* de Dilma (2016)

O disputado resultado da eleição presidencial de 2014, no embate travado por Dilma Rousseff, candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) e Aécio Neves, candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que deu a vitória à candidata do PT, evidenciou uma verdadeira polarização nacional. Os partidos de oposição não aceitaram a derrota e quase que imediatamente após o início do segundo mandato da Presidenta eleita, iniciaram um forte processo de questionamento da lisura do processo eleitoral e de organização das suas bases parlamentares para impedir a aprovação de medidas essenciais à governabilidade enviadas pelo Executivo ao crivo do Congresso Nacional (FILHO; FERNANDES, 2022).

Paralelo ao questionamento do resultado das eleições, a Operação Lava-Jato avançava no *lawfare*, gerando instabilidade política e institucional no Brasil por meio da espetacularização da justiça e criminalização da política. Fica nítido o caráter político-persecutório direcionado ao PT e ao governo Dilma (2011-2016) . Em dobradinha com a mídia, a Operação Lava-Jato ajudava a mobilizar parte da população brasileira contra o governo, que, por sinal, já não estava enfrentando uma conjuntura econômica positiva (FILHO; FERNANDES, 2022). Nesse sentido, a destituição do governo Dilma (2011-2016) pode ser vista como um reflexo da mudança na economia política internacional e da rearticulação das frações de poder do bloco de poder no interior do Estado brasileiro,

²⁶ Uma das disputas vencidas pela Odebrecht contra concorrentes internacionais foi a licitação das obras do aeroporto de Miami em 2018. Ver em: ODEBRECHT realizará obra no aeroporto de Miami. **Jornal de Brasília**, 10 de agosto de 2018. Disponível em: bitlybr.com/zdZ

²⁷ Enquanto as empresas brasileiras afundavam financeiramente, Dallagnol e Moro utilizaram da Operação Lava-Jato como uma plataforma para projeção pessoal e política. Durante a Operação, Dallagnol possuía planos de formar cursos de negócios e um circuito de palestras para retirar ganho financeiro da popularização de sua imagem com a Lava-Jato. Já Moro, que havia falado de que nunca teria interesse em ingressar em carreira política, aceitou o convite de Bolsonaro para ser ministro do Ministério da Justiça (FAHL, 2022). Em 2022, Moro e Deltan concorrerem aos cargos de senador e deputado federal, respectivamente.

propiciando a constituição de uma nova diretriz de política estatal para viabilizar essa nova conjuntura de acumulação.

Em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acolheu pedido de abertura de processo de *impeachment* contra Dilma. Acredita-se que o aceite de Cunha é uma retaliação aos votos de três deputados do PT no Conselho de Ética da Câmara favoráveis ao seu processo de cassação (PINTO *et al*, 2019).

O pedido aceito havia sido formalizado em 31 de agosto de 2015 pela advogada Janaína Paschoal e o Procurador de Justiça aposentado Hélio Bicudo, e se apoiava em suposta prática de crime de responsabilidade por parte da Presidenta Dilma. A acusação argumentou que Dilma Rousseff assinou três decretos cuja edição exigia autorização do Congresso (artigo 167, inciso V, da Constituição da República de 1988), pois ampliariam as despesas e impactariam na meta fiscal primária de 2015, contrariando o artigo 4º da Lei Orçamentária Anual de 2015. Em relação às supostas "pedaladas fiscais", a denúncia acusa o governo de atraso no repasse ao Banco do Brasil de subsídios do Plano Safra, apontando que o atraso constituiria uma operação de crédito proibida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (FILHO; FERNANDES, 2022).

A defesa de Dilma Rousseff apontou que os decretos não autorizavam aumento de gastos, tendo apenas promovido a realocação das despesas previstas e autorizadas pelo Congresso, uma situação incapaz de gerar impacto na meta fiscal e que vinha sendo repetida há anos por governos anteriores (FARIA, 2022). Em relação às chamadas "pedaladas", a defesa argumentou que o atraso no pagamento não foi uma operação de crédito, uma vez que não houve transferência de recursos do banco para o Executivo Federal (FILHO; FERNANDES, 2022).

Por fim, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, iniciado em 2 de dezembro de 2015, terminou em 31 de agosto de 2016, com a suspensão do mandato de Dilma Rousseff, mas sem a perda dos direitos políticos (FILHO; FERNANDES, 2022). Conforme indagam Filho e Fernandes (2022), seria um "ato falho" institucional? Uma confissão velada de que o objetivo era apenas retirá-la do poder, mesmo sem crime de responsabilidade, para iniciar uma política de desmonte de Direitos sociais e Direitos sociais e privatização de patrimônio público? O *lawfare* na história recente da política brasileira serviria como uma porta de entrada para políticas neoliberais.

3.3 BLOCO NO PODER E POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO TEMER (2016-2018)

Em discurso na sede da *American Society* em Nova York, Temer confessou que, por meio do projeto "Uma Ponte para o Futuro", havia conseguido apoio do bloco no poder para realizar reformas políticas e econômicas neoliberais para destravar a acumulação. Em suas palavras:

Há muitíssimos meses atrás, nós lançamos um documento chamado 'Ponte para o Futuro' porque verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo e até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento (...) Como isso não deu certo, não houve a adoção, instaurou-se um processo que culminou, agora, com a minha efetivação como presidente da República (TEMER: *impeachment* ..., 2016).

Na política econômica, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 95, que limitava os gastos públicos de investimento por 20 anos. Desse limite ficaram excluídos os pagamentos de juros da dívida pública. Todas as obras e investimentos públicos foram paralisados e os valores de custeio reduzidos. Programas sociais como o Bolsa Família, o pagamento de benefícios previdenciários, auxílio-doença, merenda escolar, distribuição de medicamentos foram paralisados ou sofreram severos cortes. O salário mínimo teve sua política de valorização real mudada, enquanto mais de 100 artigos da Legislação Trabalhista foram alterados para tornarem possíveis a terceirização de atividades-fim das empresas, a celebração de contratos de trabalho em desacordo com a lei, a jornada de trabalho intermitente e a Justiça do Trabalho inacessível. A lógica do governo Temer era gerar crescimento econômico por meio de arrocho fiscal e salarial e precarização no mundo do trabalho (FARIA, 2022).

Como lutavam há tempo (WIKILEAKS, 2009d, 2010), as empresas norte-americanas tiveram grande parte de suas demandas atendidas pelo governo Temer. Curiosamente, o então senador José Serra, empossado Ministro das Relações Exteriores por Temer em maio de 2016, foi o autor do Projeto de Lei n. 131/2015, aprovado em fevereiro e sancionado na Lei n. 13.365/2016 de novembro do mesmo ano, que revogava a obrigatoriedade da Petrobras como operadora principal do Pré-Sal, bem como sua participação mínima de 30% na exploração dos campos do Pré-Sal (SANCIONADA lei ..., 2016; KANAAN, 2019).

A mudança regulatória do Regime de Partilha de Produção e da Cessão Onerosa fez parte de uma série de mudanças do governo Temer que atendeu o setor externo em detrimento dos interesses nacionais. Segundo Nozaki (2018 *apud* NOZAKI *et al*, 2018), outras mudanças que chamaram a atenção foram o abandono da busca pela autossuficiência energética na política de exploração e produção de petróleo e gás e a redução do percentual da política de conteúdo local no fornecimento de bens e serviços à indústria de petróleo e gás (NOZAKI, 2018).

A retirada da obrigatoriedade da participação da Petrobras em todos os leilões do Pré-Sal e a permissão para a venda dos campos da Cessão Onerosa beneficiaram as grandes petrolíferas internacionais. Trata-se de um verdadeiro vazamento da riqueza e renda nacional, gerada na exploração e produção de petróleo no Pré-Sal, para o exterior, gerando o desenvolvimento industrial em outros países (NOZAKI *et al*, 2018).

Diferentemente da 1º rodada do leilão do Pré-Sal, em 2013, quando a Petrobras arrematou a maior parte dos blocos em disputa, nas 2º e 3º rodadas de leilões do Pré-Sal, as petrolíferas estrangeiras arremataram as maiores parcelas dos campos de exploração do ouro negro brasileiro: a estadunidense Exxon arrematou 40% do bloco Norte de Carcará em outubro de 2017 (ROSA, 2017) e, em junho de 2018, a mesma empresa e a Chevron (que sentaram com Serra para articular como derrubar a lei do Pré-Sal) arremataram, respectivamente, 30% do campo de Três Marias e 28% do campo de Uirapuru (CORRÊA, 2018).

Quanto à política externa, um dos primeiros atos de Temer chama atenção: a nomeação de José Serra para o Ministério das Relações Exteriores do governo Temer em 12 de maio de 2016, quando o processo de afastamento de Dilma ainda não tinha sido concluído. Nozaki (2018 *apud* NOZAKI *et al*, 2018, p. 11) cogita que talvez esse tivesse sido o melhor espaço para que o atual então senador pudesse cumprir as promessas que antes havia realizado para as petrolíferas estrangeiras (WIKILEAKS, 2009d, 2010).

Com o programa neoliberal do governo Temer, a fração hegemônica a ocupar o bloco no poder deslocou-se da burguesia interna para a burguesia associada ao capital internacional, evidenciando, assim, a adesão de parte da burguesia industrial à agenda da frente neoliberal ortodoxa (BERRINGER; NASCIMENTO, 2023).

Já na crise do governo Dilma (2011-2016), a burguesia industrial passava a reivindicar a defender uma posição de subordinação passiva aos países imperialistas, acreditando que

a integração com EUA e União Europeia (UE) pudesse proporcionar um aumento da competitividade da indústria brasileira.

Nesse sentido, Berringer e Nascimento (2023) destacam cinco movimentos que evidenciam a reorientação da política externa brasileira após o *impeachment* de Dilma:

I. a reaproximação com os EUA e a renegociação do acordo Mercosul-União Europeia; II. o desmantelamento da integração regional; III. o esvaziamento do conteúdo político dos Brics; IV. o encerramento das políticas de cooperação Sul-Sul; V. candidatura brasileira para a entrada na OCDE, a adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas (TNP) e a renegociação da base de Alcântara no Maranhão (BERRINGER; NASCIMENTO, 2023).

Assim, desde o *impeachment*, enquanto os Estados imperialistas têm obtido maiores ganhos e maior controle sobre a política econômica brasileira, graças ao acesso de capitais imperialistas foi facilitado em relação às compras governamentais, ao Pré-Sal e ao mercado interno, o Brasil passa por contínuo e acelerado processo de desindustrialização e reprimarização, o que contribui para aprofundar sua histórica, porém reversível, inserção econômica internacional dependente (BERRINGER; REIS, 2018).

3.3.1 Prisão e Cassação dos Direitos Políticos de Lula (2017-2018)

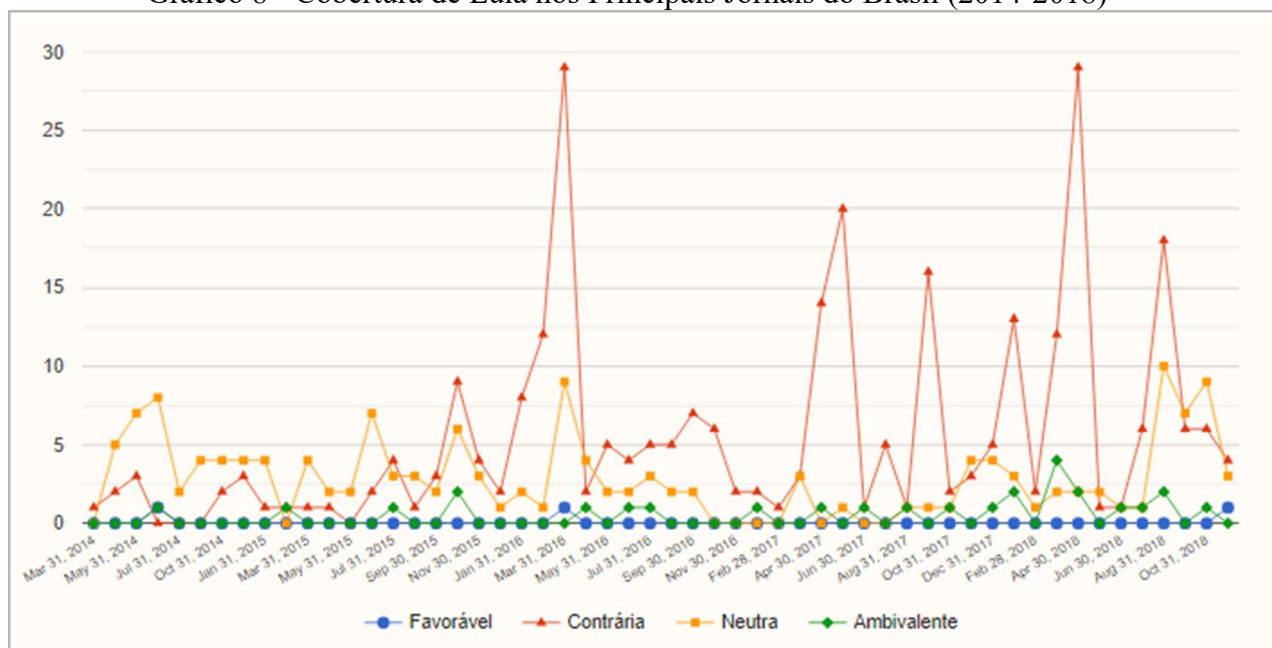
Desde 2015, a imprensa, alimentada pelos membros da Lava Jato, passou a publicar diversas hipóteses acusatórias contra Lula, buscando associá-lo sobretudo aos ilícitos praticados no âmbito da Petrobras. Em março de 2016, Lula foi submetido a uma condução coercitiva, sendo levado pela PF de sua residência, em São Bernardo do Campo, para prestar depoimento numa sala no Aeroporto de Congonhas. O episódio, amplamente espetacularizado pela mídia, tinha o claro objetivo de colocar a opinião pública contra Lula (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019).

Meses depois, em setembro de 2016, ocorreria um dos mais fatídicos episódios da perseguição contra Lula: procuradores da Força Tarefa da Lava-Jato convocaram a imprensa para realizar uma apresentação da 1ª denúncia do Ministério Público Federal (MPF) de suposta corrupção contra Lula, relativa ao triplex do Guarujá. Na exposição de *PowerPoint*, o então procurador federal da Lava-Jato Deltan Dallagnol declarava Lula como “comandante máximo do esquema de corrupção identificado na Lava Jato” (MPF diz que Lula..., 2016, n.p.).

Deve-se destacar o papel da grande mídia no *lawfare* contra Lula. Zanin, Martins e Valim chamam atenção para uma tática intrínseca e essencial do *lawfare*, o chamado *trial by media* (“juízo pela mídia”). A tática compreende o impacto da cobertura midiática no julgamento e na reputação de indivíduos que, sob investigação em processos civis e/ou criminais, são suspeitos de terem cometido irregularidades e/ou crimes. Logo, antes mesmo de um veredito de inocente ou culpado por parte da Justiça, a mídia infla a opinião pública acerca do indivíduo, representando-o como mocinho ou vilão do caso. Essas ações conjuntas representam grosseiras violações do Direito fundamental à presunção de inocência (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019).

Isso pode ser comprovado a partir da apuração do “Manchetômetro”: as manchetes dos principais jornais do país fizeram uma cobertura extremamente negativa de Lula no período de 29 de março de 2014 a 30 de novembro de 2018 (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Cobertura de Lula nos Principais Jornais do Brasil (2014-2018)



Fonte: Manchetômetro, s.d.

Apresentadores e comentaristas dos principais canais de rádios e telejornais do país, bem como colunistas de jornais impressos e redatores da mídia *online*²⁸ promoveram uma

²⁸ As revelações da “Vaza-Jato” confirmaram suspeitas: havia uma “parceria”, um conluio, entre a Força-Tarefa da Operação Lava-Jato e jornalistas dos principais veículos de comunicação do país para “esquentar o clima” e “descer a lenha” em Lula. Ver em: JORNALISTAS compraram projeto da "lava jato", diz colunista da Folha. **Conjur**, 21 de fevereiro de 2021. Disponível em: bitlybr.com/jDz; NASSIF, Luis. Como era a articulação da Lava Jato com jornalistas, por Luís Nassif. **GGN**, 30 de setembro de 2023. Disponível em: bitlybr.com/zPu; 'LAVA JATO' negociava com jornalistas para 'descer a lenha' em Lula. **Conjur**, 30 de setembro de 2023. Disponível em: bitlybr.com/yjd

narrativa parcial, construída com foco em uma presunção de culpabilidade na qual se desprezou o devido processo legal e inseriu o denunciado, o ex-presidente Lula, no centro de um escândalo de corrupção mesmo antes do julgamento final da persecução penal (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019). Ao tempo em que a imagem de Lula era construída como inimigo da nação, construiu-se no imaginário popular a caracterização do então juiz Sérgio Moro como um herói capaz de livrar o Brasil da corrupção, delineando-se um verdadeiro confronto antagônico, a luta do “bem” Moro (Justiça) contra o “mal” Lula (Corrupção). As capas das revistas “Istoé” e “Veja” retratam bem a construção e representação midiática da realidade, colocando Moro e Lula num ringue²⁹ (Figura 15).

Figura 15 - Capas de “Istoé” e “Veja”: Judicialização da política e representação da realidade



Fonte: OLIVEIRA, 2017

Chama a atenção que, em ambas capas, Lula está caracterizado de vermelho, cores de seu partido, PT, além de aludir à esquerda e ao comunismo, enquanto Moro está vestindo azul e amarelo, cores relacionadas ao Brasil, transmitindo, ainda que veladamente, a ideia que o então juiz estivesse representando e defendendo o Brasil.

Em julho de 2017, Sérgio Moro condenou Lula por nove anos e seis meses de reclusão por “ato de ofício indeterminado” no caso do triplex do Guarujá. A sentença de Moro, posteriormente chancelada e ampliada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-

²⁹ As capas de “Istoé” e “Veja” remeteram-se ao 1º encontro “cara-a-cara” de Lula com Moro, quando o ex-presidente prestaria depoimento ao então juiz da Lava-Jato, no início de maio de 2017.

4), foi incapaz de apontar qual o ato criminoso que Lula teria cometido³⁰. Tanto é que o próprio ex-juiz Sérgio Moro, ao julgar o último recurso interposto no “caso do triplex” (embargos de declaração contra a sentença), reconheceu essa situação (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019).

No início de abril de 2018, após se entregar à PF na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, em São Bernardo do Campo, Lula é preso graças a um processo judicial completo de ilegalidades, conforme apontam Dornelles e Graziano Sobrinho (2018):

1) cerceamento de defesa com o indeferimento de provas documentais e periciais, além do não reconhecimento das testemunhas favoráveis ao réu; 2) o exíguo prazo para o estudo dos documentos juntados pela Petrobrás; 3) o indeferimento de perguntas às testemunhas em relação ao acordo de delação premiada (...); 4) o indeferimento de incluir novos depoimentos; 5) a inadequação entre a denúncia e a sentença, já que o réu foi denunciado por ter recebido o imóvel do Guarujá e condenado por ter lhe sido oferecido o apartamento; 6) a denúncia afirmou que o suposto benefício auferido seria devido a contratos com a Petrobrás sem, no entanto, existir relação de tais contratos com a suposta vantagem indevida (DORNELLES; GRAZIANO SOBRINHO, 2018, p. 105).

Segundo conversas divulgadas pela “Vaza-Jato”, os procuradores da Lava Jato comemoraram a ordem de prisão contra o ex-presidente Lula (PT) em abril de 2018. Na troca de mensagens num aplicativo de comunicação instantânea, o coordenador da Lava-Jato, Deltan Dallagnol, comemorou: “Meooo caneco. Não dá nem pra acreditar. Melhor esperar acontecer”. E completa, sugerindo que a prisão de Lula tenha sido um “presente da CIA” (DELTAN disse ..., 2021).

Em 2013, o governo Dilma (2011-2016) promulgou a Lei de Organizações Criminosas (12.850/2013), que instituía o mecanismo de delação premiada no ordenamento jurídico brasileiro como instrumento de combate ao crime organizado. Por ironia do destino, quatro anos depois, o instituto de delação premiada serviria de instrumento para condenar e prender Lula em 2017 (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019). Para Zanin, Martins e Valim (2019), a Lei n. 12.850/13 se tornou a maior arma da prática do *lawfare* na história recente do Brasil.

³⁰ As acusações alegam que Lula teria recebido propina do Grupo OAS, em forma de um triplex na cidade de Guarujá, em troca de ter benefícios no contrato com a Petrobrás. Entretanto, não há provas claras nem evidências concretas que demonstrassem a ligação entre Lula, Grupo OAS e a Petrobrás. Jamais houve demonstração real de que qualquer valor oriundo da Petrobras tivesse sido destinado a Lula, como sempre afirmamos nas petições que foram juntadas aos processos (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019, p. 124).

Zanin, Martins e Valim (2019) apontam que o *lawfare* contra Lula consistiu também no uso estratégico da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar n. 135/2010). Como essa lei impede a participação de pessoas condenadas por órgão colegiado da Justiça em disputas eleitorais, não se pode descartar sua utilização indevida para prejudicar a candidatura de um adversário político. Oportuno lembrar que a Lei da Ficha Limpa, sancionada por Lula em 2010, foi usada para impedir sua candidatura presidencial em 2018. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indeferiu o registro da candidatura de Lula com base na condenação que havia sido construída por Sergio Moro na condição de juiz da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2019).

Como num jogo de cartas marcadas, Lula foi detido e impedido de concorrer às eleições de 2018. Sem o principal concorrente e favorito nas pesquisas no páreo, o candidato Jair Bolsonaro teve caminho livre na corrida presidencial. Finalmente, após mais de três anos de condenação e 580 dias de prisão injusta de Lula graças à instrumentalização do sistema de justiça, o STF reconheceu a parcialidade do juiz Moro ao julgar Lula na Lava-Jato, anulando todas as decisões do juiz no caso do triplex do Guarujá e do caso sítio de Atibaia (ALESSI, 2021).

3.3.2 Eleição de Bolsonaro (2018)

Heranças da Lava-Jato na vida pública brasileira, a judicialização e a criminalização da política estiveram presentes no cenário eleitoral de 2018. Como a candidatura de Geraldo Alckmin nas eleições presidenciais de 2018 não decolou, a nova fração de classe hegemônica do bloco no poder, composta pela burguesia compradora (setor bancário-financeiro e comercial) passou a apoiar a candidatura do presidenciável Jair Bolsonaro, que havia escolhido como seu assessor em economia o “*Chicago Boy*” e estagiário na ditadura pinochetista³¹, o economista neoliberal Paulo Guedes, visando angariar apoio do mercado financeiro sob promessa de manter as diretrizes de política econômica do governo Temer (PINTO *et al*, 2019).

Salvo de ser expulso do Exército Brasileiro (EB) graças a uma decisão do Supremo Tribunal Militar (STM), Bolsonaro foi reformado em 1988 por indisciplina, após ser identificado, numa reportagem da revista “Veja”, como um dos autores do plano para

³¹ PAULO Guedes: a trajetória do fiador econômico do governo Bolsonaro. **InfoMoney**, s.d. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/perfil/paulo-guedes/>

explodir bombas em quartéis e outras instalações militares no Rio de Janeiro como reivindicação por melhores salários (FERREIRA, 2023). Fora das Forças Armadas, foi-lhe aconselhado seguir carreira na política, confia Waldir Ferraz, amigo pessoal do ex-capitão (CARNEIRO; FAGUNDEZ, 2019).

Na vereança no Rio de Janeiro no início dos anos 1990, a pauta do mandato do ex-militar consistia na defesa das Forças Armadas e na segurança pública - tema polêmico num contexto de final de ditadura militar e início de redemocratização.

Em Brasília, por quase 30 anos como deputado federal, Bolsonaro transitou por oito partidos e conseguiu aprovar apenas dois projetos de lei (CARNEIRO; FAGUNDEZ, 2019). É considerado um político de baixo escalão (“low profile”), o que é visto por seus apoiadores como uma virtude para sugerir que o ex-militar seja um homem simples, sem luxos, “gente como a gente”, que não se mistura com políticos “badalados” de Brasília e, logo, não praticaria corrupção ou ilegalidades. As imagens (*fakes*)³² da mesa de café-da-manhã com pão francês e leite condensado são ilustrativas dessa ideia de “simplicidade” de Bolsonaro, um “homem do povo” e aludida por seus “seguidores”.

Com o seu discurso anticomunista e antipetista, a candidatura de Bolsonaro atraiu parte expressiva da classe média tradicional³³ no ano de eleições presidenciais de 2018 (“Vamos fuzilar a petralhada”/ “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”), antissistêmico e anticorrupção (“Tem que mudar tudo isso que tá aí, tá ok?”), moralista (“O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele. Tá certo?”), conservador-cristão (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”) e extremista (“As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem”)³⁴.

Bolsonaro também acabou por atrair os segmentos da sociedade brasileira com rendas menores, haja vista a situação de instabilidade, de insegurança e de desemprego provocada pelas crises múltiplas e retroalimentadas: econômica, política e institucional

No 2º dia de abril de 2018, véspera do julgamento no STF da votação do *habeas corpus* do candidato a presidente Lula, preso e condenado por Sergio Moro e o 1º lugar nas

³² AMADO, Guilherme. Mesas de café da manhã de Jair Bolsonaro na eleição eram fakes. **OGlobo**, 26 de fevereiro de 2020. Disponível em: bitlybr.com/bCX; FROTA afirma que mesas de café da manhã de Bolsonaro eram fakes. **Jornal de Brasília**, 28 de fevereiro de 2020. Disponível em: bitlybr.com/ckG

³³ Esse segmento da sociedade, como afirmado por Souza (2017, p. 115), “desde meados do século passado no Brasil, é a tropa de choque dos ricos e endinheirados”.

³⁴ KOKAY, Érica. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **DW**, 29 de outubro de 2018. Disponível em: bitlybr.com/lby

pesquisas eleitorais, o então comandante do EB, general Eduardo Villas Bôas, publica uma mensagem no *Twitter*, que mais tarde seria lida no Jornal Nacional - jornal de maior audiência da TV brasileira. Pinto *et al* (2019) argumentam que o *Tweet* de Villas Bôas, uma ameaça velada para o STF, teve influência direta no processo eleitoral.

Durante a campanha à presidência, Bolsonaro contou com táticas de guerra híbrida por meio da desorientação da opinião pública (disparos em massa de *fake news* via grupos de *Whatsapp* e *Facebook*), o que, segundo Leirner (2020), somente conseguiriam ser empregados por meio da *expertise* dos manuais de estratégia e inteligência militar³⁵. Em cerimônia de despedida do general Villas Bôas do comando do EB, em janeiro de 2019, o já presidente Bolsonaro agradeceu a Villas Bôas “por aquilo que já conversamos e que morrerá entre nós. O senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui (como presidente)” (BRESCIANI, 2019, n. p.).

Outro “ingrediente” que impulsionou a campanha de Bolsonaro foi a divulgação, a menos de uma semana do 1º turno das eleições, de trechos da delação premiada do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, na qual denunciava Lula e o PT por desvios de verba. A delação, amplamente noticiada nos maiores telejornais do Brasil, teve efeito nas pesquisas de opinião e nas urnas. Quase dois anos depois do “estardalhaço” e dos estragos causados à política brasileira, bem como à imagem dos acusados, o STF reconheceu que Moro tentou (e conseguiu) influenciar nas eleições, baseando-se em materiais “sem consistência probatória suficiente” para fechar delações premiadas (CAMPOS, 2020; COELHO, 2020).

Para completar as “ajudas” à eleição de Bolsonaro, o juiz da Lava-Jato, Sérgio Moro, tornar-se-ia ministro da Justiça do governo eleito Jair Bolsonaro, convite feito ainda durante a campanha eleitoral, segundo afirmou o vice-presidente Mourão (PINTO *et al*, 2019), apesar de ter falado que “jamais entraria para a política” (RAATZ, 2018).

Portanto, a vitória do ex-capitão do EB e então deputado federal Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais do Brasil em 2018 é fruto da crise multidimensional do país. A “guerra de todos contra todos” no Brasil, como Pinto *et al* (2019) se referem à crise institucional decorrente das crises econômico e política, deu a possibilidade para que certas forças sociais, descoladas dos setores dominantes nacionais, as quais teriam pouca

³⁵ Na visão de Leirner (2020), pesquisador das relações civis e militares, analisando a guerra híbrida no Brasil, defende que ela teria sido gestada no núcleo militar e teria operado inicialmente no interior das próprias Forças Armadas - diferentemente da hipótese da maioria de analistas, que enxergam uma interferência externa, norte-americana, na desestabilização do Brasil.

capacidade de controlar ou desestabilizar a ordem vigente, ganhassem autonomia própria diante do bloco no poder e da cena política. Em conjunto com a instabilidade política gerada pela Lava-Jato, o “consenso da insensatez” dos setores dominantes brasileiros, que apostou na mudança de regime para tentar recuperar a acumulação, foi responsável pela eleição de Bolsonaro, “cabeça de ponte” da ascensão da extrema-direita, bem como pela consolidação da volta dos militares ao poder no Brasil.

CONCLUSÃO

Para descobrir a Influência dos EUA na Desestabilização do Brasil (2013-2018), a presente dissertação analisou os Indícios da Participação Velada dos EUA na Desestabilização do Brasil (2013-2018), atingindo os objetivos secundários propostos:

- 1 - Apresentar a origem e a evolução do conceito de guerra híbrida;
- 2 - Desvendar a insurgência da guerra híbrida na estratégia militar dos EUA nos anos 2000;
- 3 - Identificar os pontos de atrito na relação EUA-Brasil nos anos 2000;
- 4 - Estudar a intervenção dos EUA no Brasil sob a estratégia de guerra híbrida;
- 5 - Investigar as consequências da intervenção dos EUA na projeção internacional do Brasil.

Conforme os dados expostos nos capítulos 1 a 3, resultado de revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais de política externa e defesa dos EUA, bem como análise crítica de telegramas da Inteligência e Diplomacia divulgados por Edward Snowden e *Wikileaks*, as hipóteses apresentadas na Introdução podem ser confirmadas:

1 - Por meio da estratégia de guerra híbrida, os EUA interditaram o projeto de desenvolvimento e a projeção internacional do Brasil para implantar uma “doutrina de choque” neoliberal.

2 - A desestruturação do desenvolvimento e da ordem político-institucional por meio da desestabilização do Brasil foi de interesse dos EUA, possibilitando (1) a abertura da exploração do pré-sal brasileiro a empresas estrangeiras; (2) a interdição e o atraso de projetos da indústria de defesa brasileira, como o projeto nuclear brasileiro, a renovação da frota de caças e o desenvolvimento do programa aeroespacial brasileiro a partir do Centro de Lançamento de Alcântara; (3) a interrupção da ascensão regional e internacional do Brasil a partir do Mercosul, CELAC, UNASUL, Conselho de Defesa Sul-Americano e os BRICS, bloco econômico, geopolítico e estratégico representado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e; (4) a eliminação de empresas brasileiras da construção civil na América Latina e África e abertura de mercado para concorrentes

estrangeiras como norte-americanas graças à desestabilização jurídico-financeira via Lava-Jato.

Fazendo uma revisão de trabalhos de estudiosos nacionais e internacionais acerca do tema da guerra híbrida, a dissertação inicialmente discutiu a nova modalidade de guerra contemporânea que, apesar de variadas terminologias, tem como aspecto comum seu caráter híbrido. Apresentou-se a visão dos pesquisadores selecionados acerca dos protagonistas da guerra híbrida na atualidade, contrapondo a visão estadunidense de Frank Hoffman com a russa de Andrew Korybko. Com base na concepção russa, a pesquisa delineou como os EUA instrumentalizam objetivos de sua política externa por meio de táticas de guerra híbrida, compreendida como um método de intervenção velada dos EUA contra governos não-alinhados aos interesses geopolíticos e econômicos da potência.

Relacionou-se a economia política nacional (políticas socioeconômicas de valorização do salário mínimo, expansão do crédito, redução de juros e inflação, geração de empregos, crescimento econômico) à posição de prestígio da diplomacia brasileira nos primeiros anos do atual século, graças à política externa “ativa e ativa” do ministro Celso Amorim no governo Lula (2003-2010). Buscando interpretar como uma interferência dos EUA na política brasileira poderia satisfazer os interesses estratégicos da potência ocidental, relacionou-se a ascensão geopolítica e econômica do Brasil, baseada no modelo neodesenvolvimentista nos anos Lula e Dilma, à estratégia de segurança dos EUA. O *hegemon* do sistema internacional capitalista manteve-se focado no domínio de sua área de segurança e reserva de mercado, matérias-primas e mão-de-obra, seguindo à risca a preconização de Monroe.

Fez-se um panorama das “pegadas” da interferência dos EUA nos episódios que configuram a guerra híbrida no Brasil: as Jornadas de Junho de 2013, a Operação Lava-Jato em 2014, que fortaleceu a indignação contra o governo Dilma (2011-2016), desencadeando no *impeachment* em 2016, a prisão e a cassação dos Direitos políticos de Lula e a eleição de Bolsonaro para a presidência do Brasil em 2018. Ressaltou-se que a interferência externa dos EUA na política brasileira não seria bem-sucedida se não fosse a complacência, ou melhor, a conciliação de interesses com a elite. Nesse sentido, parte-se do pressuposto que a operação simbolizou uma convergência de interesses internos e externos contra a crise política e econômica no governo Dilma (2011-2016), resultando no golpe parlamentar de 2016. O governo interino de Temer passou a realizar reformas

econômicas neoliberais, com ajustes fiscais, corte de gastos públicos, abertura do mercado do setor de petróleo e gás, além de seguir uma política externa de baixo perfil, alinhada aos EUA. Em 2018, sob intensa crise institucional, o ex-capitão do Exército e deputado federal de pouca expressividade, Jair Bolsonaro, é eleito presidente do Brasil. Sua vitória, marca da volta ao poder das Forças Armadas, foi o resultado do efeito colateral da crise político-econômica intensificada em 2015, bem como da interferência velada dos EUA na política do Brasil

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÓS acordo com Justiça dos EUA, Odebrecht pagará multa de US\$ 2,6 bilhões em caso de corrupção. **G1**, 17 de abril de 2017. Disponível em: bitlybr.com/ETA Acesso em: 16 dez. 2023.

ALESSI, Gil. STF decide que Sergio Moro foi parcial ao julgar Lula, com voto decisivo de Cármen Lúcia na Segunda Turma. **El País Brasil**, 23 de março de 2021. Disponível em: bitlybr.com/QPo Acesso em: 8 nov. 2023

AMIN, Samir. 2011: Primavera Árabe? **Temporalis**, v. 10, n. 20, p. 221-252, 2012. Disponível em: periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3454 Acesso em: 05 dez. 2023.

AMORIM, Celso. DEFESA: UM DIÁLOGO NACIONAL. Apresentação do Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, na Câmara dos Deputados, por ocasião do **II Seminário Estratégia Nacional de Defesa, Política Industrial e Tecnológica**. Brasília, 2012, 10 p. Disponível em: dialogo.pdf (bitlybr.com/oGDhttps://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes02/dialogo.pdf) Acesso em: 6 dez. 2023.

_____ ; PRONER, Carol. *Lawfare* e Geopolítica: América Latina em Foco. **Sul Global**, v. 3, n. 1, p. 16-33, Jan./Abr. 2022. Disponível em: bitly.com/PEoLdiiT Acesso em: 03 maio 2022.

ARE They like Nuland 's Cookies? Twitter Slams Bolton Over Biscuits for Venezuela. **SPUTNIK**, 13 de fevereiro de 2019. Disponível em: t.ly/2LecS Acesso em: 09 dez. 2022.

AVENIDA Paulista terá ato em defesa da Lava-Jato neste domingo. **Folha de São Paulo**, 4 de dezembro de 2016. Disponível em: bitlybr.com/xnW Acesso em: 12 dez. 2023.

BAGGIO, Kátia. Conexões ultraliberais nas Américas. *In: Encontro Internacional da ANPHLAC*, 12., Campo Grande. **Anais (...)**. Campo Grande, 2016. Disponível em: bitlybr.com/taJ Acesso em: 12 dez. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil** – Relatório Anual 2010. Cap. I - A Economia Brasileira. 2010. Disponível em: www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2010/rel2010cap1p.pdf Acesso em: 23 nov. 2023.

BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Ed. Appris, 2015.

_____ ; NASCIMENTO, Tuany. Política Externa e Bloco no Poder: A FIESP na Crise do Governo Dilma e Após o *Impeachment*. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 65, p. 191-218, Jan./Abr. 2023. Disponível em: t.ly/6ajty Acesso em: 6 set. 2023.

_____. Política Externa, Burguesia Interna e a Crise Política nos Governos Dilma (2011- 2016). **Revista Conjuntura Austral**, v.14, n. 67, p. 44-56, Jul./Set. 2023. Disponível em: seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/132078 Acesso em: 29 out. 2023.

BNDES. Os Investimentos da Petrobras. **Estudos Especiais**, n. 9, 2023. Disponível em: t.ly/zdsLx Acesso em: 09 dez. 2023.

BOITO, JR.; BERRINGER, T. “Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma”. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: 2013, v. 21, n. 47, p. 31–38.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012. Disponível em: t.ly/iFajnwww.gov.br Acesso em: 10 dez. 2023.

_____. Câmara dos Deputados. **Câmara aprova acordo entre Brasil e EUA sobre uso da base de Alcântara**. Relações Exteriores, 22 de outubro de 2019. Disponível em: t.ly/DlplZ Acesso em: 13 out. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Exterior. **Comércio Exterior**. Série Histórica, Blocos e Países, n.p. 2023. Disponível em: t.ly/mJt40 Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL assina contrato para aquisição de 36 caças Gripen NG. **FAB - Agência Força Aérea**, 27 de outubro de 2014. Disponível em: t.ly/gS5d9 Acesso em: 13 dez. 2023.

BRESCIANI, Eduardo. 'O senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui', diz Bolsonaro a comandante do Exército. **O Globo**, 2 de janeiro de 2019. Disponível em: t.ly/eD3gt Acesso em: 03 nov. 2023.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. O Pré-Sal e as empresas de engenharia. **Jornal dos Economistas**, n. 351, Nov. 2018. Disponível em: t.ly/jldRT Acesso em: 10 nov. 2023.

CAMPOS, João Pedroso de. Fiasco da delação de Palocci mostra falta de cuidado ao premiar criminosos. **Veja**, 21 de agosto de 2020. Disponível em: bitlybr.com/yPI Acesso em: 15 dez. 2023.

CARMO, Corival; PECEQUILO, Cristina. O Brasil e o Vácuo de Liderança Regional: O Avanço Sino-Americano (2011-2016). **AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 5, n. 9, p.54-75, Jan./Jun. 2016. Disponível em: bityli.com/rBYNSvZd Acesso em: 13 jun. 2022.

CARNEIRO, Júlia Dias. Brasil no Conselho de Segurança. **Deutsche Welle**, 22 de dezembro de 2008. Disponível em: bitlybr.com/pOz Acesso em: 7 dez. 2023.

CARNEIRO, Júlia; FAGUNDEZ, Ingrid. Jair Bolsonaro. **BBC Brasil**, 1º de janeiro de 2019. Disponível em: bitlybr.com/MkO Acesso em: 15 dez. 2023.

COELHO, Gabriela. STF exclui delação de Palocci de ação contra Lula na Lava Jato. **CNN**, 4 de agosto de 2020. Disponível em: bitlybr.com/tfL Acesso em: 15 dez. 2023.

COELHO, André; MENDES, Mateus. A sofisticação do neogolpismo: dos protestos de 2013 à destituição de Dilma Rousseff. **Sul Global**, v. 1, n. 1, p. 212-232, 2020. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/sg Acesso em: 05 dez. 2023.

CORRÊA, Marcello. Confira quem levou cada bloco da 4º rodada do leilão do Pré-Sal. **O Globo**, 7 de junho de 2018. Disponível em: glo.bo/2JDUDoY. Acesso em: 12 dez. 2022.

CORREGEDORIA Nacional de Justiça conclui Relatório Parcial de atividades da Correição Extraordinária. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, 15 de setembro de 2023. Disponível em: <https://bitlybr.com/UQi> Acesso em: 8 dez. 2023.

CORREIA, Guilherme. Primeiro submarino nuclear do Brasil deve provocar mudanças em cadeia no país, afirma pesquisador. **SPUTNIK Brasil**, 12 de dezembro de 2023. Disponível em: t.ly/f4s0H Acesso em: 13 dez. 2023.

DELTAN disse que a prisão de Lula era “presente da CIA”. **Conjur - Consultor Jurídico**, 8 de fevereiro de 2021. Disponível em: bitlybr.com/FVp Acesso em: 10 dez. 2023.

DIEESE. **Balanco das Greves em 2013**. Estudos e Pesquisas, n. 79, Dez. 2015. Disponível em: t.ly/4HK8I Acesso em: 27 set. 2022.

_____. Implicações Econômicas Intersetoriais da Operação Lava Jato. **Dieese**, 16 de março de 2021. Disponível em: bitlybr.com/wei Acesso em: 10 jan. 2023.

DOCUMENTOS da NSA apontam Dilma Rousseff como alvo de espionagem. **G1**, 1º de setembro de 2013. Disponível em: bitlybr.com/HQq Acesso em: 14 abr. 2022.

DORNELLES, J. R. W.; GRAZIANO SOBRINHO, S. F. C.. Os três de Porto Alegre: o Estado de exceção, o Direito Penal do inimigo e a criminalização da política. In: PRONER, Carol *et al.* (Org.). **Comentários a um acórdão anunciado: o processo Lula no TRF-4**. São Paulo: Outras Expressões, 2018, p. 101-106.

DUNLAP, Charles. Law and Military Interventions: Preserving Humanitarian Values in 21st Conflicts. In: **Humanitarian Challenges in Military Intervention Conference**: Washington, Harvard University, November 2001. Disponível em: bitly.com/GybdCLsTI Acesso em: 27 maio 2022.

ELEIÇÕES na Turquia: Erdogan vence em disputa apertada. **BBC Brasil**, 13 de maio de 2023. Disponível em: bitlybr.com/VXC Acesso em: 10 dez. 2023

ENGDAHL, William. Revolução Colorida nos EUA e Quem Financia. **Pátria Latina**, 2020. Disponível em: bitly.com/pNIPxtse Acesso em: 20 fev. 2022.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Joint Vision 2020: America's Military - Preparing for Tomorrow**. National Defense University, Institute for National Strategic Studies, Washington, Summer 2000. Disponível em: bitly.com/WmXBDWxi Acesso em: 23 maio 2022.

_____. **National Security Strategy**. The White House, Washington, 2006. Disponível em: t.ly/aRdl Acesso em: 23 maio 2022.

_____. **National Security Strategy**. The White House, Washington, May 2010a. Disponível em: bitly.com/vezTFmnW Acesso em: 23 maio 2022.

_____. **Special Forces Unconventional Warfare**. Headquarters, Department of the Army, Washington, November 2010b. Disponível em: bitly.com/leTAhzxF Acesso em: 23 maio 2022.

_____. **National Security Strategy**. The White House, Washington, February 2015. Disponível em: bitly.com/CDFehDjvq Acesso em: 23 maio 2022.

_____. **National Security Strategy**. The White House, Washington, December 2017. Disponível em: bitly.com/bVDdNFXt Acesso em: 23 maio 2022.

_____. **National Defense Strategy - Sharpening The American Military's Competitive Edge**. Department of Defense, Washington, 2018a. Disponível em: bitly.com/UGyVpvRf Acesso em: 23 maio 2022.

_____. **Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras Agrees to Pay More Than \$850 Million for FCPA Violations - Reaches Agreement with Brazilian Authorities in Related Investigation**. Department of Justice, Office of Public Affairs, September 2018b. Disponível em: bit.ly/2IrhD7A Acesso em: 25 jun. 2022.

FAHL, Arthur. **Guerras Híbridas no Brasil: Interferência Externa Indireta nos Processo Políticos Nacionais no Século XXI**. 135p. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Curso de Graduação em Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2022.

FARIA, Luiz Augusto. A bússola e o pêndulo: desenvolvimento e inserção internacional do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 42, n. 2, p. 283-303, 2022. Disponível em: https://t.ly/_9f3h Acesso em: 12 maio 2023.

FERNANDES, Luis Eduardo. **O Imperialismo Legal: os Elos entre o Imperialismo Tardio e a Lava Jato no Brasil**. 608p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2022.

FERREIRA, Yuri. Por que Jair Bolsonaro saiu do Exército? Relembra história do ex-presidente nos anos 1980. **Fórum**, 22 de setembro de 2023. Disponível em: bitlybr.com/tzv Acesso em: 15 dez. 2023.

FILHO, José Carlos M. S.; FERNANDES, Lia Raquel S. R. *Lawfare e Danos Sociais no Impeachment de Dilma Rousseff em 2016*. In: RAMINA, Larissa. **Lawfare e América Latina: a Guerra Jurídica no Contexto da Guerra Híbrida**. Curitiba: Íthala, 2022, p. 957-977.

FIORI, José Luís. **O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI**. Portal Grabois, 24 de maio de 2013. Disponível em: Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. Epílogo - Ética Cultural e Guerra Infinita. In: FIORI, José Luís (Org.). **Sobre a Guerra**. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____; NOZAKI, William. Conspiração e Corrupção: Uma Hipótese Muito Provável. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2019. Disponível em: bityli.com/aWotALcf Acesso em: 15 maio 2022.

GGN. A cooperação escancarada entre Departamento de Justiça dos EUA e Lava Jato. **TV GGN**, 16 de março de 2018, 3:50 – 4:03. Disponível em: bit.ly/2IVogi4 Acesso em: 20 nov. 2023.

GODOY, Roberto. Jobim exige transferência de tecnologia na compra de caças. **Estadão**, 19 de novembro de 2007. Disponível em: bitlybr.com/Lbz Acesso em: 12 dez. 2023.

GRAB von ukrainischen Nationalisten Bandera verwüstet. **SPIEGEL**, SPIEGEL Politik, 17 Aug. 2014. Disponível em: t.ly/ON5ju Acesso em: 10 dez. 2023.

GROSGOUEL, Ramón. Ocho tesis acerca del imperialismo estadounidense y las luchas anti-imperialistas en el siglo XXI. In: **Una Mirada desde América del Norte**, 2020. Disponível em: bitlybr.com/ECg Acesso em: 3 dez. 2023.

HADDAD: Putin e Erdogan teriam alertado Lula e Dilma sobre protestos, mas ninguém disse nada na época. **Viomundo**, 6 de junho de 2017. Disponível em: bitlybr.com/Tqb Acesso em: 24 abr. 2022.

JAEGER, Bruna; BRITES, Pedro. O Brasil e a Grande Estratégia dos EUA: Aspectos Históricos Conjunturais. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 6, n. 1, p. 217-240, 2019. Disponível em: rbed.abedef.org/rbed/article/view/75080 Acesso em: 03 ago. 2022.

KANAAN, Gabriel. **O Brasil na Mira do Tio Sam: a Atuação da Embaixada dos EUA durante o Governo Lula (2003-2010)**. 275p. Dissertação (Mestrado em História Global) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2019.

KORYBKO, Andrew. **21st Century Geopolitics of Latin America**. Seattle: Kindle Independent Publishing, 2017.

_____. **Guerras Híbridas - Das Revoluções Coloridas aos Golpes**. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAVA JATO beneficiou Estados Unidos com pelo menos R\$1,3 bilhão, mostra estudo inédito. **Jornal GGN**, 16 de outubro de 2023. Disponível em: t.ly/r7Gii Acesso em: 18 out. 2023.

LAVA JATO recupera mais de R\$ 4 bilhões; Petrobras fica com maior parcela. **UOL**, 2 de dezembro de 2019. Disponível em: bitlybr.com/ETA Acesso em: 7 dez. 2023.

LEIRNER, Piero. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida**: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda Editorial. 2020.

LEMO, Iara. TOFFOLI ANULA PROVAS CONTRA LULA E DIZ QUE PRISÃO FOI ERRO HISTÓRICO. VEJA A ÍNTEGRA DA DECISÃO. **Congresso em Foco**, 6 de setembro de 2023. Disponível em: bitlybr.com/APu Acesso em: 13 dez. 2023.

LIND, William *et al.* The Changing Face of War: Into the Fourth Generation. **Marine Corps Gazette**, Quantico, VA, Issue 10, v. 73, p. 22-26, Oct 1989. Disponível em: bitlybr.com/OZP Acesso em: 28 out. 2023.

_____. Compreendendo a Guerra de Quarta Geração. **Military Review (Edição Brasileira)**, Fort Leavenworth, Jan-Fev 2005. Disponível em: bitlybr.com/xez Acesso em: 15 dez. 2023.

LOPATENIUK, Ígor; STONE, Oliver. **Ucrânia em Chamas**. 2016. 1 vídeo (1h e 33 min e 57 seg). Disponível em: www.youtube.com/watch?v=RUysUTDPW_k. Acesso em: 23 fev. 2022.

MACHADO, João Victor; ROCHA, Marco Antônio. Nacionalismo dos Recursos no setor petrolífero brasileiro: desdobramentos e participação do Estado. **OIKOS**, v. 19, n. 2, p. 41-61, 2020. Disponível em: t.ly/HsTVg Acesso em: 03 abr. 2023.

MANIFESTAÇÕES a favor do *impeachment* pelo país; FOTOS. **G1**, 17 de abril de 2016. Disponível em: bitlybr.com/yed Acesso em: 3 dez. 2023.

MANIFESTAÇÕES pelo *impeachment* de Dilma reúnem milhares no Paraná. **G1**, 13 de dezembro de 2015. Disponível em: bitlybr.com/hUz Acesso em: 12 dez. 2023.

MASON, Paul. Protestos no Brasil, Turquia e outros países compartilham símbolos. **BBC Brasil**, 20 de junho de 2013. Disponível em: bbc.in/2u4dVKR. Acesso em: 14 maio 2022.

MATTIS, James N.; HOFFMAN, Frank. Future Warfare: The Rise of Hybrid Wars. **Proceedings Magazine**: U.S. NAVAL INSTITUTE, Annapolis, Maryland, v. 132/11/1233, p. 30-32, Nov. 2005.

MENDES, Mateus de Souza. **Neogolpismo e Guerra Híbrida**: geopolítica e luta de classes no Brasil entre 2013 e 2018. 213p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Escola de Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2021.

MERINO, Gabriel; BILMES, Julian; BARRENENGOA, Amanda. Ascenso de China: Contradicciones Sistémicas y Desarrollo de la Guerra Mundial Híbrida y Fragmentada. **Instituto Tricontinental**, 2022. Disponível em: t.ly/GzdFl Acesso em: 28 out. 2023.

METRI, Maurício. Sob a Névoa da Conjuntura. **GGN**, 22 de março de 2016. Disponível em: bitlybr.com/tlK Acesso em: 15 maio 2022.

MIER, Brian. Is the US using Odebrecht as a trojan horse? **Brasil Wire**, 24 de fevereiro de 2018. Disponível em: t.ly/TgUBw Acesso em: 15 abr. 2023.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 24, n. 50, p. 7-35, 2008. Disponível em: revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/272 Acesso em: 10 fev. 2022.

_____. **A Desordem Mundial - O Espectro da Total Dominação: Guerras por Procuração, Terror, Caos e Catástrofes Humanitárias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a.

_____. “Moro e Janot atuam com os Estados Unidos contra o Brasil”. **Jornal do Brasil**, 03 de dezembro de 2016. 2016b Disponível em: bitlybr.com/BEF Acesso em: 3 maio 2022.

MORAIS, Fernando. “Fragilizar a Petrobras é uma forma de fortalecer os militares”, diz Julian Assange. **Brasil de Fato**, 11 de Janeiro de 2017. Disponível em: t.ly/mMYQQ Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Venda da Embraer à Boeing**: anatomia de um crime de lesa-pátria. Nocaute, 11 de julho de 2018. Disponível em: bit.ly/2QVzdEO. Acesso em: 18 dez. 2022.

MPF diz que Lula era o comandante máximo da corrupção na Petrobras. **G1**, Bom Dia Brasil, 15 de setembro de 2016. Disponível em: bitlybr.com/dXO Acesso em: 12 dez. 2023.

NASSIF, Luís. A relação promíscua entre a indústria do *compliance* e os procuradores nos EUA, por Luis Nassif. **GGN**, 25 de abril de 2019. Disponível em: bitlybr.com/yDi Acesso em: 10 nov. 2023.

OBSERVATÓRIO da Lava Jato expõe muitas bilionárias da operação. **Jornal de Brasília**, 16 de outubro de 2023. Disponível em: bitlybr.com/CKu Acesso em: 14 dez. 2023.

OLIVEIRA, Eduardo Perez. As capas vergonhosas de Veja e Istoé: Sérgio Moro não é time, é juiz. **Senso Incomum**, 10 de maio de 2017. Disponível em: bitlybr.com/gFV Acesso em: 14 dez. 2023.

O'TOOLE, Megan. 'It's as if the Arab Spring never happened'. **Al-Jazeera**, Arab Spring, 3 May 2018. Disponível em: t.ly/oQPAm Acesso em: 10 dez. 2023.

PASSOS, José M. EUA tentaram impedir programa brasileiro de foguetes, revela *Wikileaks*. **O Globo**, 25 de janeiro de 2011. Disponível em: t.ly/utP Acesso em: 10 dez. 2022.

PECEQUILO, Cristina. A new strategic dialogue: Brazil-US relations in Lula's presidency (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, p. 132–150, 2010. Disponível em: t.ly/Qu_zb Acesso em: 18 out. 2023.

_____. A América do Sul como Espaço Geopolítico e Geoeconômico: O Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, 2013. Disponível em: bityli.com/WHINJFSy Acesso em: 27 maio 2022.

_____. As Relações Bilaterais Brasil-Estados Unidos no Governo Dilma Rousseff, 2011-2014. **AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 3, n. 6, p. 11–36, 2014. Disponível em: bityli.com/bqdVHlvM Acesso em: 23 abr. 2022.

PENIDO, Ana; STÉDILE, Miguel Enrique. **Ninguém regula a América: Guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 166 p.

PETROBRAS foi espionada pelos EUA, apontam documentos da NSA. **Fantástico**, 8 de setembro de 2013. Disponível em: bitlybr.com/LOg Acesso em: 23 set. 2022.

PÉROUSE, Josselin. The Bulldozer Revolution: When the Serbians Ousted Milosevic. **My Country Europe**, Oct 17, 2018. Disponível em: t.ly/66ouo Acesso em: 10 dez. 2023.

PIERUCCI, Frédéric; ARON; Matthieu. **A Arapuca Estadunidense - Uma Lava-Jato Mundial**. Kotter Editorial, 2021. 1º Ed.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. Considerações sobre a Operação Lava Jato e os Objetivos dos EUA para América Latina e Brasil. **Sul Global**, v. 3, n. 1, p. 7-15, Jan./Abr. 2022. Disponível em: bityli.com/PEoLdiiT Acesso em: 03 maio 2022.

PINTO, Eduardo *et al.* A Economia Política dos Governos Dilma: Acumulação, Bloco no Poder e Crise. **Texto para Discussão**, IE/UFRJ, v. 4, 2016. Disponível em: bityli.com/BigCwxLQ Acesso em: 23 abr. 2022.

_____. *et al.* A Guerra de Todos contra Todos: A Crise Brasileira. **Texto para Discussão**, IE/UFRJ, v. 6, 2017. Disponível em: bitly.com/PalfWwAM Acesso em: 23 abr. 2022.

_____. Petrobras, Petróleo e Pré-Sal: O que sobrou dos Interesses Brasileiros após o Golpe de 2016? *In*: COSTA, Greiner; POCHMANN, Marcio (Org.). **O Estado como Parte da Solução: Uma Análise dos Desafios do Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020, p. 293-320. Disponível em: bitly.com/bIVguOJg Acesso em: 7 jun. 2022.

POULANTZAS, N. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **Classes Sociais no Capitalismo de Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PRONER, Carol. *Lex Mercatoria* e a Estratégia do *Lawfare* na América Latina. *In*: GUAMÁN, Adoración; PRONER, Carol; RICOBOM, Gisele. **Lex Mercatoria, Derechos Humanos y Democracia**. 1º Edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021, p. 184-207.

QUATREPOINT, Jean-Michel. Em nome da lei americana... **Le Monde Diplomatique Brasil**, 17 de abril de 2017. Disponível em: bitlybr.com/JpW Acesso em: 18 ago. 2022.

RAATZ, Luiz. Em 2016, Moro disse que jamais entraria para a política. **Terra**, 1º de novembro de 2018. Disponível em: bitlybr.com/JFv Acesso em: 15 dez. 2023.

REVOLUÇÕES Coloridas: Os Golpes do Século 21. **Viomundo**, 18 de junho de 2013. Disponível em: t.ly/HWK-- Acesso em: 10 dez. 2023.

ROCHA, Bruno Lima. Os ataques sofridos em escala internacional pelas empresas líderes da engenharia brasileira: uma análise por esquerda. **GGN**, 2 de janeiro de 2017. Disponível em: bitlybr.com/vaq Acesso em: 17 ago. 2023.

RODRIGUES, Bernardo. Guerra Híbrida na América do Sul: Uma Definição das Ações Políticas Veladas. **Sul Global**, v. 1, n. 1, p. 139-168, 2020. Disponível em: bitly.com/aIjOjnou Acesso em: 10 maio 2022.

ROSA, Bruno. Confira quem arrematou os blocos do leilão do Pré-Sal. **O Globo**, 27 de outubro de 2017. Disponível em: glo.bo/2JpdCjK. Acesso em: 12 dez. 2022.

SANCIONADA lei que revoga obrigatoriedade de exploração do Pré-Sal pela Petrobras. **Senado Federal**, 30 de novembro de 2016. Disponível em: bitlybr.com/Cmq Acesso em: 3 nov. 2022.

SANTOS, João Paulo *et al.* Entre golpes brandos e rígidos: uma análise crítica do livro Guerras híbridas, de Andrew Korybko. **Revista Princípios**, v. 40, n. 161, 2021. Disponível em: <https://t.ly/cuZ0I> Acesso em: 23 dez. 2022.

SANZ, Raphael. Jornadas de Junho: como tudo começou. **Outras Mídias**, 12 de junho de 2023. Disponível em: bitlybr.com/uEv Acesso em: 12 dez. 2023.

SARKOZY diz que EUA foram contra submarino nuclear para Brasil: 'Não aceitam recusa de alinhamento'. **Sputnik Brasil**, 2 de setembro de 2023. Disponível em: bitlybr.com/rZQ Acesso em: 14 set. 2023.

SCHILLING, Voltaire. Manifestantes adotam máscara de 'V de vingança' como símbolo de protestos. **Terra**, 20 de junho de 2013. Disponível em: bitlybr.com/LOT Acesso em: 5 dez. 2023.

SHARP, Gene. *From Dictatorship to Democracy: a Conceptual Framework for Liberation*. **New York**: The New Press, 2012.

SILVEIRA *et al.* O Projeto FX-2: uma análise a partir da relação entre a Política Externa e o Planejamento de Defesa Brasileiro. In: 15º Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional realizado na Academia da Força Aérea - AFA, 2018, Pirassununga - SP. **Anais (...)**. Pirassununga, 2018. Disponível em: bitlybr.com/Tie Acesso em: 10 dez. 2023.

SOUSA, Amanda *et al.* **Manual para Elaboração e Normalização de Trabalhos Acadêmicos**. 8ª Edição. Rio de Janeiro, SIBI/UFRJ, 2022.

SOUZA, Deywisson Ronaldo Oliveira de. **Imperativo Tecnológico e os Projetos Estratégicos de Defesa**: uma Análise dos Programas de Reaparelhamento das Forças Armadas nos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. 120p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2015.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**: entenda como e por que você foi enganado. São Paulo: Estação Brasil, 2016.

_____. **A Elite do Atraso**: da escravidão à Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Lucas. As Novas Estratégias de Controle Hegemônico dos EUA na América Latina: *Lawfare* e Cruzada Anticorrupção. In: RAMINA, Larissa; SOUZA, Lucas. **Lawfare**: Aspectos Conceituais e Desdobramentos da Guerra Jurídica no Brasil e na América Latina. Curitiba: Íthala, 2022. v. 6, p. 133-179.

STANFORD LAW SCHOOL. **Key statistics from 1977 to Present**. Publicado em: s/d Disponível em: <https://fcpa.stanford.edu/statistics-keys.html>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SUN-TZU. **A Arte da Guerra** - Os Treze Capítulos Originais. Tradução de André da Silva Bueno. Jardim dos Livros, 2017. 128 p.

TEIXEIRA, Rodrigo; PINTO, Eduardo. **A Economia Política dos Governos FHC, Lula e Dilma**: Dominância Financeira, Bloco no Poder e Desenvolvimento Econômico.

Economia e Sociedade, v. 21, Número Especial, p. 909-941, Dez. 2012. Disponível em: [bityli.com/avAvHEZe](https://bitly.com/avAvHEZe) Acesso em: 8 jun. 2022.

TEMER: *impeachment* ocorreu porque Dilma recusou “Ponte para o Futuro”. **Carta Capital**, 23 de setembro de 2023. Disponível em: bitlybr.com/StL Acesso em: 13 dez. 2023.

THOMPSON, Nicholas. This Ain't Your Momma's CIA. **Washington Monthly**, March 2001. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20070109084028/http://www.washingtonmonthly.com/features/2001/0103.thompson.html> Acesso em: 7 dez. 2023.

TONIETTO, Marileia; RAMINA, Larissa. Guerras do Século XXI: Considerações sobre Guerras Híbridas e *Lawfare*. **Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas**, v. 2, n. 3, p.37-55, 2021. Disponível em: <https://t.ly/nOb2u> Acesso em: 14 abr. 2023.

VEJA os documentos ultrassecretos que comprovam espionagem a Dilma. **Fantástico**, 2 de setembro de 2013. Disponível em: bitlybr.com/UKr Acesso em: 14 abr. 2023.

VIDAL, Camila Feix; LOPEZ, Jahde. (Re) pensando a dependência latino-americana: Atlas Network e institutos parceiros no governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 38, 2022. Disponível em: bitlybr.com/oGJ Acesso em: 14 dez. 2023.

VISACRO, Alessandro. Desafio da Transformação. **Military Review** (Edição Brasileira): Fort Leavenworth, Mar-Abr 2011. Disponível em: bitlybr.com/dWT Acesso em: 15 dez. 2023.

VIZENTINI, Paulo F. *et al.* O Verão Árabe: Guerra Civil e Intervenção Internacional na Líbia, Síria e Iêmen. **Ciências & Letras**, n. 51, 2012. Disponível em: t.ly/bmiqN Acesso em: 3 dez. 2023.

WIKILEAKS. **Brazil's Fighter Competition** - The Importance of Tech Transfer. US Embassy in Brasília para Secretary of State, 16 de outubro de 2008. Disponível em: t.ly/szeCe Acesso em: 27 set. 2022.

_____. **Brazil's New Defense Strategy - Strategy for Development**. US Embassy in Brasília to Secretary of State, 9 de janeiro de 2009. 2009a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA34_a.html. Acesso em: 23 set. 2022.

_____. **Brazil's Fighter Purchase**: Endgame Strategy. US Embassy in Brasília to Secretary of State, 19 de maio de 2009. 2009b. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA634_a.html Acesso em: 23 set. 2022.

_____. **Projeto Pontes**: Building Bridges to Brazilian Law Enforcement, 30 de outubro de 2009. 2009c Disponível em: bityli.com/tvVdZRmD Acesso em: 04 abr. 2022.

_____. **Can The Oil Industry Beat Back The Pré-Salt Law?** US Consulate in Rio de Janeiro to Secretary of State, 2 de dezembro de 2009. 2009d. Disponível em: t.ly/nz6ao Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. Nos bastidores, o lobby pelo Pré-Sal, 13 de dezembro de 2010. Disponível em: wikileaks.org/Nos-bastidores-o-lobby-pelo-pre.html Acesso em: 8 ago. 2022.

_____. **Bugging Brazil:** NSA high priority targets for Brazil, 4 de julho de 2015. Disponível em: wikileaks.org/nsa-brazil/selectors

ZANIN, Cristiano; MARTINS, Valeska; VALIM, Rafael. *Lawfare: Uma Introdução*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.